



123412

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

CONCURSO PÚBLICO

001. PROVA OBJETIVA

ESCREVENTE TÉCNICO JUDICIÁRIO

- ◆ Você recebeu sua folha de respostas e este caderno contendo 100 questões objetivas.
- ◆ Confira seus dados impressos na capa deste caderno e na folha de respostas.
- ◆ Quando for permitido abrir o caderno, verifique se está completo ou se apresenta imperfeições. Caso haja algum problema, informe ao fiscal da sala para a devida substituição desse caderno.
- ◆ Leia cuidadosamente todas as questões e escolha a resposta que você considera correta.
- ◆ Marque, na folha de respostas, com caneta de tinta preta, a letra correspondente à alternativa que você escolheu.
- ◆ A duração da prova é de 5 horas, já incluído o tempo para o preenchimento da folha de respostas.
- ◆ Só será permitida a saída definitiva da sala e do prédio após transcorridas 2 horas do início da prova.
- ◆ Ao sair, você entregará ao fiscal a folha de respostas e este caderno.
- ◆ Até que você saia do prédio, todas as proibições e orientações continuam válidas.

AGUARDE A ORDEM DO FISCAL PARA ABRIR ESTE CADERNO.

Nome do candidato _____

RG _____ Inscrição _____ Prédio _____ Sala _____ Carteira _____



LÍNGUA PORTUGUESA

1 – (2º Simulado Geral. 2024. Vunesp) Leia o texto para responder às questões de números **01** a **04**.

Eu ia dando a minha voltinha num silêncio interior de paz. Está difícil perambular nas ruas de hoje. Muito barulho, carros voando ou atravancando a calçada, anda sobrecarregado o ar que respiramos. Mas há sempre o que ver, se levamos olhos desprevenidos, de simpatia.

Eu ia andando pra clarear as ideias, ou pra pensar em nada. Nessa hora de entrega e de inocência é que acontece a iluminação. A luzinha do entendimento acende onde quer.

Sem nenhum objetivo, ia eu bem satisfeitinho na minha disponibilidade. Aberto a qualquer convite, podia comprar um bombom, ou uma flor. A gente sabe que o endereço da felicidade é no passado e é mentira. Mas é bom que exista, a felicidade. Nem que seja um momentinho só. Tão rico que dá pra ir vivendo. E se renova com qualquer surpresa boba. Encontrar por exemplo na banca uma revista fútil e dar com a foto daquela moça bonita. Olhar seus olhos e entendê-los, olhos adentro.

A vida é um mundo de possibilidades. Atração e repulsa, afinidades. Convergência e divergência. Nessa altura, as minhas pernas tinham me levado pro mundo da Lua. Quando me dei conta, estava espiando uma fila que tomava a calçada. [...] De repente, os aposentados saíram da toca e estão na rua, pacientes em fila ou irados aos magotes.

Mas aquela fila não podia ser de aposentados. Tinha muitos jovens. Um pequeno interesse, receber um dinheirinho, ou uma pequena obrigação, pagar uma conta, juntou na fila aquele pessoal todo. Misterioso caminho, esse, que aproxima as pessoas por um instante e depois as separa. Há de ver que ali estavam lado a lado duas almas que se procuram e, distraídas, disso não se aperceberam. O acaso, o destino, quanta coisa passa por uma cabeça vadia! Ou por um coração volúvel.

(Otto Lara Resende. *A rua, a fila, o acaso*. <https://cronicabrasileira.org.br>, 23.09.1992. Adaptado)

Glossário

aos magotes: aos montes.

A partir da leitura do texto, é **correto** afirmar que o narrador

- A) considera caminhar sem rumo pela cidade um ato prazeroso desde que se seja jovem.
- B) entende a felicidade como algo importante e inesperado, mesmo que ocorra pontualmente.
- C) prefere pensar em questões relevantes a deixar que banalidades do dia a dia o distraiam.
- D) acredita que seus passeios despreocupados podem lhe trazer felicidades como nunca antes.
- E) tem consigo que encontrar o que ver no mundo independe de disposição de espírito.

2 - (2º Simulado Geral. 2024. Vunesp)
Assinale a alternativa em que o vocábulo destacado foi empregado, no contexto, em sentido figurado.

- A) Muito barulho, carros voando ou atravancando a **calçada**... (1º parágrafo)
- B) Eu ia andando pra **clarear** as ideias... (2º parágrafo)
- C) Encontrar por exemplo na banca uma **revista** fútil... (3º parágrafo)
- D) ... pacientes em **fila** ou irados aos magotes. (4º parágrafo)
- E) O **acaso**, o destino, quanta coisa passa por uma cabeça vadia! (5º parágrafo)

3 - (2º Simulado Geral. 2024. Vunesp)
Considere os trechos a seguir.

- “Eu ia dando a minha voltinha **num silêncio interior de paz**.” (1º parágrafo)
- “Misterioso caminho, esse, que aproxima as pessoas **por um instante**...” (5º parágrafo)

As expressões destacadas apresentam, **respectivamente**, circunstâncias de

- A) modo e tempo.
- B) modo e modo.
- C) causa e tempo.
- D) lugar e modo.
- E) lugar e tempo.

4 - (2º Simulado Geral. 2024. Vunesp)
Assinale a alternativa em que a alteração da posição do vocábulo em destaque em relação ao trecho original está em conformidade com a norma-padrão de colocação pronominal.

- A) E renova-**se** com qualquer surpresa boba.
- B) Nessa altura, as minhas pernas tinham levado-**me** pro mundo da Lua.
- C) Quando dei-**me** conta, estava espiando uma fila que tomava a calçada.
- D) Há de ver que ali estavam lado a lado duas almas que procuram-**se**...
- E) ... almas que se procuram e, distraídas, disso não aperceberam-**se**.

5 - (2º Simulado Geral. 2024. Vunesp)
Assinale a alternativa em que o vocábulo **onde** ou **aonde** foi empregado de acordo com a norma-padrão.

- A) Convergir e divergir são antônimos, onde essas palavras são, portanto, contrárias uma à outra.
- B) Se estamos em busca de paz interior, devemos estar aonde nos sentimos bem e com pessoas tranquilas.
- C) A felicidade pode estar nas pequenas coisas, onde uma singela flor ou um doce barato são exemplos.
- D) Onde teremos de ir se as filas continuarem crescendo e o número de atendentes não aumentar?
- E) Um passeio a pé após o almoço, onde a calçada não seja irregular, pode ser bom para a digestão.

6 - (2º Simulado Geral. 2024. Vunesp) Leia o Texto para responder as questões de números 06 a 09.

Sem contar com políticas públicas específicas para reduzir as taxas de jovens entre 15 e 29 anos que não estudam nem trabalham (os chamados nem-nem), o Brasil está estagnado em relação à maioria dos países analisados pela Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE). Em 2012, os nem-nem brasileiros eram 20% dessa faixa etária, índice que colocava o País entre os sete piores. Dez anos depois, tanto a posição nesse *ranking* quanto o percentual são os mesmos, mas a taxa brasileira piorou na comparação com a da média das nações que fazem parte da organização – o Brasil ainda não integra esse grupo, mas sua adesão está em tramitação.

Os resultados obtidos pela Irlanda nessa década são os que mais impressionam, fruto de um trabalho que mescla capacitação, ajuda para obtenção de emprego e assistência financeira. Assim, o país saiu da 6ª posição na lista dos dez com maiores índices de nem-nem para ficar entre os sete que menos têm jovens nessa situação. A taxa passou de 21,1% para 8,9%. Os irlandeses ainda melhoraram em relação à média das nações que fazem parte da OCDE. Se em 2012 estavam quase seis pontos percentuais acima da média da organização, em 2022 passaram a ficar quatro pontos abaixo.

Reduzir o índice de jovens de 15 a 29 anos que não estudam nem trabalham depende da estabilidade da economia. Mas não só. Também são necessários investimentos e políticas que sejam capazes de gerar oportunidades e boas condições de trabalho. Essa combinação explica em

grande parte a situação da Holanda, que tem as menores taxas de nem-nem. Em 2012, o país era o mais bem colocado nesse quesito, situação em que se manteve em 2022.

Segundo Alexander Dicks, da Universidade de Maastricht, na Holanda, uma das justificativas para o baixo índice de jovens que não estão na educação, no emprego ou na formação é a economia sólida do país. “Além disso, a Holanda tem um forte sistema de educação profissional, práticas educacionais geralmente boas e universidades de alta qualidade”, afirmou Dicks.

(Países reduzem taxa de jovens nem-nem enquanto Brasil mantém índice há dez anos. www.estadao.com.br, 02.01.2024. Adaptado)

Assinale a alternativa em que se faz uma afirmação **correta** quanto ao que foi tratado no texto.

- A) A Irlanda é um país que conseguiu bons resultados na taxa de nem-nem, mas a queda no *ranking* foi de apenas uma posição.
- B) Bons resultados na diminuição do número de nem-nem são alcançados com fórmulas pouco complexas, mas que envolvem boa-vontade.
- C) A Holanda tem sido citada como exemplo de país que reduziu significativamente um alto número de nem-nem em um período de 10 anos.
- D) O Brasil, embora não faça parte da OCDE, tem seus números de nem-nem analisados pela organização, os quais não têm variado.
- E) Jovens fora da escola, desempregados e sem capacitação adequada respondem pelos baixos índices de nem-nem em países com economia vacilante.

7 - (2º Simulado Geral. 2024. Vunesp) Assinale a alternativa em que uma vírgula acrescentada a trecho do texto preservou a correção gramatical.

A) ... o Brasil está estagnado em relação à maioria dos países analisados, pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE).

B) Se em 2012, estavam quase seis pontos percentuais acima da média da organização...

C) Reduzir o índice de jovens de 15 a 29 anos que, não estudam nem trabalham depende da estabilidade da economia.

D) Também são necessários investimentos e políticas, que sejam capazes de gerar oportunidades e boas condições de trabalho.

E) Essa combinação explica em grande parte, a situação da Holanda...

8 - (2º Simulado Geral. 2024. Vunesp) No trecho "... tanto a posição no *ranking* quanto o percentual são os mesmos, mas a taxa brasileira piorou na comparação com a da média das nações que fazem parte da organização..." (1º parágrafo), o vocábulo destacado faz referência a

A) posição.

B) taxa.

C) comparação.

D) média.

E) organização.

9 - (2º Simulado Geral. 2024. Vunesp) No trecho "Sem contar com políticas públicas específicas para reduzir as taxas de jovens entre 15 e 29 anos que não estudam nem trabalham..." (1º parágrafo), os vocábulos destacados estabelecem, **respectivamente**, relações de sentido de

A) direção e negação.

B) direção e adição.

C) condição e negação.

D) finalidade e dúvida.

E) finalidade e adição.

10 - (2º Simulado Geral. 2024. Vunesp) Assinale a alternativa em que o emprego do acento indicativo de crase está de acordo com a norma-padrão.

A) A vida daqueles que trabalham e estudam está sujeita à diversas privações e sacrifícios.

B) São políticas públicas eficientes que garantirão à guinada necessária na realidade dos jovens.

C) Não se pode permitir que uma geração inteira esteja alheia às suas próprias necessidades.

D) Muitas pessoas preferem trabalhar em casa à ter que passar o dia em um escritório.

E) Fazer um curso profissionalizante é um conselho que se dá à quem está desempregado.

11 – (2º Simulado Geral. 2024. Vunesp) Leia o texto para responder às questões de número 11 a 21.

Você é um carpinteiro ou um jardineiro?

A maioria dos pais e mães que conheço tem entre suas preocupações a filha ou o filho “ser alguém na vida”. Há uma grande ansiedade em atuar desde criança para que os filhos “cheguam lá”. E aí é que pode morar o perigo, segundo a psicóloga comportamental americana Alison Gopnik. Para ela, nessa ânsia de impulsionar resultados dos rebentos, o que os pais e mães acabam muitas vezes fazendo é limitar o potencial deles.

“Muitos pais se concentram em fazer com que os filhos aprendam mais, melhor e mais rápido”, escreve Alison no livro *O jardineiro e o Carpinteiro*. “Nosso trabalho como pais não é moldar a mente dos nossos filhos: é deixar que explorem todas as possibilidades que o mundo permite. Não é dizer às crianças como brincar: é disponibilizar os brinquedos.”

Conheci Alison num curso. Em sua palestra, ela mostrou vídeos de um experimento feito com crianças em idade pré- -escolar e um brinquedo de tubos em que um fazia barulho, outro acendia, outro tocava música, outro tinha um espelho. Para metade das crianças, o pesquisador falou algo na linha: “Olhe meu brinquedo! Vou mostrar como funciona”. Para a outra metade, não disse nada. As crianças ensinadas previamente a usá-lo interagem com ele de forma mais limitada. Já as demais brincaram mais livremente.

Ao mesmo tempo que as famílias foram encolhendo e tendo filhos mais tarde, muitos pais e mães passaram a trabalhar mais, focar a carreira e apelar a sites, canais e livros que “ensinam” a educar as crianças.

E aí está outro problema na visão de Alison: o cuidado dos filhos passou a ser visto também como forma de trabalho, em vez de forma de amor. “Se você aceita a ideia de que ser pai é um tipo de trabalho, então você deve escolher entre esse tipo de trabalho e outros tipos de trabalho. As mães vivem infinitamente em conflito e se sentem forçadas a escolher entre diminuir a importância da maternidade e renunciar à carreira.”, afirma Alison.

E o que tudo isso tem a ver com o jardineiro e o carpinteiro do livro de Alison? O pai carpinteiro é o que tenta esculpir o filho para se tornar um certo tipo de pessoa. Já o jardineiro não consegue formar sozinho as plantas ou flores: trabalha para criar as condições para que elas floresçam.

A ideia de atuar como jardineiro pode ajudar a preparar os pais para a independência dos filhos. “Nossos filhos não só são independentes de nós e autônomos, como também fazem parte de uma nova geração que é autônoma e independente da anterior”, afirma.

E aí? Você se identifica mais com o estilo jardineiro ou carpinteiro?

(Luciana Garbin. O Estado de S.Paulo, 4 de abril de 2024. Adaptado)

Segundo a psicóloga Alison,

A) pais que consideram o ato de educar um filho um tipo de trabalho devem conciliá-lo com qualquer outro tipo de trabalho.

B) a educação dos filhos, para a geração de hoje, constitui mais uma tarefa de amor e dedicação do que um encargo de tarefas.

C) as mulheres que privilegiam a carreira profissional, em geral, abrem mão da maternidade, porém não vivem essa situação conflituosa com serenidade.

D) as famílias, hoje, costumam priorizar a profissão e têm os filhos mais tarde, quando a educação se torna mais eficiente porque tem suporte em livros educativos.

E) os pais devem formar a mente dos filhos para que desenvolvam o potencial que têm e para que, no futuro, tenham o mesmo sucesso dos pais.

12 - (2º Simulado Geral. 2024. Vunesp) Com base nas informações presentes no texto, é correto afirmar que

A) o trabalho do jardineiro pode ser comparado aos pais que se preocupam desde cedo com os resultados imediatos de seus filhos, agindo de forma que eles se deem bem na vida.

B) o trabalho do carpinteiro é equiparado aos pais que disponibilizam situações para que os filhos possam investigar e, assim, exercer sua criatividade.

C) os pais que educam seus filhos com base em sites e livros têm maiores chances de acertar na educação, conseguindo que eles tenham a mente igual à deles.

D) o carpinteiro representa o pai preocupado em modelar a mente do filho, enquanto o jardineiro está interessado em criar ambiente para seu desenvolvimento.

E) o pai carpinteiro e o pai jardineiro, quando resolvem ter os filhos mais tarde, enfrentam problemas com a educação deles.

13 - (2º Simulado Geral. 2024. Vunesp) Do trecho – “Nosso trabalho como pais não é moldar a mente dos nossos filhos: é deixar que explorem todas as possibilidades que o mundo permite. Não é dizer às crianças como brincar: é disponibilizar os brinquedos.” – compreende-se que

A) os pais devem oferecer os brinquedos educativos à criança e propor as brincadeiras para seu desenvolvimento emocional.

B) as crianças precisam de variedade de brinquedos a fim de se distraírem e ocuparem o tempo ocioso.

C) o adulto precisa mostrar à criança “como brincar” com os brinquedos, para que ela desenvolva a criatividade.

D) a função dos brinquedos é que as crianças aprendam a brincar a partir de explicações dadas pelos adultos.

E) elementos de estímulo devem ser oferecidos à criança, sem necessariamente explicar como funcionam.

14 - (2º Simulado Geral. 2024. Vunesp) A frase formulada a partir do texto mantém a concordância correta na alternativa:

A) Segundo Alison, a maioria dos pais e mães têm muitas preocupações com a educação dos filhos.

B) Ela mostrou o vídeo do experimento com um brinquedo de tubos em que um deles tocavam música.

C) O cuidado dos filhos passaram a ser, para alguns, um tipo de trabalho diferente dos demais.

D) Esculpir os filhos para que eles se torne um certo tipo de pessoa é própria do pai carpinteiro.

E) As plantas não florescem sozinhas, se o jardineiro não as ajudarem.

15 - (2º Simulado Geral. 2024. Vunesp) Nos trechos – Para ela, nessa ânsia de impulsionar resultados dos rebentos... – e – ... as crianças ensinadas previamente a usá-lo..., as palavras destacadas apresentam, respectivamente e no contexto em que se inserem, como sinônimos:

A) dúvida e demoradamente.

B) vontade e antecipadamente.

C) omissão e precocemente.

D) disposição e posteriormente.

E) incerteza e imediatamente.

16 - (2º Simulado Geral. 2024. Vunesp) - As aspas presentes no trecho – ... muitos pais e mães passaram a trabalhar mais, focar a carreira e apelar a sites, canais e livros que “ensinam” a educar as crianças. – foram empregadas para

A) determinar o sentido exato do termo.

B) especificar uma palavra anterior.

C) concluir sobre a eficácia dos métodos digitais.

D) reforçar a qualidade dos livros educativos.

E) colocar em dúvida alguns métodos educativos.

17 - (2º Simulado Geral. 2024. Vunesp) Assinale a alternativa em que o termo em destaque pertence à mesma classe de palavras daquele empregado em – ... fazer com que os filhos aprendam mais, melhor e mais **rápido**.”

- A) ... E aí é que pode morar o **perigo**...
- B) ... para que os filhos “cheguam **lá**”.
- C) ... segundo a psicóloga comportamental **americana** Alison Gopnik.
- D) ... fazem parte de uma nova **geração**...
- E) **Você** se identifica mais com o estilo jardineiro ou carpinteiro?

18 - (2º Simulado Geral. 2024. Vunesp) Considere o seguinte trecho do texto: As mães (...) se sentem forçadas a escolher entre diminuir a importância da maternidade e renunciar à carreira.”

A alternativa que substitui a expressão “renunciar à carreira”, de acordo com a norma-padrão de regência verbal, e mantendo o mesmo sentido do texto, é:

- A) negar para a carreira.
- B) repugnar pela carreira.
- C) combater com a carreira.
- D) abdicar da carreira.
- E) repelir da carreira.

19 - (2º Simulado Geral. 2024. Vunesp) A frase cujas concordâncias verbal e/ou nominal obedecem à norma-padrão é:

- A) Os pais, eles mesmo devem optar por serem carpinteiros ou jardineiros.
- B) Dado as condições de as plantas florescer, o trabalho do jardineiro é essencial.
- C) O cuidado dos filhos deixou de ser, para alguns, uma forma de amor.
- D) Segue, no livro de Alison, as orientações para uma educação consciente.
- E) Foi realizado uma palestra em que Alison mostrou uma experiência com crianças.

20 - (2º Simulado Geral. 2024. Vunesp) Leia as frases:

E aí é que pode morar o perigo, **segundo** a psicóloga...

... o cuidado dos filhos passou a ser visto **também** como forma de trabalho...

... trabalha para criar as condições **para que** elas floresçam...

Os termos em destaque estabelecem, correta e respectivamente, relações de sentido ou circunstância de:

- A) conformidade; inclusão; finalidade.
- B) explicação; alternância; origem.
- C) conclusão; explicação; finalidade.
- D) explicação; condição; conclusão.
- E) conformidade; acréscimo; oposição.

21 - (2º Simulado Geral. 2024. Vunesp) Assinale a alternativa em que a expressão em destaque está substituída, nos parênteses, de acordo com a norma-padrão de emprego e colocação pronominal.

A) ... nessa ânsia de **impulsionar resultados**... (impulsionar- los).

B) ... é deixar que **explorem todas as possibilidades**... (explorem-nas).

C) ...as famílias foram encolhendo e **tendo filhos** mais tarde... (tendo-los).

D) O pai carpinteiro é o que tenta **esculpir o filho** para... (esculpir-o).

E) A ideia de atuar como jardineiro pode ajudar a **preparar os pais para**... (prepará-los).

22 - (2º Simulado Geral. 2024. Vunesp) Leia a tira para responder às questões de números 23 e 24.



(Adão Iturusgarai. Folha de S.Paulo. 27 de outubro de 2004)

Assinale a alternativa que melhor explica o efeito de humor da tira.

A) O paciente recebe recomendações de um médico a respeito de sua dieta, mesmo que não tenha pedido por isso.

B) A prescrição de uma dieta contradiz a opinião do paciente de que o médico deveria falar apenas de medicamentos.

C) O último quadro quebra a expectativa do leitor, que poderia supor inicialmente que o verbo “cortar” no 1o quadro significasse “suspender”.

D) O médico confunde o paciente ao exigir que ele suspenda o consumo de carne e, ao mesmo tempo, faça uma receita que contém carne.

E) A carne é considerada um alimento a ser evitado ainda que o médico não tenha falado do diagnóstico do paciente.

23 - (2º Simulado Geral. 2024. Vunesp) Em “Jogue tudo numa panela e refogue com alho” (3º quadro), os verbos estão conjugados no mesmo modo em que aquele destacado em:

- A) Esse tratamento vai garantir que o paciente **recupere** a saúde em poucos dias.
- B) **Tenha** em mente que é preciso manter uma alimentação balanceada.
- C) Você **deve** colocar todos os ingredientes para cozinhar em fogo baixo.
- D) É importante que o paciente **saiba** entender a recomendação médica.
- E) **Pode** ser difícil encontrar alimentos saudáveis para as refeições do dia-a-dia.

24 - (2º Simulado Geral. 2024. Vunesp) Leia o texto para responder à questão.

Conforme as temperaturas aumentam, alguns grupos de pessoas são expostos a riscos. Idosos, por exemplo, são particularmente sensíveis ao calor extremo; contudo, temperaturas mais altas podem começar a afetar jovens e pessoas saudáveis.

(<https://super.abril.com.br>. Adaptado)

Conforme o sentido que estabelece no texto, a conjunção “contudo” pode ser substituída por

- A) ou.
- B) pois.
- C) assim.
- D) porém.
- E) tanto que.

DIREITO PENAL

25 - (2º Simulado Geral. 2024. Inéditas) A respeito do crime de uso de documento falso, previsto no art. 304 do Código Penal, assinale a alternativa correta.

- A) Admite a modalidade culposa
- B) Só pode ser praticado mediante dolo e inadmite a tentativa.
- C) É considerado um delito acessório, de fusão ou parasitário, pois não tem existência autônoma.
- D) é crime próprio de funcionário público
- E) é crime permanente

26 – (2º Simulado Geral. 2024. FGV) Tício, após anos de estudo, é aprovado no concurso público que sempre almejou, sendo devidamente nomeado e empossado no cargo público. Tão logo encerrou-se o estágio probatório, Tício, prevalecendo-se das funções exercidas no âmbito da repartição pública, falsificou, em parte, determinado livro mercantil.

Considerando as disposições do Código Penal, Tício responderá pela prática do crime de:

- A) falsificação de documento público, majorado por ter sido praticado por agente público, prevalecendo-se do cargo;
- B) falsificação de documento particular, majorado por ter sido praticado por agente público, prevalecendo-se do cargo;
- C) falsidade ideológica, majorado por ter sido praticado por agente público, prevalecendo-se do cargo;
- D) falsificação de documento particular, sem majorantes;
- E) falsidade ideológica, sem majorantes.

27 – (2º Simulado Geral. 2024. FGV) Tício, agente público de direito, é o responsável pela área de informática da Administração Pública *Alfa*, tendo a posse, em razão do cargo, de diversos equipamentos de alta tecnologia, avaliados em milhares de reais. Em razão da responsabilidade inerente à função exercida, Tício é rotineiramente orientado, pelos superiores hierárquicos e no âmbito de cursos de aprimoramento, sobre os deveres de segurança que deve observar na repartição pública.

Nada obstante, em um determinado dia, João, um novo colega, pediu para conversar e se apresentar a Tício em seu gabinete. O pedido foi prontamente aceito, sendo certo que Tício, de forma negligente, deixou de adotar todos os procedimentos de segurança previstos e que eram do seu conhecimento. Nesse contexto, já no interior do gabinete, João, dolosamente e sem que o primeiro percebesse, subtraiu um *notebook* da Administração Pública, colocando-o em sua mochila.

Nesse cenário, considerando as disposições do Código Penal, é **correto** afirmar que Tício

- A) responderá por peculato mediante erro de outrem, sendo certo que eventual reparação do dano causado por parte de Tício, antes da prolação de sentença, dará ensejo à redução da pena pela metade.
- B) responderá por peculato culposo, sendo certo que eventual reparação do dano causado por parte de Tício, antes da prolação de sentença, dará ensejo à redução da pena pela metade.
- C) responderá por peculato culposo, sendo certo que eventual reparação do dano causado por parte de Tício, antes da prolação de sentença, dará ensejo à extinção de punibilidade.
- D) não responderá por qualquer crime, porquanto o Código Penal não tipifica o crime de peculato mediante erro de outrem.
- E) não responderá por qualquer crime, porquanto o Código Penal não tipifica o crime de peculato culposo.

28 – (2º Simulado Geral. 2024. FGV. Adaptada) Revoltado com o alarmante déficit da Previdência Social e o consequente valor ínfimo dos proventos recebidos por sua mãe, aposentada e portadora de câncer terminal, Ataulfo, auditor fiscal, passa a exigir, em dobro, o pagamento das contribuições sociais devidas pelos empregadores que fiscaliza, advertindo-os de que, em caso de descumprimento, divulgaria nas redes sociais a lista de devedores e os respectivos débitos fiscais. Uma vez na posse dos valores pagos a ele diretamente pelos contribuintes, Ataulfo não repassa as quantias ao erário e as utiliza em viagem com sua mãe.

Diante de tal situação hipotética e da legislação vigente, é correto afirmar que Ataulfo praticou o crime de

- A) exercício arbitrário das próprias razões.
- B) corrupção passiva.
- C) excesso de exação.
- D) constrangimento ilegal.
- E) ameaça.

29 – (2º Simulado Geral. 2024. FGV. Adaptada) A Receita Federal, após denúncia realizada por um consumidor, procedeu à fiscalização do estabelecimento comercial de titularidade de Matheus, ocasião em que diversas irregularidades tributárias foram constatadas.

Muito preocupado, o empresário comentou os eventos com João, amigo de longa data, o qual lhe disse que é próximo de Caio, agente público e auditor da Receita Federal responsável pelo procedimento administrativo deflagrado em desfavor de Matheus. Em assim sendo, João solicitou ao empresário a entrega de cinco mil reais, a pretexto de influir na decisão que será tomada por Caio no procedimento administrativo que está em andamento.

Nesse cenário, considerando as disposições do Código Penal, é **correto** afirmar que João responderá pela prática do crime de

- A) advocacia administrativa.
- B) exploração de prestígio.
- C) fraude processual
- D) tráfico de influência.
- E) corrupção passiva.

30 – (2º Simulado Geral. 2024. FGV) Tício, com o objetivo de prejudicar Mévio, seu desafeto, comparece à Delegacia de Polícia e afirma que o último estaria desviando valores pecuniários que pertencem à Fazenda Pública municipal, o que, em tese, caracteriza o crime de peculato, mesmo sabendo ser o agente inocente. Em razão dos fatos narrados, o Delegado de Polícia deflagra inquérito policial para apurá-los.

Nesse cenário, considerando as disposições do Código Penal, é **correto** afirmar que Tício responderá pela prática do crime de

- A) falsa comunicação de crime, com a incidência de uma causa de aumento de pena, considerando que os fatos imputados envolvem um crime contra a Administração Pública.
- B) denúncia caluniosa, com a incidência de uma causa de aumento de pena, considerando que os fatos imputados envolvem um crime contra a Administração Pública.
- C) falsa comunicação de crime, sem causas de aumento ou de diminuição de pena.
- D) denúncia caluniosa, sem causas de aumento ou de diminuição de pena.
- E) falso testemunho, sem causas de aumento ou de diminuição de pena.

DIREITO PROCESSUAL PENAL

31 – (2º Simulado Geral. 2024. FGV) João, membro do Ministério Público, recebe a pauta de audiências da Vara Criminal onde atua, para um determinado dia da semana. Ao ler o documento, o promotor de justiça verifica que o advogado do réu, na primeira audiência, é seu primo (parente colateral de 4º grau). Por sua vez, na segunda audiência, o patrono do acusado é o seu tio (parente colateral de 3º grau), com quem não dispõe de qualquer relação de proximidade.

Nesse cenário, considerando as disposições do Código de Processo Penal, é correto afirmar que João:

- A) não poderá participar das duas audiências designadas, porquanto as hipóteses de impedimento e de suspeição se estendem, no que couber, aos membros do Ministério Público;
- B) poderá participar das duas audiências designadas, porquanto as hipóteses de impedimento e de suspeição restringem-se aos integrantes do Poder Judiciário;
- C) não poderá participar da primeira audiência, em razão do impedimento, tampouco da segunda, por força da suspeição;
- D) poderá participar da primeira audiência, mas não da segunda, em razão do impedimento;
- E) poderá participar da primeira audiência, mas não da segunda, em razão da suspeição.

32 – (2º Simulado Geral. 2024. FGV) Márcio, com extensa folha de antecedentes criminais, foi denunciado pelo Ministério Público em razão da prática do crime de constituir organização criminosa e de vários crimes de estelionato, tendo sido requerida a sua prisão preventiva.

Contudo, não foi encontrado para ser citado, tendo o juiz determinado a sua citação por edital. Após a citação editalícia, Márcio não compareceu em juízo, mas constituiu advogado nos autos.

Nessa hipótese, é correto afirmar que:

A) serão suspensos o curso do processo e do prazo prescricional, e o juiz poderá decretar a prisão preventiva de Márcio;

B) não será suspenso o curso do processo, mas apenas do prazo prescricional, e o juiz não poderá decretar a prisão preventiva de Márcio;

C) não serão suspensos o curso do processo e do prazo prescricional, e o juiz poderá decretar a prisão preventiva de Márcio;

D) será suspenso o curso do processo e interrompido o prazo prescricional, e o juiz poderá decretar a prisão preventiva de Márcio;

E) serão interrompidos o curso do processo e do prazo prescricional, e o juiz não poderá decretar a prisão preventiva de Márcio.

33 – (2º Simulado Geral. 2024. FGV) O Ministério Público ofereceu denúncia em face de Tício, arrolando, na sequência, dez pessoas para serem ouvidas no curso da instrução processual, em ação penal sujeita ao procedimento comum ordinário. Irresignada, a defesa técnica peticionou nos autos, afirmando que a legislação de regência não permite a oitiva, pela

acusação, de dez indivíduos. Antes de se manifestar na relação processual, o juízo verificou que duas pessoas indicadas pelo órgão acusatório, por lei, não prestam compromisso legal de dizer a verdade.

Nesse cenário, considerando as disposições do Código de Processo Penal, é correto afirmar que o Ministério Público agiu:

A) em conformidade com a lei, porquanto, no procedimento comum ordinário, poderão ser inquiridas até oito testemunhas arroladas pela acusação, sendo certo que, nesse número, não se compreendem as que não prestam compromisso;

B) em desconformidade com a lei, porquanto, no procedimento comum ordinário, poderão ser inquiridas até seis testemunhas arroladas pela acusação, sendo certo que, nesse número, não se compreendem as que não prestam compromisso;

C) em desconformidade com a lei, porquanto, no procedimento comum ordinário, poderão ser inquiridas até cinco testemunhas arroladas pela acusação, sendo certo que, nesse número, não se compreendem as que não prestam compromisso;

D) em conformidade com a lei, porquanto, no procedimento comum ordinário, poderão ser inquiridas até dez testemunhas arroladas pela acusação, sendo certo que, nesse número, compreendem-se as que não prestam compromisso;

E) em desconformidade com a lei, porquanto, no procedimento comum ordinário, poderão ser inquiridas até oito testemunhas arroladas pela acusação, sendo certo que, nesse número, compreendem-se as que não prestam compromisso.

34 – (2º Simulado Geral. 2024. FGV) Caio, Mévio, Tício e João são pronunciados pela prática do crime de homicídio qualificado, sendo certo que cada acusado possui um advogado diferente, que integra os quadros de escritórios de advocacia distintos. No dia da sessão plenária, encerrada a instrução processual, passa-se à fase dos debates entre o Ministério Público e as defesas.

Considerando as disposições do Código de Processo Penal, é correto afirmar que:

A) o Ministério Público terá três horas e meia, mais duas horas para a réplica. Cada defesa, por sua vez, terá duas horas e meia, mais uma hora e meia para a tréplica;

B) o Ministério Público e as defesas reunidas terão, cada um, duas horas e meia, mais duas horas para a réplica da acusação e duas horas para a tréplica das defesas;

C) o Ministério Público e as defesas reunidas terão, cada um, três horas e meia, mais duas horas para a réplica da acusação e duas horas para a tréplica das defesas;

D) o Ministério Público terá duas horas e meia, mais uma hora e meia para a réplica. Cada defesa, por sua vez, terá uma hora e meia, mais uma hora para a tréplica;

E) o Ministério Público e as defesas reunidas terão, cada um, uma hora e meia, mais uma hora para a réplica da acusação e uma hora para a tréplica das defesas.

35 – (2º Simulado Geral. 2024. FGV) No curso de uma persecução penal processual, em que se imputa a suposta prática do crime de roubo a Tarcísio, a acusação argui, por escrito, a falsidade de documento constante dos autos. Em assim sendo, o juízo da 1ª Vara Criminal da Comarca *Alfa*, após a observância de todas as formalidades previstas em lei, decide que, de fato, o documento impugnado é falso. Nesse cenário, considerando as disposições do Código de Processo Penal, é correto afirmar que a defesa poderá interpor

A) recurso em sentido estrito em face da decisão judicial, no prazo de cinco dias.

B) recurso de apelação em face da decisão judicial, no prazo de cinco dias.

C) carta testemunhável em face da decisão judicial, no prazo de oito dias.

D) recurso de apelação em face da decisão judicial, no prazo de oito dias.

E) correção parcial em face da decisão judicial, no prazo de cinco dias.

36 – (2º Simulado Geral. 2024. FGV) João, advogado, impetrou um *habeas corpus* em favor de Caio, ao argumento de que havia excesso de prazo na instrução processual, considerando que o paciente se encontrava preso preventivamente há três meses, sem que tivesse havido a prolação de sentença em persecução penal afeta ao crime de latrocínio consumado. A Câmara Criminal do Tribunal de Justiça se reuniu, então, para analisar o mérito do remédio constitucional, ocasião em que houve empate na votação, já incluído o voto do presidente do colegiado.

Considerando as disposições do Código de Processo Penal, é correto afirmar que, em razão do empate nesse caso:

- A) a sessão do órgão fracionário do Tribunal de Justiça terá prosseguimento com a presença de outros julgadores, que serão convocados em número suficiente para garantir o desempate;
- B) o julgamento será reiniciado, permitindo-se à defesa técnica trazer novos argumentos durante a sustentação oral, para auxiliar na formação do convencimento do colegiado;
- C) a sessão do órgão fracionário do Tribunal de Justiça será interrompida e remarcada para o primeiro dia útil desimpedido, para realização de novo julgamento;
- D) prevalecerá a decisão mais favorável ao paciente;
- E) prevalecerá a decisão desfavorável ao paciente.

37 – (2º Simulado Geral. 2024. FGV) Após ser abordado por policiais militares, que constataram a prática de uma infração penal de menor potencial ofensivo, Caio foi levado à Delegacia de Polícia mais próxima, onde assumiu o compromisso de comparecer à sede do Juizado Especial Criminal. Em juízo, em observância ao procedimento comum sumaríssimo, constatada a recusa do suposto autor do fato em se valer dos institutos despenalizadores previstos em lei, o Ministério Público ofereceu denúncia, mas o juízo a rejeitou.

Nesse cenário, considerando as disposições da Lei nº 9.099/1995, é correto afirmar que da decisão de rejeição da denúncia caberá:

- A) recurso em sentido estrito, que será interposto no prazo de dois dias, por petição escrita, além do prazo de oito dias para a apresentação das razões recursais;
- B) recurso inominado, que será interposto no prazo de dois dias, por petição escrita, além do prazo de oito dias para a apresentação das razões recursais;
- C) recurso em sentido estrito, que será interposto no prazo de dez dias, por petição escrita, da qual constarão as razões e o pedido do recorrente;
- D) recurso inominado, que será interposto no prazo de dez dias, por petição escrita, da qual constarão as razões e o pedido do recorrente;
- E) apelação, que será interposta no prazo de dez dias, por petição escrita, da qual constarão as razões e o pedido do recorrente.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

38 – (2º Simulado Geral. 2024. FGV) João ingressou com ação indenizatória em face da Carros Bonitos, requerendo a condenação desta última a lhe indenizar danos morais e materiais resultantes da venda de veículo seminovo com defeito.

Consensualmente, João e a Carros Bonitos desejam estabelecer calendário para a prática de atos processuais, de modo a tornar mais célere a tramitação do feito. A proposta é conjuntamente apresentada ao juízo, que homologa o calendário apresentado pelas partes.

Sobre o caso acima, é **correto** afirmar que

A) a intimação das partes para a prática de ato processual ou a realização de audiência cujas datas tiverem sido designadas no calendário continuará sendo necessária.

B) o calendário processual somente pode ser adotado de ofício pelo magistrado, não sendo cabível a apresentação de calendário de comum acordo pelas partes.

C) o calendário vincula as partes e o juiz, e os prazos nele previstos somente serão modificados em casos excepcionais, devidamente justificados.

D) o calendário vincula as partes, porém o juízo não é vinculado ao calendário, sendo seus prazos não preclusivos.

E) malgrado a utilidade da proposta, trata-se de negócio jurídico processual atípico, não havendo previsão legal no Código de Processo Civil acerca do calendário processual.

39 – (2º Simulado Geral. 2024. FGV) Fernando formulou requerimento de tutela provisória cautelar em caráter antecedente em face do Hospital X, pugnando pela concessão de medida para impedir o hospital de eliminar documentos concernentes a procedimento cirúrgico lá realizado.

Nesse caso:

A) caso entenda que o pedido de Fernando tem natureza antecipada, o juiz deverá observar as disposições referentes ao procedimento de tutela antecipada antecedente.

B) o Hospital X será citado para, no prazo de 15 (quinze) dias, contestar o pedido e indicar as provas que pretende produzir.

C) efetivada a tutela cautelar, Fernando deverá formular o pedido principal no prazo de 5 (cinco) dias.

D) eventual indeferimento da tutela cautelar obsta que Fernando formule o pedido principal.

E) a causa de pedir não poderá ser aditada no momento de formulação do pedido principal.

40 – (2º Simulado Geral. 2024. FCC) Suzane ajuizou demanda indenizatória, porém teve sua petição inicial indeferida, em razão de inépcia desta. Nessa situação, se Suzane interpuser apelação,

A) o recurso deverá ser indeferido, já que o CPC prevê expressamente o cabimento de agravo de instrumento para essa hipótese.

B) o réu deve ser intimado para tomar ciência do processo, sem, contudo, poder apresentar contrarrazões ao recurso.

C) os autos serão remetidos ao tribunal sem a citação da parte requerida.

D) o juiz poderá retratar-se no prazo de cinco dias.

E) no caso de reforma da sentença pelo tribunal, o prazo para contestação será iniciado a partir da publicação do acórdão no diário oficial.

41 – (2º Simulado Geral. 2024. FCC) De acordo com o Código de Processo Civil, as provas

A) caberão sempre ao autor, quanto ao fato constitutivo de seu direito, não podendo o juiz atribuir o ônus de maneira diversa.

B) podem ser produzidas pelo réu revel, desde que este se faça representar nos autos a tempo de praticar os atos processuais indispensáveis a essa produção.

C) não podem ser dispensadas pelo juiz, ainda que recaiam sobre fatos notórios ou admitidos como incontroversos.

D) não podem ser determinadas de ofício.

E) só podem ser utilizadas em favor da parte que houver requerido sua produção.

42 – (2º Simulado Geral. 2024. FGV) Tramitando um determinado processo no Tribunal, o relator, antes de solicitar a sua inclusão em pauta para o julgamento do recurso de apelação ali interposto, tendo verificado que o apelante havia juntado novos documentos, proferiu despacho em que determinava a intimação do apelado para que se pronunciasse a seu respeito no prazo de quinze dias.

No tocante ao referido pronunciamento, é correto afirmar que é:

A) irrecorrível;

B) impugnável por agravo interno, que deverá ser desprovido;

C) impugnável por agravo interno, que deverá ser provido;

D) impugnável por agravo de instrumento, que deverá ser desprovido;

E) impugnável por agravo de instrumento, que deverá ser provido.

43 – (2º Simulado Geral. 2024. FGV) Entre os princípios abaixo, assinale o que **não** está expressamente elencado na Lei nº 9.099/1995 no rol dos princípios informativos dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais.

A) Oralidade.

B) Economia processual.

C) Celeridade.

D) Impulso Oficial.

E) Simplicidade.

44 – (2º Simulado Geral. 2024. FGV) João teve seu veículo atingido por uma viatura da Polícia Militar do Estado X. Buscando obter a reparação dos danos sofridos, comprovadamente no valor de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais), ajuizou ação perante o Juizado Especial de Fazenda Pública em face do Estado X.

Tomando o caso acima como premissa, assinale a afirmativa **correta**.

- A) O Estado X terá prazo em dobro para todas as suas manifestações processuais.
- B) Eventual sentença desfavorável à Fazenda Pública estará sujeita à remessa necessária.
- C) Poderá o conciliador, para fins de encaminhamento da composição amigável, ouvir as partes e testemunhas sobre os contornos fáticos da controvérsia.
- D) João poderia ter proposto a demanda perante a Vara de Fazenda Pública da mesma comarca, eis que a competência dos Juizados Especiais de Fazenda Pública é relativa.
- E) A citação para a audiência de conciliação deve ser efetivada com antecedência mínima de 20 (vinte) dias.

DIREITO CONSTITUCIONAL

45 - (2º Simulado Geral. 2024. Inéditas) Imagine que, em 2024, o Congresso Nacional do Brasil aprovou um tratado internacional sobre direitos humanos que visava garantir o acesso universal à educação básica de qualidade. O tratado foi submetido a votação nas duas Casas do Congresso (Câmara dos Deputados e Senado Federal), sendo aprovado em dois turnos por três quintos dos votos dos respectivos membros em ambas as Casas. No entanto, alguns juristas questionaram se

o tratado teria força constitucional, argumentando que ele não poderia alterar normas preexistentes da Constituição Federal. Com base no § 3º do art. 5º da Constituição Federal, responda:

Qual a validade e o efeito jurídico desse tratado internacional sobre direitos humanos no ordenamento jurídico brasileiro?

- A) O tratado terá status de lei ordinária, pois nenhum tratado internacional pode ser equiparado à Constituição, independentemente de sua aprovação.
- B) O tratado internacional, por ter sido aprovado pelo quórum qualificado nas duas Casas do Congresso Nacional, será equivalente a uma emenda constitucional e, portanto, poderá modificar normas constitucionais existentes.
- C) O tratado aprovado será equivalente a uma medida provisória, devendo ser regulamentado posteriormente pelo Presidente da República.
- D) Para que o tratado tenha status de emenda constitucional, ele deve ser aprovado apenas pelo Senado Federal, por maioria simples, sem necessidade de votação na Câmara dos Deputados.
- E) Tratados internacionais sobre direitos humanos não têm validade no ordenamento jurídico brasileiro, mesmo se aprovados pelo Congresso Nacional, pois a Constituição não permite sua incorporação.

46 - (2º Simulado Geral. 2024. Inéditas) Carlos, um jornalista estrangeiro, reside no Brasil há alguns anos e trabalha para um jornal local. Recentemente, ele publicou uma série de artigos críticos ao governo de seu país de origem, expondo questões políticas sensíveis. Após a publicação, as autoridades de seu país solicitaram ao governo brasileiro a extradição de Carlos, acusando-o de traição e crimes contra a segurança nacional. No pedido de extradição, o governo estrangeiro alegou que as críticas feitas por Carlos enfraqueciam a imagem do país no cenário internacional. Preocupado com sua segurança, Carlos buscou a assistência de advogados brasileiros para impedir sua extradição. Com base no art. 5º, inciso LII, da Constituição Federal de 1988, responda:

O governo brasileiro recebeu um pedido de extradição de Carlos, um estrangeiro residente no Brasil, sob a acusação de traição e crimes contra a segurança nacional, por publicar artigos críticos ao governo de seu país de origem. Com base na Constituição Federal, o Brasil pode conceder a extradição de Carlos?

A) Sim, o Brasil pode conceder a extradição, pois o crime de traição configura crime grave contra a segurança nacional, o que justifica sua extradição.

B) Não, o Brasil não pode conceder a extradição, pois a Constituição Federal proíbe a extradição de estrangeiros por crimes políticos ou de opinião.

C) Sim, desde que o governo do país de origem de Carlos forneça provas suficientes de que ele cometeu um crime grave contra o governo.

D) Não, a extradição só seria possível se envolvesse crime político.

E) Sim, o Brasil pode conceder a extradição, pois a denúncia de traição é mais grave do que simples crimes de opinião.

47 – (2º Simulado Geral. 2024. FGV) Em sede de análise de direitos constitucionalmente assegurados aos trabalhadores, assinale a opção que apresenta, corretamente, um direito previsto na CRFB/88.

A) Igualdade de direitos entre o trabalhador com vínculo empregatício permanente e o trabalhador avulso.

B) Irredutibilidade salarial, exceto por acordo individual entre empregado e empregador e homologação pelo Poder Judiciário.

C) Seguro-desemprego nos casos de ruptura do contrato de trabalho por quaisquer das causas previstas em lei.

D) Licença à empregada gestante, sem prejuízo do emprego e do trabalho, desde a confirmação da gravidez até cinco meses após o parto.

E) Participação nos lucros da empresa que deverá compor a remuneração para todos os efeitos.

48 – (2º Simulado Geral. 2024. FGV) Lucca nasceu no território brasileiro quando seus pais, de nacionalidade alemã, aqui residiam e trabalham na embaixada da Itália. Cerca de três anos após o nascimento, Lucca e sua família passaram a morar na Itália.

À luz da sistemática estabelecida na Constituição da República, é **correto** afirmar que Lucca

- A) é estrangeiro, pois seus pais são estrangeiros.
- B) é brasileiro nato, por ter nascido no território brasileiro.
- C) é estrangeiro, pois seus pais se encontravam no território brasileiro a serviço de outro País.
- D) pode se naturalizar brasileiro caso venha a residir por mais de 10 (dez) anos no território brasileiro;
- E) será brasileiro nato, caso opte por essa nacionalidade ao completar 18 (dezoito) anos de idade.

49 – (2º Simulado Geral. 2024. FGV) Nair, servidora pública ocupante de cargo de provimento efetivo, logrou ser eleita vereadora no município em que é domiciliada.

Preocupada com a possibilidade de conciliar o cargo público com a vereança, analisou os balizamentos estabelecidos pela Constituição da República, tendo concluído corretamente que:

- A) deve ser afastada do cargo de provimento efetivo durante o mandato;
- B) deve optar por um ou outro, pois a acumulação de cargos públicos é vedada;
- C) deve receber a contraprestação estipencial correspondente a ambos, caso acumule os cargos;
- D) pode acumular ambos os cargos caso tenha obtido a estabilidade no cargo de provimento efetivo;
- E) tem o direito subjetivo de acumular os cargos, independentemente do cumprimento de qualquer requisito específico.

50 – (2º Simulado Geral. 2024. FGV) No período recente, a garantia de estabilidade do servidor público está frequentemente em pauta, tanto na política quanto na mídia, estimulando o pronunciamento de diversos especialistas sobre os possíveis efeitos da retirada dessa garantia.

No entanto, observa-se que, apesar das diferenças com o setor privado, servidores públicos podem perder o cargo, tendo a Constituição Federal de 1988 elencado algumas situações permissivas.

Assinale a opção que apresenta uma possibilidade de demissão de servidores públicos estáveis.

- A) Extinção, por meio de decreto executivo, de cargo ocupado pelo servidor.
- B) Em virtude de sentença judicial, ainda que com possibilidade de interposição de recurso.
- C) Pela execução de processo administrativo que faça coisa julgada formal, independentemente de ampla defesa.
- D) Em decorrência de procedimento de avaliação periódica de desempenho, na forma de lei complementar, assegurada ampla defesa.
- E) Por decisão motivada, desde que sejam apresentados detalhadamente os fundamentos, de seu superior hierárquico.

51 – (2º Simulado Geral. FGV. 2024) Lideranças políticas no âmbito do Congresso Nacional iniciaram debates com o objetivo de verificar a possibilidade de ser incorporado, a remuneração regular do servidor público federal, o valor correspondente à função de confiança exercida por uma década de maneira ininterrupta.

Ao fim dos debates, concluíram corretamente que a incorporação, à luz da Constituição da República:

- A) é matéria afeta ao regime jurídico da categoria, não sendo disciplinada pela Constituição da República;
- B) é possível, tanto para os servidores ocupantes de cargo de provimento efetivo, como para os ocupantes de cargo em comissão;
- C) é possível, mas apenas para os servidores ocupantes de cargo de provimento efetivo, únicos que podem exercer funções de confiança;
- D) não é possível, tanto para os servidores ocupantes de cargo de provimento efetivo, como para os ocupantes de cargo em comissão;
- E) quando admitida, não pode ensejar que o valor recebido, somado à remuneração regular, supere o teto remuneratório constitucional.

DIREITO ADMINISTRATIVO

52 – (2º Simulado Geral. 2024. Vunesp)
Fulano é servidor público do Governo do Estado de São Paulo e resolveu fixar a sua residência fora do estado, sem autorização da chefia imediata. Beltrano, seu colega de equipe, ao descobrir tal fato, em vez de alertar à sua chefia, resolveu divulgá-lo a um amigo que era produtor do programa “Fantástico”, na Rede Globo de televisão, para que o seu amigo pudesse fazer uma reportagem sobre a irregularidade por ele descoberta. Tendo em vista essa situação hipotética, é correto afirmar com base na Lei Estadual n. 10.261/1968 que:

A) Fulano não cometeu nenhuma irregularidade, uma vez que não se exige do servidor público estadual autorização para estabelecer residência fora do local de lotação.

B) Beltrano violou dever funcional por não guardar sigilo de assunto interno da repartição e não ter representado ao seu superior a respeito da situação irregular de que tomou conhecimento.

C) Fulano violou dever funcional, pois se considera incompatível com o dever de assiduidade e pontualidade a situação de servidor que vive em outro estado, ainda que em cidade vizinha.

D) Beltrano violou dever funcional ao não cooperar e manter espírito de solidariedade com os companheiros de trabalho, comportando-se como um delator.

E) Beltrano não cometeu nenhuma irregularidade, uma vez que há interesse público envolvido na exposição pública da repartição e do colega, ainda que antes do devido processo administrativo.

53 – (2º Simulado Geral. 2024. Vunesp)
Considere que Felipe, servidor público do Estado de São Paulo, é o responsável por analisar os documentos apresentados pelos interessados a participar de licitações no âmbito da Secretaria X, e, na última sexta-feira, solicitou um champanhe de, aproximadamente, mil reais de João para que ele fosse considerado apto a participar de um determinado processo licitatório. Com base na situação hipotética e no disposto no Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado de São Paulo, é correto afirmar que Felipe

A) será apenado com pena de demissão a bem do serviço público, e o ato que demitir o funcionário mencionará sempre a disposição legal em que se fundamenta.

B) praticou uma conduta sujeita exclusivamente às penas de suspensão e multa, uma vez que não solicitou propinas, mas apenas um presente.

C) não cometeu uma infração funcional, pois apenas solicitou um presente, não exigiu e nem ameaçou João.

D) cometeu um ato sujeito à pena de demissão a bem do serviço público, e tal penalidade prescreve em 03 anos, a contar do dia em que o superior hierárquico tomar conhecimento da falta.

E) praticou uma conduta sujeita exclusivamente às penas de repreensão e de multa, na medida em que ele solicitou um presente que custa menos de um salário mínimo.

54 – (2º Simulado Geral. 2024. Vunesp) A respeito do Processo Administrativo, assinale a alternativa que está de acordo com o Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado de São Paulo.

A) O presidente e cada acusado poderão arrolar até 8 testemunhas, as quais comparecerão independentemente de intimação.

B) A testemunha que morar em comarca diversa poderá ser inquirida pela autoridade do lugar de sua residência, expedindo-se, para esse fim, carta precatória, com prazo razoável, intimada a defesa.

C) A citação do acusado será feita por meio de carta com aviso de recebimento, devendo ser comprovadamente recebida pelo menos 7 dias antes do interrogatório.

D) O relatório deverá ser apresentado no prazo de 30 dias, contados da apresentação das alegações finais.

E) O processo administrativo deverá ser instaurado por portaria, no prazo improrrogável de 5 dias do recebimento da determinação, e concluído no prazo de 180 dias da citação do acusado.

55 – (2º Simulado Geral. 2023. FGV) Em setembro de 2022, Cristina, servidora pública estável, ocupante de cargo efetivo do Estado de São Paulo, no exercício de suas atribuições, culposamente, ocasionou lesão a bens do mencionado ente federativo que estavam sob sua guarda.

Considerando o disposto na lei de improbidade administrativa e no regime jurídico dos servidores públicos do Estado de São Paulo é correto afirmar que Cristina

A) praticou ato de improbidade administrativa que causa prejuízo ao erário.

B) praticou ato de improbidade que atenta contra os princípios da Administração Pública.

C) não pode ser responsabilizada pelos prejuízos causados à Fazenda Estadual.

D) é responsável pelos prejuízos causados e será obrigada a repor, de uma só vez, a importância apurada.

E) é responsável pelos prejuízos causados, sendo que eventual desconto em sua remuneração não pode exceder a décima parte do valor desta.

56 – (2º Simulado Geral. 2023. FGV) Em decorrência de violação de dever funcional no exercício de suas atribuições enquanto servidor ocupante de cargo efetivo do Ministério Público do Estado de São Paulo, foi instaurado processo administrativo disciplinar em desfavor de Gilson, sendo certo que: (i) a única falta por ele cometida, que não é crime, ocorreu há quatro anos; (ii) o processo administrativo foi instaurado três anos após a conduta para apuração de penalidade passível de demissão; (iii) a infração foi desclassificada e, ao final, a ele foi aplicada a sanção de repreensão.

Considerando as regras constantes da Lei nº 10.261/1968 do Estado de São Paulo, é correto afirmar que a pretensão de punibilidade na esfera administrativa pela conduta de Gilson

A) está prescrita, diante da desclassificação da infração para repreensão, que se submete ao prazo de dois anos.

B) não está prescrita, considerando que a instauração do processo administrativo é causa interruptiva e ocorreu em momento oportuno.

C) não está prescrita, na medida em que não transcorreu o prazo de dez anos aplicável à demissão.

D) não está prescrita, porque não se exauriu o prazo de cinco anos aplicável à demissão.

E) há necessidade de verificação de eventual prazo na lei penal para se concluir acerca da prescrição.

57 – (2º Simulado Geral. 2024. Vunesp) Assinale a alternativa que está de acordo com a Lei de Improbidade Administrativa.

A) Os sócios, os cotistas, os diretores e os colaboradores de pessoa jurídica de direito privado não respondem pelo ato de improbidade que venha a ser imputado à pessoa jurídica, salvo se, comprovadamente, houver participação e benefícios diretos, caso em que responderão nos limites da sua participação.

B) A mera perda patrimonial decorrente da atividade econômica acarretará improbidade administrativa, uma vez comprovado o dolo ou a culpa.

C) Considera-se dolo a vontade livre e consciente de alcançar o resultado ilícito tipificado nos arts. 9º, 10 e 11 da Lei de Improbidade, bastando a voluntariedade do agente.

D) As sanções da Lei de Improbidade se aplicarão à pessoa jurídica, ainda que o ato de improbidade seja também sancionado como ato lesivo à administração pública de que trata a Lei no 12.846, de 1º de agosto de 2013.

E) Se houver indícios de ato de improbidade, a autoridade que conhecer dos fatos representará ao Ministério Público competente em até 30 dias úteis, sob pena de responsabilidade.

58 – (2º Simulado Geral. 2024. FCC) De acordo com a Lei de Improbidade Administrativa, o ato de o agente deixar de prestar contas quando esteja obrigado a fazê-lo, desde que disponha das condições para isso, com vistas a ocultar irregularidades, é conduta caracterizada, pela lei, como ato que:

A) importa enriquecimento ilícito, com possibilidade de o agente ter seus direitos políticos suspensos por até 14 anos.

B) importa enriquecimento ilícito, com possibilidade de o agente ter seus direitos políticos suspensos por até 12 anos.

C) atenta contra os princípios da Administração Pública, estando o responsável sujeito, entre outras cominações, ao pagamento de multa civil de até 24 vezes o valor da remuneração percebida.

D) atenta contra os princípios da Administração Pública, estando o responsável sujeito, entre outras cominações, a ter seus direitos políticos suspensos por até 8 anos.

E) causa prejuízo ao erário, com possibilidade de ser o agente condenado ao pagamento de multa civil de até 12 vezes o valor da remuneração percebida.

59 – (2º Simulado Geral. 2024. FGV) João Feijão, servidor público municipal, foi citado em ação de improbidade administrativa na qual é alegada a prática de ato de má-fé, visando a benefício próprio, tipificada na Lei de Improbidade. Imediatamente, João Feijão solicita ao juiz a possibilidade de tentativa de autocomposição com o Ministério Público.

A respeito da situação hipotética narrada, assinale a afirmativa **correta**.

A) A lei que regula a Improbidade Administrativa veda expressamente a transação, o acordo ou a conciliação.

B) Para a realização da autocomposição no caso, é necessário aplicar analogamente a norma fundamental prevista no Código de Processo Civil que prevê que os métodos de solução consensual de conflitos devem ser estimulados, inclusive no curso do processo judicial.

C) Havendo a possibilidade de solução consensual, as partes poderão requerer ao juiz a interrupção do prazo para contestar.

D) Não cabe autocomposição em improbidade administrativa, pois a natureza do direito discutido é indisponível.

E) A lei que regula a Improbidade Administrativa, embora não tenha vedação expressa de transação, acordo ou conciliação, é incompatível com as formas de autocomposição, pois a ação de improbidade é repressiva e tem caráter sancionatório.

NORMAS DA CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA

60 – (2º Simulado Geral. 2024. Inéditas) Carlos, um servidor do cartório de uma comarca do interior, foi acusado de má conduta no exercício de suas funções, resultando em uma investigação correccional. Após análise inicial, o Juiz Corregedor Permanente decidiu arquivar o processo por falta de provas. Contudo, a Corregedoria Geral de Justiça recebeu uma denúncia de uma nova testemunha que alegou ter provas adicionais contra Carlos. Com base nisso, o Corregedor Geral da Justiça decide reavaliar a decisão de arquivamento para verificar a possibilidade de aplicação de sanção cabível.

Com base no Art. 18 das Normas Judiciais da Corregedoria Geral de Justiça, assinale a alternativa correta:

- A) O Corregedor Geral da Justiça não pode reexaminar decisões de arquivamento, pois essa é uma atribuição exclusiva do Juiz Corregedor Permanente.
- B) O Corregedor Geral da Justiça pode reexaminar a decisão de arquivamento apenas se houver solicitação formal do Juiz Corregedor Permanente.
- C) O Corregedor Geral da Justiça pode reexaminar, de ofício ou mediante provocação, decisões absolutórias ou de arquivamento, desde que a infração ainda não esteja prescrita.
- D) O Corregedor Geral da Justiça pode aplicar sanções originárias ao servidor somente se houver determinação expressa do Tribunal de Justiça.
- E) Decisões absolutórias do Juiz Corregedor Permanente são definitivas e não podem ser revistas pelo Corregedor Geral da Justiça.

61 – (2º Simulado Geral. 2024. Inéditas) Nos termos das Normas da Corregedoria Geral de Justiça, no que se refere aos ofícios de justiça em geral, assinale a alternativa correta.

- A) Será admitida a exclusão de parte no processo, procedendo-se à sua baixa, quando necessário.
- B) Quando a mesma parte estiver vinculada a processos que tramitam em outros ofícios de justiça, as eventuais retificações de seus dados não serão aplicadas aos feitos de outro juízo.
- C) É vedada a digitalização do conteúdo dos livros físicos de visitas e correições e a sua inserção no expediente administrativo.
- D) O segredo de justiça não poderá ser gerado automaticamente pelo sistema informatizado.
- E) As guias de recolhimento de diligências do oficial de justiça serão conservadas pelo prazo mínimo de um ano contado do arquivamento.

62 – (2º Simulado Geral. 2024. Inéditas)
Sobre a ordem dos serviços dos processos em geral, é correto afirmar que:

A) É vedada nas autuações a colocação de tarjas coloridas para assinalar situações especiais.

B) Os autos de processos não excederão de 250 (duzentas e cinquenta) folhas em cada volume, salvo determinação judicial expressa em contrário ou para manter peça processual com seus documentos anexos, podendo, nestes casos, ser encerrado com mais ou menos folhas.

C) É vedado o lançamento do termo de juntada na própria petição ou documento a serem encartados aos autos.

D) Qualquer processo poderá ser entregue com termo de vista, a promotor de justiça ou advogado, sem prévia assinatura no relatório de carga eletrônica.

E) Nenhum processo permanecerá paralisado em cartório, além dos prazos legais ou fixados, ou ficará sem andamento por mais de 10 (dez) dias, no aguardo de diligências (informações, respostas a ofícios ou requisições, providências das partes etc.).

63 – (2º Simulado Geral. 2024. Inéditas)
Sobre as intimações dos atos e termos do processo, assinale a alternativa correta.

A) Da publicação no Diário da Justiça Eletrônico a respeito de processos sujeitos ao segredo de justiça constarão os nomes completos das partes.

B) As publicações feitas no Diário da Justiça Eletrônico comprovam-se mediante certidão, desde que precedida da juntada do exemplar impresso.

C) Os despachos, decisões interlocutórias e sentenças devem ser encaminhados à publicação no Diário da Justiça Eletrônico, dentro do prazo máximo de 24 horas, a contar da devolução dos autos em cartório.

D) É permitido ao servidor dos ofícios de justiça prestar informações por telefone aos advogados, aos membros do Ministério Público, às partes e ao público em geral acerca dos atos e termos do processo.

E) Quando ocorrer erro ou omissão de elemento indispensável na publicação, independentemente de despacho ou de reclamação da parte, proceder-se-á imediatamente à retificação e nova publicação, encartando-se aos autos cópia do ato incorretamente publicado.

64 – (2º Simulado Geral. 2024. Inéditas) No que se refere à consulta e à carga dos autos, assinale a alternativa correta.

A) A carga de autos de processos findos e que não estejam sujeitos a segredo de justiça só pode ser autorizada a advogado que tenha procuração, pelo prazo de 10 (dez) dias.

B) É defeso aos advogados indicarem prepostos, funcionários ou estagiários a retirarem, em nome deles, os autos em carga.

C) Na fluência de prazo comum, só em conjunto ou mediante prévio ajuste por petição nos autos os procuradores das partes ou seus prepostos retirarão os autos, ressalvada a obtenção de cópias para a qual cada procurador ou preposto poderá retirá-los pelo prazo de 2 (duas) a 6 (seis) horas, mediante carga, independentemente de ajuste, observado o término do expediente forense.

D) A carga rápida dos autos será concedida pelo escrivão ou o escrevente responsável pelo atendimento, pelo período de duas horas, mediante controle de movimentação física dos autos, conforme formulário a ser preenchido e assinado por advogado ou estagiário de Direito devidamente constituído no processo, ou ainda por pessoa credenciada pelo advogado ou sociedade de advogados.

E) O advogado deve restituir, no prazo legal, os autos que tiver retirado do escritório de justiça. Se intimado pessoalmente, o advogado não devolver os autos no prazo de 48 horas, perderá o direito à vista fora de cartório e incorrerá em multa correspondente à metade do salário mínimo.

ATUALIDADES

65 – (2º Simulado Geral. 2024. Inéditas) Em setembro de 2024, o presidente da Bolívia, Luis Arce, acusou o ex-presidente Evo Morales de planejar um golpe de Estado para tentar retornar ao poder.

Qual dos seguintes fatores foi mencionado por Arce como motivador para essa acusação?

A) Evo Morales quer implementar novas políticas econômicas voltadas para a classe trabalhadora.

B) Morales busca fortalecer alianças regionais e reestabelecer sua liderança na América Latina.

C) O ex-presidente pretende encurtar o mandato de Arce para antecipar as eleições presidenciais.

D) Morales está promovendo um movimento pela paz e estabilidade política no país.

E) Evo Morales planeja candidatar-se para consolidar o seu partido, o Movimento ao Socialismo (MAS).

66 – (2º Simulado Geral. 2024. Inéditas) O presidente do México, Manuel Andrés López Obrador, aprovou uma reforma judicial que introduz um modelo inédito no mundo. Qual é a principal característica dessa reforma?

- A) A criação de um tribunal superior especializado em direitos humanos.
- B) A introdução de eleições diretas para juízes e magistrados, incluindo os ministros da Suprema Corte.
- C) A redução do mandato dos juízes e a obrigatoriedade de aposentadoria aos 65 anos.
- D) A centralização do poder de indicação de juízes exclusivamente no Executivo.
- E) O aumento do número de ministros da Suprema Corte de nove para treze.

67 – (2º Simulado Geral. 2024. Inéditas) Durante a Cúpula do Futuro da ONU, líderes mundiais adotaram um pacto com 56 ações para promover um planeta mais sustentável.

Qual dos seguintes pontos está entre os principais compromissos desse pacto?

- A) A criação de um novo fundo internacional para monitoramento de mudanças climáticas.
- B) A implementação de um sistema global de renda mínima para erradicar a desigualdade.
- C) A aceleração da implementação da Agenda 2030 para atingir os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.
- D) A formação de um conselho permanente de líderes empresariais para aconselhar a ONU em questões econômicas.
- E) A eliminação gradual do uso de combustíveis fósseis em todos os países membros até 2040.

68 – (2º Simulado Geral. 2024. Inéditas) Em 2024, um incêndio atingiu a Floresta Nacional de Brasília (Flona), destruindo uma parte significativa do parque. Qual das seguintes afirmações sobre o incidente é correta?

- A) O incêndio foi causado por fenômenos naturais, como raios.
- B) A área afetada correspondeu a aproximadamente 10% da extensão total da Flona.
- C) O incêndio foi controlado pela Defesa Civil local sem necessidade de intervenção federal.
- D) Duas das cinco nascentes de água da Flona, que abastecem parte da capital do país, foram atingidas.
- E) A investigação descartou qualquer hipótese de incêndio criminoso.

69 – (2º Simulado Geral. 2024. Vunesp) Suponha que Alice tem 18 anos e que é pessoa com deficiência oculta, utilizando, como identificador, um cordão de fita com desenhos de girassóis. Na última sexta-feira, Alice foi com sua mãe, Iolanda, que tem 55 anos, até uma Unidade Básica de Atendimento (UBS) para ambas receberem a vacina da dengue, e solicitaram prioridade no atendimento ao mostrar à Lúcia, funcionária da UBS, que Alice possuía deficiência oculta, o que seria comprovado pela utilização do cordão de fita com o desenho de girassóis.

Com base na situação hipotética apresentada e no disposto no Estatuto da Pessoa com Deficiência, é correto afirmar que

A) o cordão de fita com desenhos de girassóis não é considerado como o símbolo de identificação de pessoas com deficiências ocultas, devendo Alice apresentar atestado médico contendo a CID da patologia.

B) o uso do cordão de fita com desenhos de girassóis é suficiente para que Alice exercite todos os direitos e garantias previstos no Estatuto da Pessoa com Deficiência, no entanto, não há atendimento prioritário para o recebimento de vacinas.

C) a utilização do cordão de fita com desenhos de girassóis por Alice não dispensa a apresentação de documento comprobatório da deficiência, caso seja solicitado por Lúcia.

D) Alice tem prioridade para receber a vacina, desde que apresente documento comprobatório da deficiência, e o atendimento prioritário não se estende à Iolanda, pois ela ainda não é idosa.

E) o cordão de fita com desenhos de girassóis foi instituído como símbolo nacional de identificação de pessoas com deficiências ocultas, e a utilização dele é obrigatória, devendo ser concedida prioridade para Alice e Iolanda, caso ela seja comprovadamente a atendente pessoal da filha.

70 – (2º Simulado Geral. 2024. Vunesp) Segundo o Estatuto da Pessoa com Deficiência (2015), art. 36, o processo destinado a propiciar à pessoa com deficiência aquisição de conhecimentos, habilidades e aptidões para exercício de profissão ou de ocupação, permitindo nível suficiente de desenvolvimento profissional para ingresso no campo de trabalho, denomina-se

- A) reabilitação profissional.
- B) serviços multidisciplinares.
- C) capacitismo e desenvolvimento.
- D) habilitação profissional.
- E) inclusão profissional.

MATEMÁTICA

71 – (2º Simulado Geral. 2024. Vunesp) Em um escritório, há 126 processos para serem arquivados. Após o primeiro dia de trabalho, a razão do número de processos arquivados para o número de processos não arquivados era $\frac{2}{7}$. Na manhã do segundo dia de trabalho, mais alguns processos foram arquivados, de modo que a razão citada passou a ser $\frac{2}{5}$. O número de processos arquivados na manhã do segundo dia de trabalho foi

- A) 8.
- B) 5.
- C) 7.
- D) 6.
- E) 4.

72 – (2º Simulado Geral. 2024. Vunesp) Um grupo com 60 novos analistas legislativos com especialidade A e 150 novos analistas legislativos com especialidade B precisa ser dividido em grupos menores, contendo, cada um, x analistas com especialidade A e y analistas com especialidade B. Para tanto, não pode haver analista fora de um grupo, e o número de grupos tem que ser o maior possível. Nesse caso o valor de $y - x$ deve ser igual a

- A) 2.
- B) 3.
- C) 5.
- D) 1.
- E) 4.

73 – (2º Simulado Geral. 2024. Vunesp) Considere a seguinte sequência de comandos que foi dada a uma pessoa que está localizada em um ponto A:

- I. Do ponto em que está, caminhe 2 metros, em linha reta, e pare.
- II. No ponto em que parou, gire 45° para esquerda.
- III. Repita os comandos I e II até retornar ao ponto inicial A.

Ao concluir a sequência de comandos anterior, a forma geométrica do trajeto feito pela pessoa corresponderá a um

- A) hexágono (forma com 6 lados).
- B) heptágono (forma com 7 lados).
- C) quadrilátero (forma com 4 lados).
- D) octógono (forma com 8 lados).
- E) pentágono (forma com 5 lados).

74 – (2º Simulado Geral. 2024. Vunesp) Uma gráfica precisa imprimir um lote de 5000 folhetos e, para isso, iniciou o trabalho utilizando somente a máquina A, que imprime 6 folhetos em 20 segundos. Após essa máquina trabalhar sozinha e sem interrupções por 25 minutos, uma máquina B também começou a imprimir esses mesmos folhetos, trabalhando junto com a máquina A, que não parou de trabalhar. Sabendo que ambas as máquinas trabalharam sempre sem interrupções e que a máquina B imprime 8 folhetos em 15 segundos, o tempo total gasto na impressão desse lote foi igual a

- A) 2 horas e 12 minutos.
- B) 1 hora e 31 minutos.
- C) 2 horas e 3 minutos.
- D) 1 hora e 56 minutos.
- E) 1 hora e 45 minutos.

75 – (2º Simulado Geral. 2024. Vunesp) A tabela mostra o número de funcionários que trabalham em cada um dos 4 setores de uma empresa.

Setor	Nº de funcionários
A	16
B	21
C	18
D	9

Essa empresa criou um novo setor E, para o qual foram contratados determinado número de novos funcionários. Após essas contratações, a média aritmética do número de funcionários desses 5 setores ficou 2 unidades a menos do que a média aritmética dos 4 setores iniciais. O número de novos funcionários contratados para o setor E foi

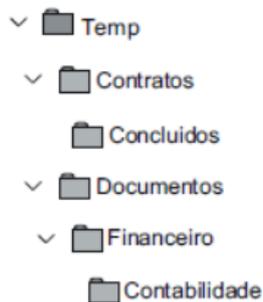
- A) 2.
- B) 6.
- C) 5.
- D) 4.
- E) 3.

76 – (2º Simulado Geral. 2024. Vunesp)
Jorge e Rui são dois técnicos em transcrições e juntos transcreveram 40 documentos em um dia. Sabendo que o número de documentos transcritos por Jorge foi igual a $\frac{2}{3}$ do número de documentos transcritos por Rui, então, o número de documentos que Rui transcreveu a mais do que Jorge foi

- A) 12.
- B) 10.
- C) 9.
- D) 6.
- E) 8.

INFORMÁTICA

77 – (2º Simulado Geral. 2024. Vunesp)
Tem-se a seguinte estrutura de pastas, exibidas no Explorador de Arquivos do Microsoft Windows 10, ambos em sua configuração padrão.



Assinale a alternativa com o resultado obtido ao se selecionar a pasta Documentos e apagá-la, considerando que todas as permissões para a operação estão concedidas.

- Temp
 - Contratos
 - Concluidos
- A)
- Temp
 - Contratos
 - Concluidos
 - Financeiro
 - Contabilidade
- B)
- Temp
 - Contratos
 - Concluidos
 - Financeiro
 - Contabilidade
- C)
- Temp
 - Contratos
 - Concluidos
 - Financeiro
- D)
- Temp
 - Contratos
 - Concluidos
 - Contabilidade
 - Financeiro
- E)

78 – (2º Simulado Geral. 2024. Vunesp) Um usuário, utilizando o sistema Windows 11 em sua configuração-padrão, selecionou o atalho de um programa que estava na Área de Trabalho e pressionou a tecla DEL do teclado.

Assinale a alternativa que apresenta corretamente a ação tomada pelo sistema.

- A) O programa foi desinstalado.
- B) Foi exibida uma mensagem de confirmação sobre a operação de exclusão do programa.
- C) O atalho foi enviado à Lixeira.
- D) O programa foi enviado à Lixeira.
- E) O atalho foi excluído definitivamente.

79 – (2º Simulado Geral. 2024. Vunesp) Um usuário criou um novo documento vazio por meio do MS-Word 2016, em sua configuração padrão, e executou a sequência de ações descrita a seguir:

Clicou em um ou mais ícones de formatação de Fonte distintos e digitou Polícia.

Apertou Enter.

Clicou em um ou mais ícones de formatação de Fonte distintos e digitou Militar.

Apertou Enter.

Clicou em um ou mais ícones de formatação de Fonte distintos e digitou Estado.

Apertou Enter.

Clicou em um ou mais ícones de formatação de Fonte distintos e digitou São Paulo.

O resultado final é visto na imagem a seguir.

Polícia
Militar
Estado
São Paulo

O(s) ícone(s) de formatação de Fonte clicado(s) no parágrafo da palavra Paulo é (são)

- A) itálico e sublinhado, apenas.
- B) negrito e itálico, apenas.
- C) negrito, apenas.
- D) negrito e sublinhado, apenas.
- E) itálico, negrito e sublinhado.

80 – (2º Simulado Geral. 2024. Vunesp) Em um documento vazio do MS-Word 365, em sua configuração padrão, um usuário inseriu uma tabela com 1 linha e uma coluna. Com o cursor dentro da única célula inicial, executou as operações descritas a seguir, na ordem em que aparecem:

- 1- Digitou Auxiliar
- 2- Pressionou Enter
- 3- Digitou Técnico
- 4- Pressionou Enter
- 5- Digitou de
- 6- Pressionou Enter
- 7- Digitou Educação

Assinale a alternativa que apresenta, **corretamente**, a(s) tabela(s) resultante(s) após a execução de todas as operações descritas.

A)

Auxiliar	Técnico	de	Educação
----------	---------	----	----------

B)

Auxiliar
Técnico
de
Educação

C)

Auxiliar
Técnico
de
Educação

D)

Auxiliar
Técnico
de
Educação

E)

Auxiliar
Técnico
de
Educação

81 – (2º Simulado Geral. 2024. Vunesp) Um usuário criou um documento vazio por meio do MS-Word 365, em sua configuração padrão, e inseriu uma tabela com 3 linhas e 2 colunas. Em seguida, com o cursor dentro da célula da primeira coluna e primeira linha, escolheu o ícone Dividir células e, na janela de opções aberta, escolheu 2 para Número de colunas e 1 para Número de linhas, clicando em OK para aplicar as opções. Assinale a alternativa que apresenta a quantidade de células da tabela após a ação descrita no enunciado.

- A) 5
- B) 8
- C) 7
- D) 6
- E) 9

82 – (2º Simulado Geral. 2024. Vunesp) Observe a planilha a seguir, elaborada por meio do MS-Excel 2016, em sua configuração padrão.

	A	B
1	Nome	Orçamento
2	João	R\$ 300,00
3	Maria	R\$ 200,00
4	Pedro	R\$ 100,00
5	Miriam	R\$ 400,00
6	Joaquim	R\$ 250,00
7		

O usuário preencheu os dados e selecionou todos os dados clicando em A1 e arrastando a seleção até B6. Em seguida, clicou no botão para classificar de forma crescente ().

Assinale a alternativa que apresenta o nome que aparece na célula A4 após a classificação descrita.

- A) João.
- B) Maria.
- C) Pedro.
- D) Miriam.
- E) Joaquim.

83 – (2º Simulado Geral. 2024. Vunesp) A planilha exibida a seguir foi elaborada por meio do MS-Excel 365, em sua configuração padrão.

	A	B	C
1	2	1	2
2	3	3	4
3	4	4	5
4	5	5	3
5	2	3	1
6			

Ao preencher a fórmula =CONT.SE(A1:C5;A1). na célula A6, esta apresentará o resultado:

- A) 4
- B) 5
- C) 1
- D) 3
- E) 2

84 – (2º Simulado Geral. 2024. Vunesp) Um usuário acessa com frequência sites governamentais e endereços de sistemas on-line usados pela escola. Para facilitar e agilizar o acesso aos principais endereços usados com frequência, o Google Chrome, versão 118, em sua configuração padrão, possui um recurso que permite cadastrar tais endereços, atribuindo um nome a cada endereço e organizando-os em pastas.

Tal recurso é chamado de

- A) Favoritos.
- B) Página inicial.
- C) Downloads.
- D) Página de inicialização.
- E) Histórico.

85 – (2º Simulado Geral. 2024. Vunesp) No Google Chrome, versão 119, em sua configuração padrão, o atalho por teclado fecha uma aba ativa dentro de uma janela, enquanto o atalho permite reabrir a última aba fechada anteriormente na janela. Assinale a alternativa que preenche, correta e respectivamente, as lacunas do enunciado.

- A) Ctrl + Alt + T ... Ctrl + T
- B) Ctrl + Shift + Q ... Ctrl + Shift + N
- C) Alt + F4 ... Alt + F2
- D) Ctrl + F4 ... Ctrl + T
- E) Ctrl + W ... Ctrl + Shift + T

86 – (2º Simulado Geral. 2024. Vunesp) Usando o Microsoft Outlook 2016, em sua configuração padrão, Rafael enviou uma mensagem de correio eletrônico com as seguintes características:

De: Rafael

Para: Angelica

Cc: Maria

Cco: Renato

Considere que tal mensagem foi enviada e recebida por todos os destinatários com sucesso, que todos também utilizam o Microsoft Outlook 2016, em sua configuração original, e que todos os destinatários clicaram em Responder.

Com base no exposto, assinale a alternativa que indica qual(is) dele(s) terá(ão) sua mensagem criada automaticamente pelo Outlook e formatada da seguinte forma, considerando apenas os campos Para, Cc e Cco.

Para: Rafael

Cc:

Cco:

A) Angelica e Maria, apenas.

B) Angelica, apenas.

C) Maria e Renato, apenas.

D) Maria, apenas.

E) Angelica, Maria e Renato.

87 – (2º Simulado Geral. 2024. Vunesp) Um usuário, utilizando o Outlook 365 em sua configuração-padrão, começou a redigir um e-mail em resposta a um e-mail que havia recebido e, antes que o concluísse, fechou a janela em que estava redigindo a mensagem.

Entretanto, após alguns minutos, ao acessar novamente o Outlook, o usuário notou que o e-mail que estava sendo redigido estava salvo na pasta:

A) Itens Enviados.

B) Arquivo Morto.

C) Caixa de Saída.

D) Rascunhos.

E) Lixo Eletrônico.

88 – (2º Simulado Geral. 2024. Vunesp) Ao realizar uma busca através do site www.google.com.br, em sua configuração padrão, na página de resultados, é possível aplicar filtros aos resultados da busca. Assinale a alternativa que apresenta o recurso que deve ser utilizado para restringir os resultados usando um filtro de data.

A) Mais.

B) Google Apps.

C) Ferramentas de inserção de texto.

D) Ferramentas.

E) Configurações rápidas.

89 – (2º Simulado Geral. 2024. FGV) Gabriel, gerente de vendas na empresa X, precisa fazer uma reunião com dois fornecedores de sua empresa. Ele possui em seu computador o pacote OFFICE 365. Sabendo da dificuldade de locomoção atualmente, Gabriel acertou com o pessoal envolvido que a reunião seria online. Ele solicitou apoio de um auxiliar da empresa X e fará uso do Microsoft Teams. Gabriel gerará o link para a reunião e gerenciará o momento em que cada fornecedor poderá falar. Seus fornecedores precisarão conversar e compartilhar vídeos. Seu auxiliar fará compartilhamento de conteúdo e controlará a gravação da reunião para a geração de uma ata.

Sendo assim, Gabriel, seus fornecedores e seu auxiliar deverão ter, respectivamente, as funções de:

- A) participante, participante e organizador;
- B) participante, organizador e organizador;
- C) organizador, organizador e participante;
- D) organizador, participante e participante;
- E) organizador, organizador e organizador.

90 – (2º Simulado Geral. 2024. Cespe/Cebraspe) A ferramenta de comunicação colaborativa Microsoft Teams possui como característica

- A) o acesso dos administradores e das pessoas da equipe ao sítio do canal privado, ainda que eles não sejam membros do canal.
- B) o acesso externo para que usuários se comuniquem com usuários em outros domínios e organizações fora da sua organização por meio do *chat*.
- C) a edição de documentos no Google Docs diretamente dentro do aplicativo.
- D) a desativação da gravação de uma reunião pelos organizadores independentemente das políticas de administração.
- E) o deslocamento de um canal privado vinculado à equipe pai para uma equipe diferente, sem a necessidade de se criar outra conta para gerenciar.

RACIOCÍNIO LÓGICO

91 – (2º Simulado Geral. 2024. Vunesp) A respeito de as pessoas serem naturais de uma determinada cidade, seguem algumas afirmações, com a respectiva valoração lógica:

I. Antônio é ou Bernadete é. VERDADE.

II. Camila é e Francisco é. FALSIDADE.

III. Geraldo é e Heloísa é. FALSIDADE.

IV. Antônio é ou Dora é. FALSIDADE.

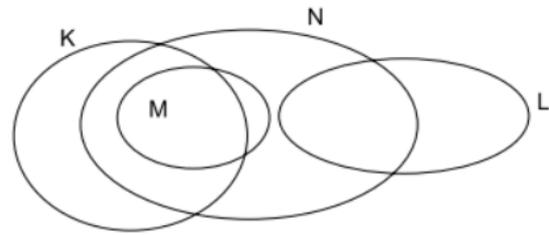
V. Geraldo é e Elói é. VERDADE.

VI. Francisco é ou Heloisa é. VERDADE.

A partir dessas afirmações, é logicamente correto concluir que, dentre essas pessoas, o total daquelas que são naturais dessa cidade é:

- A) 3
- B) 7
- C) 4
- D) 6
- E) 5

92 – (2º Simulado Geral. 2024. Vunesp) Analise o diagrama lógico a seguir.



A partir das informações fornecidas, é correto afirmar que

- A) existe elemento de M, que não é elemento de L nem elemento de K.
- B) não há elemento de M que seja elemento de K e N.
- C) qualquer elemento de L, que não é elemento apenas de L, é também elemento de K.
- D) há pelo menos um elemento de N que é elemento de K e também elemento de L.
- E) todos os elementos de N, que são elementos de K, também são elementos de M.

93 – (2º Simulado Geral. 2024. Vunesp)
 Considere as proposições A e B. Rascunho

Proposição A: O analista é capaz.

Proposição B: Se o analista é experiente,
 então o projeto segue com segurança.

Uma proposição composta por disjunção
 inclusiva, da negação lógica de A e da
 equivalente lógica de B, é:

A) O analista é capaz ou o analista não é
 experiente ou o projeto não segue com
 segurança.

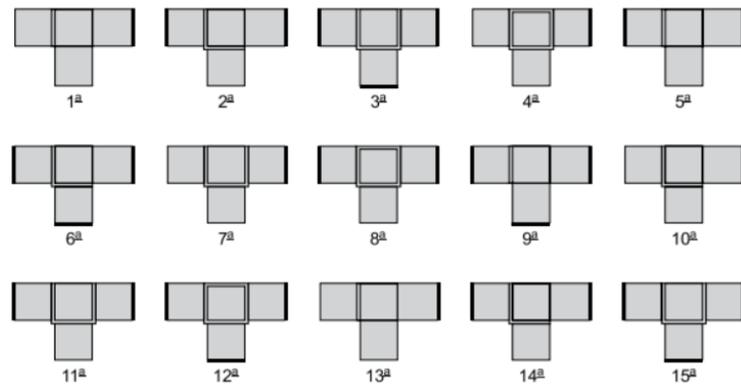
B) O analista não é capaz ou se o projeto não
 segue com segurança, então o analista não
 é experiente.

C) O analista não é capaz ou se o analista
 não é experiente, então o projeto não segue
 com segurança.

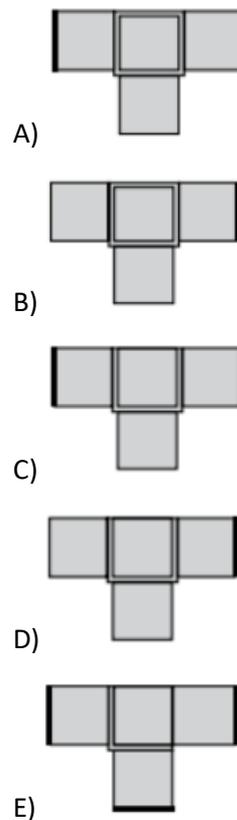
D) Se o analista não é capaz ou o analista
 não é experiente, então o projeto não segue
 com segurança.

E) O analista não é capaz e se o projeto não
 segue com segurança, então o analista não
 é experiente.

94 – (2º Simulado Geral. 2024. Vunesp) A
 seguir são apresentadas as 15 primeiras
 figuras de uma sequência ilimitada que foi
 criada com um padrão lógico. Não há figura
 dessa sequência que não esteja entre essas
 já apresentadas, e a ordem das figuras em
 toda a sequência repete o padrão já
 revelado pelos 15 primeiros termos.



A figura que ocupa a 79ª posição nessa
 sequência é a



95 – (2º Simulado Geral. 2024. Vunesp) Considere a sequência a seguir que tem como primeiro elemento o número decimal dois décimos (0,2) e foi criada com um padrão lógico:

0,2; 0,2; 0,4; 0,6; 1; 1,6; 2,6; 4,2; 6,8; ...

A soma dos primeiros três números inteiros dessa sequência é

- A) 132.
- B) 131.
- C) 135.
- D) 133.
- E) 134.

96 – (2º Simulado Geral. 2024. Vunesp) Com base nas informações a respeito de duas afirmações, um profissional tem que emitir um parecer contendo uma afirmação necessariamente verdadeira sobre Rosa ou sobre Cristina. Tais afirmações são “se Rosa vive de aposentadoria, então Cristina ainda trabalha”, sendo essa uma afirmação verdadeira, e “Rosa vive de aposentadoria e Cristina ainda trabalha”, sendo essa, não verdadeira. Uma afirmação necessariamente verdadeira que se deve emitir no parecer é

- A) Cristina é aposentada.
- B) Cristina ainda trabalha.
- C) Rosa vive de aposentadoria.
- D) Cristina não trabalha mais.
- E) Rosa não vive de aposentadoria.

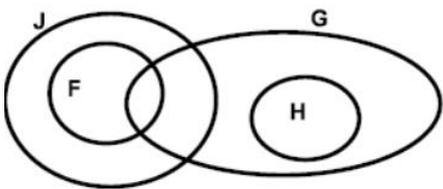
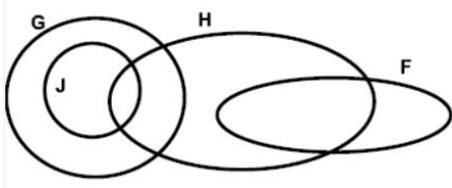
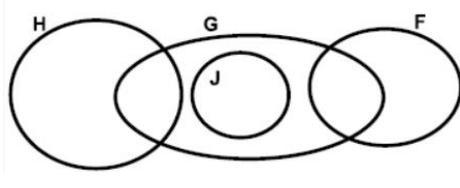
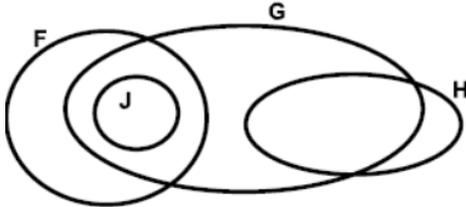
97 – (2º Simulado Geral. 2024. Vunesp) Sabendo que ou Carla é administradora de banco de dados ou Ana é administradora de banco de dados, é correto afirmar que

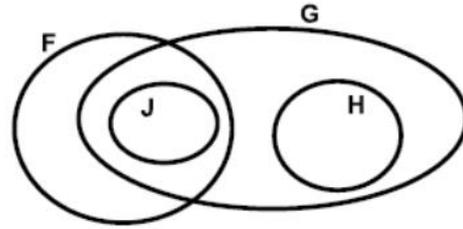
- A) Carla é administradora de banco de dados e Ana não é administradora de banco de dados.
- B) Carla não é administradora de banco de dados e Ana é administradora de banco de dados.
- C) Ambas as pessoas, Carla e Ana, são administradoras de banco de dados.
- D) Ambas as pessoas, Carla e Ana, não são administradoras de banco de dados.
- E) Apenas uma dessas pessoas, Carla ou Ana, é administradora de banco de dados.

98 – (2º Simulado Geral. 2024. Vunesp) São verdadeiras as afirmações:

- I. Qualquer elemento de J é também elemento de G.
- II. Não há elemento de F que seja elemento de H, nem há elemento de J que não seja elemento de F.
- III. Há elemento de G que não é elemento de F nem elemento de H, e há elemento de H que é elemento de G, mas não todos.

Assinale a alternativa que apresenta o diagrama lógico que representa corretamente essas três afirmações.

- A) 
- B) 
- C) 
- D) 



E)

99 – (2º Simulado Geral. 2024. Vunesp) Considere verdadeiras as seguintes premissas:

- I. Se Patrícia é professora, então Amanda não é assistente social.
- II. Se Amanda não é assistente social ou Rogério não é psicólogo, então Hugo é arquiteto.
- III. Se Rogério não é psicólogo, então Luiz não é corretor de imóveis e Paulo é atleta.
- IV. Hugo não é arquiteto.

Uma conclusão verdadeira que decorre das premissas apresentadas é

- A) Rogério é psicólogo.
- B) Luiz não é corretor de imóveis.
- C) Patrícia é professora.
- D) Paulo é atleta.
- E) Amanda não é assistente social.

100 – (2º Simulado Geral. 2024. Vunesp)
Assinale a alternativa que contém uma negação lógica para a afirmação “todo colaborador da empresa Alfa tem ensino superior e fala mais de uma língua”.

A) Nenhum colaborador da empresa Alfa não tem ensino superior e não fala mais de uma língua.

B) Existe colaborador da empresa Alfa que não tem ensino superior ou não fala mais de uma língua.

C) Nenhum colaborador da empresa Alfa não tem ensino superior ou não fala mais de uma língua.

D) Existe colaborador da empresa Alfa que não tem ensino superior e não fala mais de uma língua.

E) Os colaboradores da empresa Alfa não têm ensino superior ou não falam mais de uma língua.

nome do candidato

nº da inscrição

assinatura do candidato



3 5 4 6 8 9 5 0 1 8 7 8 4

01	A	B	C	D	E
02	A	B	C	D	E
03	A	B	C	D	E
04	A	B	C	D	E
05	A	B	C	D	E
06	A	B	C	D	E
07	A	B	C	D	E
08	A	B	C	D	E
09	A	B	C	D	E
10	A	B	C	D	E
11	A	B	C	D	E
12	A	B	C	D	E
13	A	B	C	D	E
14	A	B	C	D	E
15	A	B	C	D	E
16	A	B	C	D	E
17	A	B	C	D	E
18	A	B	C	D	E
19	A	B	C	D	E
20	A	B	C	D	E
21	A	B	C	D	E
22	A	B	C	D	E
23	A	B	C	D	E
24	A	B	C	D	E
25	A	B	C	D	E
26	A	B	C	D	E
27	A	B	C	D	E
28	A	B	C	D	E
29	A	B	C	D	E
30	A	B	C	D	E
31	A	B	C	D	E
32	A	B	C	D	E
33	A	B	C	D	E
34	A	B	C	D	E
35	A	B	C	D	E
36	A	B	C	D	E
37	A	B	C	D	E
38	A	B	C	D	E
39	A	B	C	D	E
40	A	B	C	D	E
41	A	B	C	D	E
42	A	B	C	D	E
43	A	B	C	D	E
44	A	B	C	D	E
45	A	B	C	D	E
46	A	B	C	D	E
47	A	B	C	D	E
48	A	B	C	D	E
49	A	B	C	D	E
50	A	B	C	D	E

51	A	B	C	D	E
52	A	B	C	D	E
53	A	B	C	D	E
54	A	B	C	D	E
55	A	B	C	D	E
56	A	B	C	D	E
57	A	B	C	D	E
58	A	B	C	D	E
59	A	B	C	D	E
60	A	B	C	D	E
61	A	B	C	D	E
62	A	B	C	D	E
63	A	B	C	D	E
64	A	B	C	D	E
65	A	B	C	D	E
66	A	B	C	D	E
67	A	B	C	D	E
68	A	B	C	D	E
69	A	B	C	D	E
70	A	B	C	D	E
71	A	B	C	D	E
72	A	B	C	D	E
73	A	B	C	D	E
74	A	B	C	D	E
75	A	B	C	D	E
76	A	B	C	D	E
77	A	B	C	D	E
78	A	B	C	D	E
79	A	B	C	D	E
80	A	B	C	D	E
81	A	B	C	D	E
82	A	B	C	D	E
83	A	B	C	D	E
84	A	B	C	D	E
85	A	B	C	D	E
86	A	B	C	D	E
87	A	B	C	D	E
88	A	B	C	D	E
89	A	B	C	D	E
90	A	B	C	D	E
91	A	B	C	D	E
92	A	B	C	D	E
93	A	B	C	D	E
94	A	B	C	D	E
95	A	B	C	D	E
96	A	B	C	D	E
97	A	B	C	D	E
98	A	B	C	D	E
99	A	B	C	D	E
100	A	B	C	D	E

**NÃO AMASSE,
NÃO DOBRE E
NÃO RASURE,
POIS NÃO
HAVERÁ
SUBSTITUIÇÃO
DESTA FOLHA DE
RESPOSTAS**

área reservada ao fiscal da prova

DIGITAL



LÍNGUA PORTUGUESA

1 – (2º Simulado Geral. 2024. Vunesp) Leia o texto para responder às questões de números **01** a **04**.

Eu ia dando a minha voltinha num silêncio interior de paz. Está difícil perambular nas ruas de hoje. Muito barulho, carros voando ou atravancando a calçada, anda sobrecarregado o ar que respiramos. Mas há sempre o que ver, se levamos olhos desprevenidos, de simpatia.

Eu ia andando pra clarear as ideias, ou pra pensar em nada. Nessa hora de entrega e de inocência é que acontece a iluminação. A luzinha do entendimento acende onde quer.

Sem nenhum objetivo, ia eu bem satisfeitinho na minha disponibilidade. Aberto a qualquer convite, podia comprar um bombom, ou uma flor. A gente sabe que o endereço da felicidade é no passado e é mentira. Mas é bom que exista, a felicidade. Nem que seja um momentinho só. Tão rico que dá pra ir vivendo. E se renova com qualquer surpresa boba. Encontrar por exemplo na banca uma revista fútil e dar com a foto daquela moça bonita. Olhar seus olhos e entendê-los, olhos adentro.

A vida é um mundo de possibilidades. Atração e repulsa, afinidades. Convergência e divergência. Nessa altura, as minhas pernas tinham me levado pro mundo da Lua. Quando me dei conta, estava espiando uma fila que tomava a calçada. [...] De repente, os aposentados saíram da toca e estão na rua, pacientes em fila ou irados aos magotes.

Mas aquela fila não podia ser de aposentados. Tinha muitos jovens. Um pequeno interesse, receber um dinheirinho, ou uma pequena obrigação, pagar uma conta, juntou na fila aquele pessoal todo. Misterioso caminho, esse, que aproxima as pessoas por um instante e depois as separa. Há de ver que ali estavam lado a lado duas almas que se procuram e, distraídas, disso não se aperceberam. O acaso, o destino, quanta coisa passa por uma cabeça vadia! Ou por um coração volúvel.

(Otto Lara Resende. *A rua, a fila, o acaso*. <https://cronicabrasileira.org.br>, 23.09.1992. Adaptado)

Glossário

aos magotes: aos montes.

A partir da leitura do texto, é **correto** afirmar que o narrador

A) considera caminhar sem rumo pela cidade um ato prazeroso desde que se seja jovem.

- B) entende a felicidade como algo importante e inesperado, mesmo que ocorra pontualmente.
- C) prefere pensar em questões relevantes a deixar que banalidades do dia a dia o distraiam.
- D) acredita que seus passeios despreocupados podem lhe trazer felicidades como nunca antes.
- E) tem consigo que encontrar o que ver no mundo independe de disposição de espírito.

Comentário

a) O narrador considera caminhar sem rumo pela cidade um ato prazeroso desde que se seja jovem.

INCORRETA. O texto não sugere que o narrador veja a juventude como um pré-requisito para o prazer de caminhar. Ele menciona sua experiência pessoal, sem indicar idade como fator determinante para a apreciação de suas voltas despreocupadas. Como ele mesmo diz: *"Eu ia dando a minha voltinha num silêncio interior de paz. Está difícil perambular nas ruas de hoje. Muito barulho, carros voando ou atravancando a calçada, anda sobrecarregado o ar que respiramos. Mas há sempre o que ver, se levamos olhos desprevenidos, de simpatia."*

b) O narrador entende a felicidade como algo importante e inesperado, mesmo que ocorra pontualmente.

CORRETA. Esta alternativa reflete a visão do narrador sobre a felicidade. Ele considera que a felicidade é algo raro e fugaz, mas aprecia sua importância, valorizando os momentos simples e inesperados que a renovam. Como menciona:

"A gente sabe que o endereço da felicidade é no passado e é mentira. Mas é bom que exista, a felicidade. Nem que seja um momentinho só. Tão rico que dá pra ir vivendo. E se renova com qualquer surpresa boba. Encontrar por exemplo na banca uma revista fútil e dar com a foto daquela moça bonita."

c) O narrador prefere pensar em questões relevantes a deixar que banalidades do dia a dia o distraiam.

INCORRETA. O texto sugere o oposto: o narrador valoriza as pequenas distrações e surpresas do dia a dia. Ele permite que a mente vague e acha valor em momentos e observações cotidianas. A passagem a seguir demonstra seu apreço por momentos banais:

"Quando me dei conta, estava espiando uma fila que tomava a calçada. [...] De repente, os aposentados saíram da toca e estão na rua, pacientes em fila ou irados aos magotes. Mas aquela fila não podia ser de aposentados. Tinha muitos jovens. Um pequeno interesse, receber um dinheirinho, ou uma pequena obrigação, pagar uma conta, juntou na fila aquele pessoal todo."

d) acredita que seus passeios despreocupados podem lhe trazer felicidades como nunca antes.

INCORRETA. Embora o narrador aprecie esses passeios, ele os vê como fontes de pequenas alegrias e surpresas, mas não de uma felicidade inédita ou inigualável. Ele considera a felicidade fugaz, algo momentâneo, e não uma grande mudança. Essa alternativa extrapola a ideia apresentada no texto.

e) O narrador tem consigo que encontrar o que ver no mundo independe de disposição de espírito.

INCORRETA. No texto, o narrador enfatiza a importância de um olhar “desprevenido” e simpático, sugerindo que a disposição de espírito é essencial para apreciar o que se vê ao caminhar pela cidade:

"Mas há sempre o que ver, se levamos olhos desprevenidos, de simpatia."

GABARITO B

2 - (2º Simulado Geral. 2024. Vunesp) Assinale a alternativa em que o vocábulo destacado foi empregado, no contexto, em sentido figurado.

- A) Muito barulho, carros voando ou atravancando a **calçada**... (1º parágrafo)
- B) Eu ia andando pra **clarear** as ideias... (2º parágrafo)
- C) Encontrar por exemplo na banca uma **revista** fútil... (3º parágrafo)
- D) ... pacientes em **fila** ou irados aos magotes. (4º parágrafo)
- E) O **acaso**, o destino, quanta coisa passa por uma cabeça vadia! (5º parágrafo)

Comentário

Entre as alternativas, a única opção que apresenta uma palavra ou expressão utilizada em sentido conotativo (ou figurado) é a **LETRA B**. Nessa alternativa, o verbo "**clarear**" é empregado de maneira figurada. Literalmente, "clarear" significa iluminar ou tornar algo visível, mas aqui o verbo se refere ao ato de organizar ou tornar claros os pensamentos.

Nas demais alternativas, todas as palavras foram usadas em seu sentido literal, conforme o dicionário. Não há uso de sentido figurado. Vejamos cada uma:

a) "Muito barulho, carros voando ou atravancando a calçada..." (1º parágrafo)

INCORRETA. O termo "calçada" é utilizado em seu sentido literal, referindo-se à parte da rua destinada aos pedestres.

c) "Encontrar por exemplo na banca uma revista fútil..." (3º parágrafo)

INCORRETA. O termo "revista" é empregado em seu sentido literal, significando uma publicação impressa com diversos conteúdos.

d) "... pacientes em fila ou irados aos magotes." (4º parágrafo)

INCORRETA. O termo "fila" é utilizado em seu sentido literal, indicando uma sequência de pessoas em linha.

e) "O acaso, o destino, quanta coisa passa por uma cabeça vadia!" (5º parágrafo)

INCORRETA. Aqui, o termo "acaso" é usado em seu sentido literal, referindo-se a ocorrências fortuitas e inesperadas.

GABARITO B

3 - (2º Simulado Geral. 2024. Vunesp) Considere os trechos a seguir.

- "Eu ia dando a minha voltinha num silêncio interior de paz." (1º parágrafo)
- "Misterioso caminho, esse, que aproxima as pessoas por um instante..." (5º parágrafo)

As expressões destacadas apresentam, **respectivamente**, circunstâncias de

- A) modo e tempo.
- B) modo e modo.
- C) causa e tempo.
- D) lugar e modo.
- E) lugar e tempo.

Comentário

▪

Primeiro trecho: "Eu ia dando a minha voltinha num silêncio interior de paz." (1º parágrafo)

A expressão destacada aqui, "num silêncio interior de paz," indica **MODO** em relação à ação de "dar a voltinha."

A pergunta que esclarece esse uso é: **De que modo ele ia dando sua voltinha?**

Resposta: ele ia dando sua voltinha **num silêncio interior de paz**.

▪

Segundo trecho: "Misterioso caminho, esse, que aproxima as pessoas por um instante..."
(5º parágrafo)

Na segunda frase, a expressão "por um instante" expressa a ideia de **TEMPO** em relação à ação de "aproximar as pessoas."

A pergunta que se aplica é: **Por quanto tempo esse caminho aproxima as pessoas?**

Resposta: **por um instante**, ou seja, por um curto espaço de tempo.

Portanto, a **LETRA A** é a opção correta, pois identifica corretamente os valores semânticos dos termos destacados:

- "num silêncio interior de paz" funciona como um **adjunto adverbial de modo**;
- "por um instante" funciona como um **adjunto adverbial de tempo**.

Conceitos Relevantes:

- **Adjunto Adverbial**: termo que se liga ao verbo, advérbio ou adjetivo e indica circunstâncias como tempo, lugar, modo, causa, finalidade, etc.
 - Exemplo: "Ele saiu **rapidamente**" (modo).
- **Adjunto Adnominal**: termo que se liga a um substantivo para qualificá-lo ou determiná-lo.
 - Exemplo: "Aquele é um **bom** homem" (adjetivo "bom" qualificando o substantivo "homem").

Observação: O adjunto adnominal se aproxima de um substantivo, enquanto o adjunto adverbial se liga a verbos, advérbios ou adjetivos para exprimir a ideia de circunstância.

GABARITO A

4 - (2º Simulado Geral. 2024. Vunesp) Assinale a alternativa em que a alteração da posição do vocábulo em destaque em relação ao trecho original está em conformidade com a norma-padrão de colocação pronominal.

- A) E renova-**se** com qualquer surpresa boba.
- B) Nessa altura, as minhas pernas tinham levado-**me** pro mundo da Lua.
- C) Quando dei-**me** conta, estava espiando uma fila que tomava a calçada.
- D) Há de ver que ali estavam lado a lado duas almas que procuram-**se**...
- E) ... almas que se procuram e, distraídas, disso não aperceberam-**se**.

Comentário

A questão pede que se assinale a alternativa em que a alteração da posição do pronome está de acordo com a norma-padrão de colocação pronominal.

a) E renova-se com qualquer surpresa boba.

CORRETA. A gramática normativa permite a colocação facultativa do pronome em duas posições quando o verbo é precedido por uma conjunção coordenativa sem fator de atração. A palavra "e" é uma **conjunção coordenativa aditiva**, e, portanto, ambas as construções a seguir são corretas:

- **E se renova com qualquer surpresa boba.**
- **E renova-se com qualquer surpresa boba.**

Casos de colocação facultativa do pronome, segundo a norma-padrão:

1. Com verbo no infinitivo precedido de palavras atrativas ou das preposições para, em, por, sem, de, até, a.
 - Exemplo: "Ele deixou de os levar para a escola" / "Ele deixou de levá-los para a escola."
2. Com sujeito explícito antes do verbo sem palavra atrativa.
 - Exemplo: "Ela me deixou triste" / "Ela deixou-me triste."
3. Com conjunções coordenativas antes do verbo sem palavra atrativa.
 - Exemplo: "Ela veio, mas se retirou logo" / "Ela veio, mas retirou-se logo."
4. Com pronomes demonstrativos antes do verbo sem palavra atrativa.
 - Exemplo: "Aquilo me deixou feliz" / "Aquilo deixou-me feliz."

b) Nessa altura, as minhas pernas tinham levado-me pro mundo da Lua.

INCORRETA. De acordo com a norma-padrão, não se utiliza **ênclise** com verbos no particípio. As formas corretas seriam:

- **As minhas pernas tinham me levado**
- **As minhas pernas tinham-me levado**

- **As minhas pernas me tinham levado**

c) Quando dei-me conta, estava espiando uma fila que tomava a calçada.

INCORRETA. Conjunções subordinativas, como "quando," exigem o uso da **próclise** (pronome antes do verbo). A construção correta é:

- **"Quando me dei conta..."**

d) Há de ver que ali estavam lado a lado duas almas que procuram-se...

INCORRETA. A palavra "que" é um fator de próclise, que atrai o pronome para antes do verbo. A construção correta seria:

- **"Duas almas que se procuram"**

e) ... almas que se procuram e, distraídas, disso não aperceberam-se.

INCORRETA. O advérbio "não" é um fator de próclise, atraindo o pronome para antes do verbo. A forma correta seria:

- **"Não se aperceberam"**

GABARITO A

5 - (2º Simulado Geral. 2024. Vunesp) Assinale a alternativa em que o vocábulo **onde** ou **aonde** foi empregado de acordo com a norma-padrão.

A) Convergir e divergir são antônimos, onde essas palavras são, portanto, contrárias uma à outra.

B) Se estamos em busca de paz interior, devemos estar aonde nos sentimos bem e com pessoas tranquilas.

C) A felicidade pode estar nas pequenas coisas, onde uma singela flor ou um doce barato são exemplos.

D) Onde teremos de ir se as filas continuarem crescendo e o número de atendentes não aumentar?

E) Um passeio a pé após o almoço, onde a calçada não seja irregular, pode ser bom para a digestão.

Comentário

A questão avalia o uso correto dos termos "onde" e "aonde".

- **AONDE:** usado com verbos que indicam movimento e que pedem a preposição "a", como ir, vir, chegar, etc. O termo "aonde" implica uma ideia de deslocamento.
 - Exemplo: "Aonde você vai?" (Indica movimento em direção a um lugar.)
- **ONDE:** utilizado para se referir a um lugar fixo, sem ideia de movimento.
 - Exemplo: "Onde você mora?" (Apenas localização.)

Vamos analisar cada alternativa:

a) Convergir e divergir são antônimos, onde essas palavras são, portanto, contrárias uma à outra.

INCORRETA. O termo "onde" está inadequado, pois não se refere a um lugar, mas a conceitos abstratos ("convergir" e "divergir"). Além disso, a conjunção "portanto" já estabelece a relação entre as ideias, tornando desnecessária uma nova ligação.

- **Correção:** "Convergir e divergir são antônimos; essas palavras são, portanto, contrárias uma à outra."

b) Se estamos em busca de paz interior, devemos estar aonde nos sentimos bem e com pessoas tranquilas.

INCORRETA. "Aonde" está incorreto, pois a frase não exprime ideia de movimento, mas apenas de localização. O correto é "onde".

- **Correção:** "Se estamos em busca de paz interior, devemos estar onde nos sentimos bem e com pessoas tranquilas."

c) A felicidade pode estar nas pequenas coisas, onde uma singela flor ou um doce barato são exemplos.

INCORRETA. O termo "onde" é inadequado, pois "pequenas coisas" não é um lugar. A frase está se referindo a exemplos de pequenas coisas.

- **Correção:** "A felicidade pode estar nas pequenas coisas, das quais uma singela flor ou um doce barato são exemplos."

d) Onde teremos de ir se as filas continuarem crescendo e o número de atendentes não aumentar?

INCORRETA. Aqui, o verbo "ir" indica movimento, o que requer o uso de "aonde".

- **Correção:** "Aonde teremos de ir se as filas continuarem crescendo e o número de atendentes não aumentar?"

e) Um passeio a pé após o almoço, onde a calçada não seja irregular, pode ser bom para a digestão.

CORRETA. O termo "onde" está correto, pois se refere a um lugar em que a calçada não seja irregular, o que implica apenas uma localização.

GABARITO E

6 - (2º Simulado Geral. 2024. Vunesp) Leia o Texto para responder as questões de números 06 a 09.

Sem contar com políticas públicas específicas para reduzir as taxas de jovens entre 15 e 29 anos que não estudam nem trabalham (os chamados nem-nem), o Brasil está estagnado em relação à maioria dos países analisados pela Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE). Em 2012, os nem-nem brasileiros eram 20% dessa faixa etária, índice que colocava o País entre os sete piores. Dez anos depois, tanto a posição nesse *ranking* quanto o percentual são os mesmos, mas a taxa brasileira piorou na comparação com a da média das nações que fazem parte da organização – o Brasil ainda não integra esse grupo, mas sua adesão está em tramitação.

Os resultados obtidos pela Irlanda nessa década são os que mais impressionam, fruto de um trabalho que mescla capacitação, ajuda para obtenção de emprego e assistência financeira. Assim, o país saiu da 6ª posição na lista dos dez com maiores índices de nem-nem para ficar entre os sete que menos têm jovens nessa situação. A taxa passou de 21,1% para 8,9%. Os irlandeses ainda melhoraram em relação à média das nações que fazem parte da OCDE. Se em 2012 estavam quase seis pontos percentuais acima da média da organização, em 2022 passaram a ficar quatro pontos abaixo.

Reduzir o índice de jovens de 15 a 29 anos que não estudam nem trabalham depende da estabilidade da economia. Mas não só. Também são necessários investimentos e políticas que sejam capazes de gerar oportunidades e boas condições de trabalho. Essa combinação explica

em grande parte a situação da Holanda, que tem as menores taxas de nem-nem. Em 2012, o país era o mais bem colocado nesse quesito, situação em que se manteve em 2022.

Segundo Alexander Dicks, da Universidade de Maastricht, na Holanda, uma das justificativas para o baixo índice de jovens que não estão na educação, no emprego ou na formação é a economia sólida do país. “Além disso, a Holanda tem um forte sistema de educação profissional, práticas educacionais geralmente boas e universidades de alta qualidade”, afirmou Dicks.

(Países reduzem taxa de jovens nem-nem enquanto Brasil mantém índice há dez anos. www.estadao.com.br, 02.01.2024. Adaptado)

Assinale a alternativa em que se faz uma afirmação **correta** quanto ao que foi tratado no texto.

- A) A Irlanda é um país que conseguiu bons resultados na taxa de nem-nem, mas a queda no *ranking* foi de apenas uma posição.
- B) Bons resultados na diminuição do número de nem-nem são alcançados com fórmulas pouco complexas, mas que envolvem boa-vontade.
- C) A Holanda tem sido citada como exemplo de país que reduziu significativamente um alto número de nem-nem em um período de 10 anos.
- D) O Brasil, embora não faça parte da OCDE, tem seus números de nem-nem analisados pela organização, os quais não têm variado.
- E) Jovens fora da escola, desempregados e sem capacitação adequada respondem pelos baixos índices de nem-nem em países com economia vacilante.

Comentário

A questão aborda a correta interpretação das informações apresentadas no texto sobre a situação dos jovens nem-nem (aqueles que não estudam nem trabalham) em diferentes países.

Análise das alternativas:

a) A Irlanda é um país que conseguiu bons resultados na taxa de nem-nem, mas a queda no ranking foi de apenas uma posição.

INCORRETA. Segundo o texto, a Irlanda teve uma melhora significativa, saindo da 6ª posição na lista dos países com maiores índices de nem-nem para figurar entre os sete países com menores taxas dessa situação. Isso representa uma queda maior do que uma posição no ranking.

b) Bons resultados na diminuição do número de nem-nem são alcançados com fórmulas pouco complexas, mas que envolvem boa-vontade.

INCORRETA. O texto destaca que a redução dos índices de jovens nem-nem requer uma combinação complexa de fatores, como estabilidade econômica, investimentos e políticas eficazes para gerar oportunidades e boas condições de trabalho. Isso refuta a ideia de que a solução é simples.

Trecho de apoio: "Reduzir o índice de jovens de 15 a 29 anos que não estudam nem trabalham depende da estabilidade da economia. Mas não só. Também são necessários investimentos e políticas que sejam capazes de gerar oportunidades e boas condições de trabalho."

c) A Holanda tem sido citada como exemplo de país que reduziu significativamente um alto número de nem-nem em um período de 10 anos.

INCORRETA. O texto menciona que a Holanda sempre teve as menores taxas de nem-nem e manteve essa posição entre 2012 e 2022, sem indicar uma redução significativa nesse período.

Trecho de apoio: "Essa combinação explica em grande parte a situação da Holanda, que tem as menores taxas de nem-nem. Em 2012, o país era o mais bem colocado nesse quesito, situação em que se manteve em 2022."

d) O Brasil, embora não faça parte da OCDE, tem seus números de nem-nem analisados pela organização, os quais não têm variado.

CORRETA. O texto confirma que o Brasil, apesar de ainda não integrar a OCDE, tem seus dados sobre jovens nem-nem analisados pela organização. Além disso, indica que a taxa de nem-nem permaneceu a mesma durante uma década.

Trecho de apoio: "Sem contar com políticas públicas específicas para reduzir as taxas de jovens entre 15 e 29 anos que não estudam nem trabalham (os chamados nem-nem), o Brasil está estagnado em relação à maioria dos países analisados pela Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE). Em 2012, os nem-nem brasileiros eram 20% dessa faixa etária... Dez anos depois, tanto a posição nesse ranking quanto o percentual são os mesmos."

e) Jovens fora da escola, desempregados e sem capacitação adequada respondem pelos baixos índices de nem-nem em países com economia vacilante.

INCORRETA. O texto não menciona que jovens fora da escola, desempregados e sem capacitação respondem por baixos índices de nem-nem em economias instáveis. Pelo contrário,

sugere que esses fatores contribuem para altos índices de nem-nem em países com economia fraca, enquanto uma economia forte, como a da Holanda, justifica índices baixos.

Trecho de apoio: "Segundo Alexander Dicks, da Universidade de Maastricht, na Holanda, uma das justificativas para o baixo índice de jovens que não estão na educação, no emprego ou na formação é a economia sólida do país."

GABARITO D

7 - (2º Simulado Geral. 2024. Vunesp) Assinale a alternativa em que uma vírgula acrescentada a trecho do texto preservou a correção gramatical.

- A) ... o Brasil está estagnado em relação à maioria dos países analisados, pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE).
- B) Se em 2012, estavam quase seis pontos percentuais acima da média da organização...
- C) Reduzir o índice de jovens de 15 a 29 anos que, não estudam nem trabalham depende da estabilidade da economia.
- D) Também são necessários investimentos e políticas, que sejam capazes de gerar oportunidades e boas condições de trabalho.
- E) Essa combinação explica em grande parte, a situação da Holanda...

Comentário

a) "... o Brasil está estagnado em relação à maioria dos países analisados, pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE)."

INCORRETA. A expressão "pela Organização" funciona como agente da passiva, ou seja, é o complemento que indica quem realiza a ação de analisar. Portanto, não se deve separá-la com vírgula do termo "analisados". A vírgula proposta torna a frase incorreta gramaticalmente.

Correção: "... o Brasil está estagnado em relação à maioria dos países analisados pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE)."

b) "Se em 2012, estavam quase seis pontos percentuais acima da média da organização..."

INCORRETA. A expressão "em 2012" é um adjunto adverbial de tempo de curta extensão. Seu isolamento por vírgulas é facultativo, mas, se usada, deve isolar toda a expressão.

Formas corretas:

- "Se, em 2012, estavam quase seis pontos..."
- "Se em 2012 estavam quase seis pontos..."

Formas incorretas:

- "Se, em 2012 estavam quase seis pontos..."
- "Se em 2012, estavam quase seis pontos..."

A vírgula colocada na alternativa prejudica a correção gramatical.

c) "Reduzir o índice de jovens de 15 a 29 anos que, não estudam nem trabalham depende da estabilidade da economia."

INCORRETA. O termo "que" é o sujeito da oração "não estudam nem trabalham". A norma gramatical não permite separar o sujeito do verbo por vírgula. Assim, a inserção da vírgula é incorreta.

Correção: "Reduzir o índice de jovens de 15 a 29 anos que não estudam nem trabalham depende da estabilidade da economia."

d) "Também são necessários investimentos e políticas, que sejam capazes de gerar oportunidades e boas condições de trabalho."

CORRETA. Com a inserção da vírgula antes do pronome "que", a oração "que sejam capazes de gerar oportunidades" passa a ser uma oração subordinada adjetiva explicativa. A vírgula é gramaticalmente correta, embora altere o sentido, tornando a oração explicativa em vez de restritiva.

Observação:

- Oração explicativa: adiciona uma explicação ao termo antecedente, sendo sempre separada por vírgulas.
- Oração restritiva: restringe o sentido do termo antecedente e não é separada por vírgulas.

e) "Essa combinação explica em grande parte, a situação da Holanda..."

INCORRETA. A expressão "em grande parte" é um adjunto adverbial de modo de longa extensão, devendo ser isolada por vírgulas. No entanto, na alternativa, apenas a última vírgula foi colocada, o que prejudica a correção gramatical.

Correções adequadas:

- "Essa combinação explica, em grande parte, a situação da Holanda..."
- "Essa combinação explica em grande parte a situação da Holanda..."

GABARITO D

8 - (2º Simulado Geral. 2024. Vunesp) No trecho "... tanto a posição no *ranking* quanto o percentual são os mesmos, mas a taxa brasileira piorou na comparação com a da média das nações que fazem parte da organização..." (1º parágrafo), o vocábulo destacado faz referência a

- A) posição.
- B) taxa.
- C) comparação.
- D) média.
- E) organização.

Comentário

No trecho "... tanto a posição no ranking quanto o percentual são os mesmos, mas a taxa brasileira piorou na comparação com a da média das nações que fazem parte da organização..." (1º parágrafo), o vocábulo "a" faz referência ao substantivo "taxa". Para entender isso, é importante notar que o termo "a" atua como um **pronome demonstrativo**, podendo ser substituído por "aquela" para reforçar seu papel de retomada. Vejamos:

Reescrevendo a frase com a substituição: "... tanto a posição no ranking quanto o percentual são os mesmos, mas a taxa brasileira piorou na comparação com **aquela** da média das nações que fazem parte da organização..."

Nesse contexto, percebe-se que o pronome demonstrativo "a" faz referência à "taxa", estabelecendo uma comparação entre a **taxa brasileira** e a **taxa da média das nações** da organização.

Explicação de Coesão Textual: Esse uso de "a" para retomar um termo anterior é um exemplo de **anáfora**, que consiste na referência a um termo que já foi mencionado previamente no texto.

Conceitos de Coesão Textual:

- **Anáfora:** Retoma um termo anterior, como o exemplo dado. Ex.: “João é inteligente. **Ele** sempre obtém boas notas” (onde "ele" se refere a "João").
- **Catáfora:** Refere-se a um termo que será mencionado posteriormente. Ex.: “O meu maior receio é este: que tudo falhe” (onde "este" se refere à frase “que tudo falhe”).
- **Dêixis:** Elementos que requerem contexto para sua compreensão completa. São usados para indicar lugar, tempo ou pessoa, como “aqui”, “agora”, “eu”.

Exemplo de Dêixis: Na frase “Estou aqui”, o termo “aqui” depende do contexto para ser compreendido, indicando um lugar específico.

Portanto, a **LETRA B** está correta, pois identifica o referente adequado do pronome demonstrativo “a”, consolidando a resposta certa. As outras alternativas apresentam referências incorretas, sendo, assim, **falsos referentes** e podem ser descartadas.

GABARITO B

9 - (2º Simulado Geral. 2024. Vunesp) No trecho “Sem contar com políticas públicas específicas para reduzir as taxas de jovens entre 15 e 29 anos que não estudam nem trabalham...” (1º parágrafo), os vocábulos destacados estabelecem, **respectivamente**, relações de sentido de

- A) direção e negação.
- B) direção e adição.
- C) condição e negação.
- D) finalidade e dúvida.
- E) finalidade e adição.

Comentário

PRIMEIRO CASO: A frase “Sem contar com políticas públicas específicas para reduzir as taxas de jovens entre 15 e 29 anos...” contém uma **oração subordinada adverbial final reduzida de infinitivo**.

- É uma oração porque possui um verbo ("reduzir").
- É subordinada porque depende de uma oração principal.
- É adverbial porque expressa uma circunstância de **finalidade**.
- É reduzida de infinitivo porque o verbo está na forma infinitiva ("reduzir").

A forma desenvolvida dessa oração começaria com uma **conjunção final**, como "para que", para manter a ideia de finalidade. Assim, a frase poderia ser expandida para:

“Sem contar com políticas públicas específicas **para que se reduzam** as taxas de jovens entre 15 e 29 anos...”.

SEGUNDO CASO: Na frase original, o termo "**nem**" é uma **conjunção coordenativa aditiva**, que expressa a ideia de **adição**.

- As conjunções coordenativas aditivas incluem "e", "nem" (equivalente a "e não"), "não só... mas também", "bem como", entre outras. Exemplo: "Ela não estuda **nem** trabalha".

Portanto, a **resposta correta é a LETRA E**, que identifica corretamente os valores semânticos de **finalidade e adição**.

Análise das demais alternativas:

a) Direção e negação. = INCORRETA.

- A preposição "para" pode indicar direção em alguns contextos, mas não neste, onde expressa finalidade.
- "Nem" pode indicar negação, mas aqui ele é usado com sentido de adição.

b) Direção e adição. = INCORRETA.

- "Para" expressa finalidade, não direção, na frase analisada.

- "Nem" está correto em relação à adição, mas a combinação proposta é incorreta.

c) Condição e negação. = INCORRETA.

- "Para" não expressa condição. Conjunções como "se", "caso", "contanto que" indicam condição.
- "Nem" indica negação, mas não é relevante nesse contexto.

d) Finalidade e dúvida. = INCORRETA.

- Embora "para" indique finalidade corretamente, "nem" não expressa dúvida. Termos como "talvez" ou "quicá" indicariam dúvida.

Resumo: A alternativa **E** é a correta, pois **"para" indica finalidade** e **"nem" exprime adição**.

GABARITO E

10 - (2º Simulado Geral. 2024. Vunesp) Assinale a alternativa em que o emprego do acento indicativo de crase está de acordo com a norma-padrão.

- A) A vida daqueles que trabalham e estudam está sujeita à diversas privações e sacrifícios.
- B) São políticas públicas eficientes que garantirão à guinada necessária na realidade dos jovens.
- C) Não se pode permitir que uma geração inteira esteja alheia às suas próprias necessidades.
- D) Muitas pessoas preferem trabalhar em casa à ter que passar o dia em um escritório.
- E) Fazer um curso profissionalizante é um conselho que se dá à quem está desempregado.

Comentário

a) A vida daqueles que trabalham e estudam está sujeita à diversas privações e sacrifícios.

INCORRETA. A crase é incorreta nesse trecho. A crase resulta da junção da preposição "a" com o artigo feminino "a" (ou "as", no plural). No caso, não há o artigo definido "as" antes da expressão "diversas privações", portanto, não há base para a ocorrência da crase.

DICA: "a" no singular antes de uma palavra no plural nunca leva crase.

b) São políticas públicas eficientes que garantirão à guinada necessária na realidade dos jovens.

INCORRETA. O verbo "garantir" é transitivo direto, o que significa que ele não exige um complemento com preposição ("quem garante, garante algo"). A crase, que é a fusão da preposição "a" com o artigo feminino "a", não é necessária nesse contexto, pois a preposição não está presente. Assim, não deve haver crase.

c) Não se pode permitir que uma geração inteira esteja alheia às suas próprias necessidades.

CORRETA. A crase é opcional aqui, pois o pronome "suas" pode ou não vir acompanhado do artigo "as". Lembre-se:

A crase é facultativa em quatro casos:

1. Diante de nome próprio feminino.
2. Diante de pronome possessivo adjetivo feminino.
3. Após a locução prepositiva "até a".
4. Diante de alguns topônimos (ex.: Ásia, Europa, França).

Portanto, essa alternativa é a correta, pois a crase pode ser usada diante de "suas".

d) Muitas pessoas preferem trabalhar em casa à ter que passar o dia em um escritório.

INCORRETA. A crase é proibida antes de verbos. Como "ter" é um verbo, não se deve usar crase antes dele. A crase só ocorre com a presença do artigo "a", que não é aceito por verbos.

e) Fazer um curso profissionalizante é um conselho que se dá à quem está desempregado.

INCORRETA. A crase não deve ser usada antes do pronome "quem". Esse pronome não aceita o artigo "a", que é necessário para que a crase ocorra.

GABARITO C

11 – (2º Simulado Geral. 2024. Vunesp) Leia o texto para responder às questões de número 11 a 21.

Você é um carpinteiro ou um jardineiro?

A maioria dos pais e mães que conheço tem entre suas preocupações a filha ou o filho “ser alguém na vida”. Há uma grande ansiedade em atuar desde criança para que os filhos “cheguem lá”. E aí é que pode morar o perigo, segundo a psicóloga comportamental americana Alison Gopnik. Para ela, nessa ânsia de impulsionar resultados dos rebentos, o que os pais e mães acabam muitas vezes fazendo é limitar o potencial deles.

“Muitos pais se concentram em fazer com que os filhos aprendam mais, melhor e mais rápido”, escreve Alison no livro *O jardineiro e o Carpinteiro*. “Nosso trabalho como pais não é moldar a mente dos nossos filhos: é deixar que explorem todas as possibilidades que o mundo permite. Não é dizer às crianças como brincar: é disponibilizar os brinquedos.”

Conheci Alison num curso. Em sua palestra, ela mostrou vídeos de um experimento feito com crianças em idade pré- -escolar e um brinquedo de tubos em que um fazia barulho, outro acendia, outro tocava música, outro tinha um espelho. Para metade das crianças, o pesquisador falou algo na linha: “Olhe meu brinquedo! Vou mostrar como funciona”. Para a outra metade, não disse nada. As crianças ensinadas previamente a usá-lo interagiam com ele de forma mais limitada. Já as demais brincaram mais livremente.

Ao mesmo tempo que as famílias foram encolhendo e tendo filhos mais tarde, muitos pais e mães passaram a trabalhar mais, focar a carreira e apelar a sites, canais e livros que “ensinam” a educar as crianças.

E aí está outro problema na visão de Alison: o cuidado dos filhos passou a ser visto também como forma de trabalho, em vez de forma de amor. “Se você aceita a ideia de que ser pai é um tipo de trabalho, então você deve escolher entre esse tipo de trabalho e outros tipos de trabalho. As mães vivem infinitamente em conflito e se sentem forçadas a escolher entre diminuir a importância da maternidade e renunciar à carreira.”, afirma Alison.

E o que tudo isso tem a ver com o jardineiro e o carpinteiro do livro de Alison? O pai carpinteiro é o que tenta esculpir o filho para se tornar um certo tipo de pessoa. Já o jardineiro não consegue formar sozinho as plantas ou flores: trabalha para criar as condições para que elas floresçam.

A ideia de atuar como jardineiro pode ajudar a preparar os pais para a independência dos filhos. “Nossos filhos não só são independentes de nós e autônomos, como também fazem parte de uma nova geração que é autônoma e independente da anterior”, afirma.

E aí? Você se identifica mais com o estilo jardineiro ou carpinteiro?

(Luciana Garbin. O Estado de S.Paulo, 4 de abril de 2024. Adaptado)

Segundo a psicóloga Alison,

A) pais que consideram o ato de educar um filho um tipo de trabalho devem conciliá-lo com qualquer outro tipo de trabalho.

B) a educação dos filhos, para a geração de hoje, constitui mais uma tarefa de amor e dedicação do que um encargo de tarefas.

C) as mulheres que privilegiam a carreira profissional, em geral, abrem mão da maternidade, porém não vivem essa situação conflituosa com serenidade.

D) as famílias, hoje, costumam priorizar a profissão e têm os filhos mais tarde, quando a educação se torna mais eficiente porque tem suporte em livros educativos.

E) os pais devem formar a mente dos filhos para que desenvolvam o potencial que têm e para que, no futuro, tenham o mesmo sucesso dos pais.

Comentário

Esta questão exige uma análise do texto e das ideias apresentadas pela psicóloga Alison. A alternativa correta deve refletir algo que esteja no texto, seja de forma explícita ou implícita, mas sem extrapolar ou distorcer o conteúdo original. Vamos avaliar cada alternativa:

a) pais que consideram o ato de educar um filho um tipo de trabalho devem conciliá-lo com qualquer outro tipo de trabalho.

INCORRETA. A psicóloga Alison menciona que as mães enfrentam um conflito entre priorizar a maternidade e a carreira, sugerindo que existe uma necessidade de escolher entre as diferentes formas de trabalho, e não de conciliá-las. Vejamos o trecho:

"Se você aceita a ideia de que ser pai é um tipo de trabalho, então você deve escolher entre esse tipo de trabalho e outros tipos de trabalho. As mães vivem infinitamente em conflito e se sentem forçadas a escolher entre diminuir a importância da maternidade e renunciar à carreira."

b) a educação dos filhos, para a geração de hoje, constitui mais uma tarefa de amor e dedicação do que um encargo de tarefas.

INCORRETA. De acordo com Alison, a educação dos filhos hoje é percebida mais como um trabalho do que como um ato de amor. O trecho destacado acima deixa claro que o cuidado com os filhos passou a ser visto como uma forma de trabalho.

c) as mulheres que privilegiam a carreira profissional, em geral, abrem mão da maternidade, porém não vivem essa situação conflituosa com serenidade.

CORRETA. Essa ideia está de acordo com a visão de Alison, conforme indicado no trecho:

"As mães vivem infinitamente em conflito e se sentem forçadas a escolher entre diminuir a importância da maternidade e renunciar à carreira."

A escolha entre carreira e maternidade é descrita como algo forçado, causando conflito interno, o que implica que essa situação não é enfrentada com serenidade.

d) as famílias, hoje, costumam priorizar a profissão e têm os filhos mais tarde, quando a educação se torna mais eficiente porque tem suporte em livros educativos.

INCORRETA. O uso de livros e materiais educativos não é apresentado como algo positivo no texto. Ao contrário, a psicóloga considera que isso reforça a ideia de que educar filhos é um trabalho. Vejamos:

"Ao mesmo tempo que as famílias foram encolhendo e tendo filhos mais tarde, muitos pais e mães passaram a trabalhar mais, focar a carreira e apelar a sites, canais e livros que 'ensinam' a educar as crianças."

e) os pais devem formar a mente dos filhos para que desenvolvam o potencial que têm e para que, no futuro, tenham o mesmo sucesso dos pais.

INCORRETA. Alison argumenta que essa atitude de "moldar" os filhos para que tenham sucesso pode, na verdade, limitar o potencial deles. Veja o trecho:

"Para ela, nessa ânsia de impulsionar resultados dos rebentos, o que os pais e mães acabam muitas vezes fazendo é limitar o potencial deles."

GABARITO C

12 - (2º Simulado Geral. 2024. Vunesp) Com base nas informações presentes no texto, é correto afirmar que

- A) o trabalho do jardineiro pode ser comparado aos pais que se preocupam desde cedo com os resultados imediatos de seus filhos, agindo de forma que eles se deem bem na vida.
- B) o trabalho do carpinteiro é equiparado aos pais que disponibilizam situações para que os filhos possam investigar e, assim, exercer sua criatividade.
- C) os pais que educam seus filhos com base em sites e livros têm maiores chances de acertar na educação, conseguindo que eles tenham a mente igual à deles.
- D) o carpinteiro representa o pai preocupado em modelar a mente do filho, enquanto o jardineiro está interessado em criar ambiente para seu desenvolvimento.
- E) o pai carpinteiro e o pai jardineiro, quando resolvem ter os filhos mais tarde, enfrentam problemas com a educação deles.

Comentário

a) o trabalho do jardineiro pode ser comparado aos pais que se preocupam desde cedo com os resultados imediatos de seus filhos, agindo de forma que eles se deem bem na vida.

INCORRETA. O trabalho do jardineiro é, na verdade, comparado aos pais que criam um ambiente propício para que os filhos desenvolvam seu próprio potencial, promovendo autonomia e independência. Pais que focam em resultados imediatos e tentam moldar os filhos conforme suas expectativas são comparados aos carpinteiros. Vejamos:

"O pai carpinteiro é o que tenta esculpir o filho para se tornar um certo tipo de pessoa. Já o jardineiro não consegue formar sozinho as plantas ou flores: trabalha para criar as condições para que elas floresçam."

b) o trabalho do carpinteiro é equiparado aos pais que disponibilizam situações para que os filhos possam investigar e, assim, exercer sua criatividade.

INCORRETA. A descrição apresentada na alternativa corresponde aos pais jardineiros, que criam condições para o desenvolvimento livre dos filhos. Por outro lado, o pai carpinteiro tenta moldar a criança de acordo com suas expectativas e visão de sucesso, restringindo a criatividade e potencial dos filhos.

c) os pais que educam seus filhos com base em sites e livros têm maiores chances de acertar na educação, conseguindo que eles tenham a mente igual à deles.

INCORRETA. Os pais que utilizam sites e livros frequentemente veem a educação como um trabalho a ser executado, agindo como carpinteiros que moldam os filhos. A ideia de criar filhos com a "mente igual à dos pais" não é positiva segundo a visão da psicóloga, pois limita a autonomia e o desenvolvimento do potencial individual dos filhos.

d) o carpinteiro representa o pai preocupado em modelar a mente do filho, enquanto o jardineiro está interessado em criar ambiente para seu desenvolvimento.

CORRETA. Essa é a ideia central do texto. O pai carpinteiro busca moldar a criança conforme sua visão, enquanto o pai jardineiro trabalha para criar um ambiente que permita ao filho crescer com independência e autonomia.

e) o pai carpinteiro e o pai jardineiro, quando resolvem ter os filhos mais tarde, enfrentam problemas com a educação deles.

INCORRETA. O texto menciona que, ao ter filhos mais tarde, muitos pais começam a ver a educação como um trabalho e não como uma forma de amor, o que frequentemente os leva a agir como carpinteiros. Contudo, essa dificuldade está mais associada à visão de educar como trabalho e não especificamente ao fato de ter filhos mais tarde. Vejamos:

"Ao mesmo tempo que as famílias foram encolhendo e tendo filhos mais tarde, muitos pais e mães passaram a trabalhar mais, focar a carreira e apelar a sites, canais e livros que 'ensinam' a educar as crianças."

GABARITO D

13 - (2º Simulado Geral. 2024. Vunesp) Do trecho – “Nosso trabalho como pais não é moldar a mente dos nossos filhos: é deixar que explorem todas as possibilidades que o mundo permite. Não é dizer às crianças como brincar: é disponibilizar os brinquedos.” – compreende-se que

A) os pais devem oferecer os brinquedos educativos à criança e propor as brincadeiras para seu desenvolvimento emocional.

B) as crianças precisam de variedade de brinquedos a fim de se distraírem e ocuparem o tempo ocioso.

C) o adulto precisa mostrar à criança “como brincar” com os brinquedos, para que ela desenvolva a criatividade.

D) a função dos brinquedos é que as crianças aprendam a brincar a partir de explicações dadas pelos adultos.

E) elementos de estímulo devem ser oferecidos à criança, sem necessariamente explicar como funcionam.

Comentário

Precisamos identificar a alternativa que corresponde à ideia central do trecho do texto:

"Nosso trabalho como pais não é moldar a mente dos nossos filhos: é deixar que explorem todas as possibilidades que o mundo permite. Não é dizer às crianças como brincar: é disponibilizar os brinquedos."

a) os pais devem oferecer os brinquedos educativos à criança e propor as brincadeiras para seu desenvolvimento emocional.

INCORRETA. O trecho destaca que o papel dos pais é disponibilizar os instrumentos (representados metaforicamente pelos brinquedos) e não orientar as brincadeiras ou direcionar como a criança deve agir. Assim, a afirmação de que os pais devem propor as brincadeiras não está em conformidade com a ideia central do texto.

b) as crianças precisam de variedade de brinquedos a fim de se distraírem e ocuparem o tempo ocioso.

INCORRETA. O uso do termo "brinquedos" no texto é simbólico e remete às oportunidades e ferramentas que os pais devem fornecer para que as crianças explorem suas potencialidades. A ideia de distração e ocupação de tempo não reflete o propósito destacado no trecho.

c) o adulto precisa mostrar à criança "como brincar" com os brinquedos, para que ela desenvolva a criatividade.

INCORRETA. O texto enfatiza que os pais não devem dizer às crianças como brincar. Mostrar à criança como utilizar os brinquedos seria contrário à ideia de permitir que elas explorem livremente e desenvolvam autonomia e criatividade.

d) a função dos brinquedos é que as crianças aprendam a brincar a partir de explicações dadas pelos adultos.

INCORRETA. O texto sugere justamente o oposto: que os pais devem oferecer as condições (ou "brinquedos") sem explicações ou direções, permitindo que as crianças descubram por si mesmas como brincar e explorar.

e) elementos de estímulo devem ser oferecidos à criança, sem necessariamente explicar como funcionam.

CORRETA. Essa é a ideia principal do trecho. O papel dos pais é proporcionar às crianças elementos de estímulo e oportunidades para que elas explorem e descubram por conta própria, promovendo a liberdade e a autonomia em seu desenvolvimento.

GABARITO E

14 - (2º Simulado Geral. 2024. Vunesp) A frase formulada a partir do texto mantém a concordância correta na alternativa:

- A) Segundo Alison, a maioria dos pais e mães têm muitas preocupações com a educação dos filhos.
- B) Ela mostrou o vídeo do experimento com um brinquedo de tubos em que um deles tocavam música.
- C) O cuidado dos filhos passaram a ser, para alguns, um tipo de trabalho diferente dos demais.
- D) Esculpir os filhos para que eles se torne um certo tipo de pessoa é própria do pai carpinteiro.
- E) As plantas não florescem sozinhas, se o jardineiro não as ajudarem.

Comentário

Devemos identificar a frase correta quanto à concordância verbal e nominal.

a) Segundo Alison, a maioria dos pais e mães têm muitas preocupações com a educação dos filhos.

CORRETA. A frase apresenta uma expressão partitiva ("a maioria de"), que permite a concordância do verbo tanto com a expressão partitiva (singular) quanto com o termo especificador no plural. Assim, é correto que o verbo "ter" esteja no plural, concordando com "pais e mães". Além disso, o uso do acento circunflexo na 3ª pessoa do plural do presente do indicativo do verbo "ter" está adequado: "têm". Exemplos similares incluem "eles têm" e "elas têm".

b) Ela mostrou o vídeo do experimento com um brinquedo de tubos em que um deles tocavam música.

INCORRETA. O verbo "tocar" deve concordar com o sujeito "um", que está no singular. Correção: *Ela mostrou o vídeo do experimento com um brinquedo de tubos em que um deles tocava música.*

c) O cuidado dos filhos passaram a ser, para alguns, um tipo de trabalho diferente dos demais.

INCORRETA. O sujeito é "o cuidado dos filhos", cujo núcleo é "cuidado", no singular. O verbo "passar" deve concordar com esse núcleo. Correção: *O cuidado dos filhos passou a ser, para alguns, um tipo de trabalho diferente dos demais.*

d) Esculpir os filhos para que eles se torne um certo tipo de pessoa é própria do pai carpinteiro.

INCORRETA. O verbo "tornar-se" deve concordar com o pronome "eles", e "própria" deve estar no masculino, pois se refere ao sujeito oracional "Esculpir os filhos". Correção: *Esculpir os filhos para que eles se tornem um certo tipo de pessoa é próprio do pai carpinteiro.*

e) As plantas não florescem sozinhas, se o jardineiro não as ajudarem.

INCORRETA. O verbo "ajudar" deve concordar com o sujeito "o jardineiro", que está no singular. Correção: *As plantas não florescem sozinhas, se o jardineiro não as ajudar.*

GABARITO A

15 - (2º Simulado Geral. 2024. Vunesp) Nos trechos – Para ela, nessa ânsia de impulsionar resultados dos rebentos... – e – ... as crianças ensinadas previamente a usá-lo..., as palavras destacadas apresentam, respectivamente e no contexto em que se inserem, como sinônimos:

- A) dúvida e demoradamente.
- B) vontade e antecipadamente.
- C) omissão e precocemente.
- D) disposição e posteriormente.
- E) incerteza e imediatamente.

Comentário

A questão exige a identificação de termos sinônimos para os vocábulos destacados. Vamos analisar cada um:

Trecho 1: "Para ela, nessa ânsia de impulsionar resultados dos rebentos..."

Opções: dúvida - vontade - omissão - disposição - incerteza.

O termo "ânsia" refere-se a um forte desejo, anseio ou vontade. Portanto, entre as opções, os sinônimos que se aplicam a "ânsia" são **vontade** e **disposição**. Dessa forma, podemos descartar as alternativas "A", "C" e "E" como incorretas.

Trecho 2: "...as crianças ensinadas previamente a usá-lo..."

Opções: demoradamente - antecipadamente - precocemente - posteriormente - imediatamente.

O termo "previamente" significa "de forma prévia, antecipada ou anterior". Entre as opções, o sinônimo adequado é **antecipadamente**.

Portanto, a alternativa correta é a **LETRA B**, que apresenta **vontade** e **antecipadamente** como os sinônimos corretos.

Explicação sobre as opções INCORRETAS:

- **demoradamente:** significa de forma demorada ou lenta.
- **precocemente:** significa de forma precoce, prematura, antes do tempo adequado.
- **posteriormente:** significa depois, em um momento seguinte.
- **imediatamente:** significa no mesmo instante, sem demora.

GABARITO B

16 - (2º Simulado Geral. 2024. Vunesp) - As aspas presentes no trecho – ... muitos pais e mães passaram a trabalhar mais, focar a carreira e apelar a sites, canais e livros que “ensinam” a educar as crianças. – foram empregadas para

- A) determinar o sentido exato do termo.
- B) especificar uma palavra anterior.
- C) concluir sobre a eficácia dos métodos digitais.
- D) reforçar a qualidade dos livros educativos.
- E) colocar em dúvida alguns métodos educativos.

Comentário

Precisamos identificar a função das aspas no seguinte trecho:

"Ao mesmo tempo que as famílias foram encolhendo e tendo filhos mais tarde, muitos pais e mães passaram a trabalhar mais, focar a carreira e apelar a sites, canais e livros que “ensinam” a educar as crianças."

As aspas em torno do verbo "**ensinam**" têm a função de sugerir uma crítica ou questionamento sobre a real eficácia dos materiais referenciados, como sites, canais e livros, usados com o propósito de educar as crianças. A autora insinua uma dúvida sobre a validade e adequação desses métodos, enfatizando que, embora os materiais afirmem ensinar, sua eficácia pode ser questionável. Portanto, a alternativa **E** é a correta: **colocar em dúvida alguns métodos educativos**.

Análise das alternativas INCORRETAS:

a) Determinar o sentido exato do termo.

As aspas não têm a função de definir precisamente o sentido do verbo "ensinar", mas sim de sugerir um questionamento sobre ele.

b) Especificar uma palavra anterior.

As aspas não estão especificando uma palavra anterior, mas sim destacando o verbo "ensinar" com um tom crítico.

c) Concluir sobre a eficácia dos métodos digitais.

A crítica abrange não apenas métodos digitais, mas também livros e outros materiais que pretendem ensinar a educar os filhos. A autora não faz uma conclusão definitiva sobre a eficácia dos métodos.

d) Reforçar a qualidade dos livros educativos.

Pelo contrário, a autora questiona a qualidade e a eficácia desses materiais, sugerindo que podem não ser tão úteis quanto aparentam.

GABARITO E

17 - (2º Simulado Geral. 2024. Vunesp) Assinale a alternativa em que o termo em destaque pertence à mesma classe de palavras daquele empregado em – ... fazer com que os filhos aprendam mais, melhor e mais **rápido**.”

- A) ... E aí é que pode morar o **perigo**...
- B) ... para que os filhos “cheguam **lá**”.
- C) ... segundo a psicóloga comportamental **americana** Alison Gopnik.
- D) ... fazem parte de uma nova **geração**...
- E) **Você** se identifica mais com o estilo jardineiro ou carpinteiro?

Comentário

Precisamos encontrar um termo que pertença à mesma classe gramatical que o vocábulo destacado a seguir:

"Muitos pais se concentram em fazer com que os filhos aprendam mais, melhor e mais rápido [...]"

O vocábulo "**rápido**" é geralmente empregado como adjetivo, mas, nessa construção, ele atua como advérbio. Ele modifica o verbo "aprender", indicando a circunstância de modo.

Poderíamos substituí-lo por "rapidamente" sem alterar o sentido. Advérbios são palavras que modificam verbos, adjetivos ou outros advérbios, indicando circunstâncias como tempo, lugar, modo, intensidade, etc. Exemplos: aqui, acolá, pouco, amanhã, bem, mal, não, talvez, etc.

Portanto, devemos identificar outro advérbio entre as opções apresentadas. A resposta correta é a alternativa **B**:

"... para que os filhos "cheguam lá". O termo "**lá**" é um **advérbio de lugar**.

Análise das opções **INCORRETAS**:

a) "... E aí é que pode morar o **perigo**..."

O termo destacado é um **substantivo**, que é a classe gramatical que nomeia seres, objetos, sentimentos, estados, etc. Exemplo: criança, porta, amor, etc.

c) "... segundo a psicóloga comportamental **americana** Alison Gopnik."

O termo destacado é um **adjetivo**, que qualifica ou caracteriza um substantivo. Exemplo: bonito, agradável, brasileiro, etc.

d) "... fazem parte de uma nova **geração**..."

O termo destacado é um **substantivo**, que, assim como na opção "a", nomeia seres ou coisas.

e) "**Você** se identifica mais com o estilo jardineiro ou carpinteiro?"

O termo destacado é um **pronome de tratamento**. Pronomes são palavras que substituem ou acompanham o nome, qualificando-o. Exemplo: ele, isso, meu, nosso, etc. O pronome de tratamento "você" é usado informalmente, enquanto outros, como Vossa Excelência, são usados em contextos formais.

Portanto, a resposta correta é a alternativa **B**, pois "**lá**" é um advérbio que pertence à mesma classe gramatical que "**rápido**".

GABARITO B

18 - (2º Simulado Geral. 2024. Vunesp) Considere o seguinte trecho do texto: As mães (...) se sentem forçadas a escolher entre diminuir a importância da maternidade e renunciar à carreira."

A alternativa que substitui a expressão "renunciar à carreira", de acordo com a norma-padrão de regência verbal, e mantendo o mesmo sentido do texto, é:

- A) negar para a carreira.
- B) repugnar pela carreira.
- C) combater com a carreira.
- D) abdicar da carreira.
- E) repelir da carreira.

Comentário

A questão aborda a **regência verbal**, que determina a relação entre o verbo e seus complementos, indicando se há necessidade de preposição e qual deve ser usada.

Tipos de regência verbal:

- **Verbo transitivo direto (VTD):** exige um complemento (objeto direto) sem preposição. Ex.: "Eu comprei livros."
- **Verbo transitivo indireto (VTI):** requer um complemento (objeto indireto) com preposição. Ex.: "Pedro assistiu **ao** filme."
- **Verbo intransitivo (VI):** não necessita de complemento. Ex.: "Maria dormiu."
- **Verbo transitivo direto e indireto:** exige um objeto direto e um objeto indireto. Ex.: "O carteiro entregou **o pacote à moça.**"

Devemos selecionar uma reescritura que preserve a **correção da regência verbal** e o sentido original do trecho:

"As mães (...) se sentem forçadas a escolher entre diminuir a importância da maternidade e renunciar à carreira."

Análise do verbo "renunciar": O verbo "renunciar" é transitivo indireto e requer a preposição "a": "renunciar a algo". Quando seguido de um substantivo feminino, ocorre a crase: "renunciar à carreira" (a + a).

Análise das alternativas:

a) negar para a carreira.

- **INCORRETA.** O verbo "negar" é transitivo direto e não requer preposição: "negar algo". A construção correta seria "negar a carreira", mas não preserva o sentido de "renunciar".

b) repugnar pela carreira.

- **INCORRETA.** "Repugnar" é transitivo direto e significa "causar aversão". A construção adequada seria "repugnar a carreira", e o sentido não é equivalente a "renunciar".

c) combater com a carreira.

- **INCORRETA.** "Combater" é transitivo direto e significa "lutar contra". A frase correta seria "combater a carreira". Essa construção não mantém o sentido de "renunciar".

d) abdicar da carreira.

- **CORRETA.** "Abdicar" é sinônimo de "renunciar" e requer a preposição "de" (abdicar de algo). A construção está correta e o sentido original é preservado.

e) repelir da carreira.

- **INCORRETA.** "Repelir" é transitivo direto e significa "afastar" ou "rejeitar". A construção correta seria "repelir a carreira". O sentido não é o mesmo de "renunciar".

GABARITO D

19 - (2º Simulado Geral. 2024. Vunesp) A frase cujas concordâncias verbal e/ou nominal obedecem à norma-padrão é:

- A) Os pais, eles mesmo devem optar por serem carpinteiros ou jardineiros.
- B) Dado as condições de as plantas florescer, o trabalho do jardineiro é essencial.
- C) O cuidado dos filhos deixou de ser, para alguns, uma forma de amor.
- D) Segue, no livro de Alison, as orientações para uma educação consciente.
- E) Foi realizado uma palestra em que Alison mostrou uma experiência com crianças.

Comentário

Precisamos analisar a concordância verbal e nominal nas alternativas apresentadas e fazer as correções necessárias.

a) Os pais, eles mesmo devem optar por serem carpinteiros ou jardineiros.

INCORRETA. O pronome "mesmo", quando usado como equivalente a "próprio", deve concordar em gênero e número com o termo a que se refere. Neste caso, "eles", que é plural, exige que "mesmo" também esteja no plural. Além disso, o verbo no infinitivo "serem" deve ser usado de forma invariável quando antecedido por preposição e funcionando como complemento verbal ou nominal.

Correção: Os pais, eles mesmos devem optar por ser carpinteiros ou jardineiros. (eles próprios)

b) Dado as condições de as plantas florescer, o trabalho do jardineiro é essencial.

INCORRETA. A palavra "dado" precisa concordar com "condições", que está no plural. Além disso, o verbo "florescer" deve ser flexionado no plural para concordar com "as plantas".

Correção: Dadas as condições de as plantas florescerem, o trabalho do jardineiro é essencial.

c) O cuidado dos filhos deixou de ser, para alguns, uma forma de amor.

CORRETA. A forma verbal "deixou" concorda corretamente com "cuidado", que é o núcleo do sujeito "O cuidado dos filhos".

d) Segue, no livro de Alison, as orientações para uma educação consciente.

INCORRETA. O verbo "seguir" precisa concordar com o núcleo do sujeito, "orientações", que está no plural.

Correção: Seguem, no livro de Alison, as orientações para uma educação consciente.

e) Foi realizado uma palestra em que Alison mostrou uma experiência com crianças.

INCORRETA. O termo "realizado" deve concordar em gênero e número com o sujeito "palestra", que é feminino.

Correção: Foi realizada uma palestra em que Alison mostrou uma experiência com crianças.

GABARITO C

20 - (2º Simulado Geral. 2024. Vunesp) Leia as frases:

E aí é que pode morar o perigo, **segundo** a psicóloga...

... o cuidado dos filhos passou a ser visto **também** como forma de trabalho...

... trabalha para criar as condições **para que** elas floresçam...

Os termos em destaque estabelecem, correta e respectivamente, relações de sentido ou circunstância de:

A) conformidade; inclusão; finalidade.

B) explicação; alternância; origem.

C) conclusão; explicação; finalidade.

D) explicação; condição; conclusão.

E) conformidade; acréscimo; oposição.

Comentário

Precisamos analisar os trechos destacados e identificar corretamente os sentidos que cada um deles expressa.

Trecho 1: "E aí é que pode morar o perigo, segundo a psicóloga..."

Nesse contexto, a expressão "segundo" é um conector que introduz uma ideia de conformidade, indicando que a informação apresentada está de acordo com a opinião ou ponto de vista da psicóloga. Pode ser substituído por "conforme".

Trecho 2: "... o cuidado dos filhos passou a ser visto também como forma de trabalho..."

O advérbio "também" expressa uma ideia de inclusão, adicionando a nova informação ao que já foi dito anteriormente. Aqui, ele reforça que, além de outras funções, o cuidado dos filhos é visto como trabalho.

Trecho 3: "... trabalha para criar as condições para que elas floresçam..."

A expressão "para que" é uma locução conjuntiva final, que introduz uma ideia de finalidade. A frase "para que elas floresçam" atua como adjunto adverbial de finalidade, explicando a razão da ação mencionada na oração principal.

Portanto, a sequência correta de análise dos trechos, considerando os sentidos expressos, está na **alternativa "A" (correta): conformidade; inclusão; finalidade**.

GABARITO A

21 - (2º Simulado Geral. 2024. Vunesp) Assinale a alternativa em que a expressão em destaque está substituída, nos parênteses, de acordo com a norma-padrão de emprego e colocação pronominal.

A) ... nessa ânsia de impulsionar resultados... (impulsionar- los).

- B) ... é deixar que **explorem todas as possibilidades**... (explorem-nas).
- C) ...as famílias foram encolhendo e **tendo filhos** mais tarde... (tendo-los).
- D) O pai carpinteiro é o que tenta **esculpir o filho** para... (esculpir-o).
- E) A ideia de atuar como jardineiro pode ajudar a **preparar os pais para**... (prepará-los).

Comentário

Precisamos identificar a alternativa que substitui corretamente a expressão em negrito, de acordo com as regras de colocação pronominal da norma-padrão da língua portuguesa. Analisemos cada opção:

- a) "... nessa ânsia de **impulsionar resultados**..." (impulsionar-los).

INCORRETA. Quando a forma verbal termina em -r, -s ou -z, o pronome oblíquo átono o, a, os, as se transforma em lo, la, los, las, e a forma verbal perde a última letra. No caso de "impulsionar", que termina em "-r", a forma correta é "**impulsioná-los**".

- b) "... é deixar que **explorem todas as possibilidades**..." (explorem-nas).

INCORRETA. A conjunção integrante "que" atrai o pronome oblíquo átono, exigindo próclise. Portanto, a forma correta é "**que as explorem**".

- c) "...as famílias foram encolhendo e **tendo filhos** mais tarde..." (tendo-los).

INCORRETA. A modificação "-lo" só ocorre com formas verbais terminadas em -r, -s ou -z, o que não é o caso aqui. A forma correta é "**tendo-os**".

- d) "O pai carpinteiro é o que tenta **esculpir o filho** para..." (esculpir-o).

INCORRETA. A forma verbal "esculpir" termina em -r, por isso é necessário fazer a modificação do pronome, como vimos na alternativa "a". A forma correta é "**esculpi-lo**".

- e) "A ideia de atuar como jardineiro pode ajudar a **preparar os pais para**..." (prepará-los).

CORRETA. A forma verbal "preparar" termina em -r, então a modificação do pronome é necessária. A forma correta é "**prepará-los**". A acentuação da forma verbal segue a regra de acentuação das oxítonas terminadas em -a, -e, -o, -em, -ens. Assim, "prepará" recebe o acento,

e a forma completa fica "prepará-los". Exemplos similares: "fazê-lo", "repô-lo", "soltá-la", "escrevê-las".

GABARITO E

22 - (2º Simulado Geral. 2024. Vunesp) Leia tira para responder às questões de números 23 e 24.



(Adão Iturrusgarai. Folha de S.Paulo. 27 de outubro de 2004)

Assinale a alternativa que melhor explica o efeito de humor da tira.

- A) O paciente recebe recomendações de um médico a respeito de sua dieta, mesmo que não tenha pedido por isso.
- B) A prescrição de uma dieta contradiz a opinião do paciente de que o médico deveria falar apenas de medicamentos.
- C) O último quadro quebra a expectativa do leitor, que poderia supor inicialmente que o verbo "cortar" no 1º quadro significasse "suspender".
- D) O médico confunde o paciente ao exigir que ele suspenda o consumo de carne e, ao mesmo tempo, faça uma receita que contém carne.
- E) A carne é considerada um alimento a ser evitado ainda que o médico não tenha falado do diagnóstico do paciente.

Comentário

O efeito de humor na tira é criado por meio da quebra de expectativa e do uso de ironia. Inicialmente, ao ler que o médico recomenda “cortar a carne e os outros alimentos citados”, o leitor pode interpretar que a orientação seria para “eliminar” esses alimentos da dieta. No entanto, no último quadrinho, ocorre a reviravolta cômica quando o médico finaliza a prescrição dizendo para “misturar tudo”, deixando claro que se referia a cortar a carne para preparar uma receita, e não eliminá-la da alimentação.

Além disso, é importante observar que o personagem apresentado como “médico” pode ser, na verdade, um nutricionista ou outro profissional da saúde, o que contribui para o humor da situação ao confundir o papel esperado dessa figura.

GABARITO CORRETO: C) O último quadro quebra a expectativa do leitor, que poderia supor inicialmente que o verbo “cortar” no 1º quadro significasse “suspender”.

Análise das alternativas INCORRETAS:

A) O paciente recebe recomendações de um médico a respeito de sua dieta, mesmo que não tenha pedido por isso.

O efeito cômico é gerado pela quebra de expectativa, e o papel do profissional de saúde não é enfatizado dessa forma.

B) A prescrição de uma dieta contradiz a opinião do paciente de que o médico deveria falar apenas de medicamentos.

Não há menção ou indicação de que o paciente esperava apenas medicamentos, o humor vem da surpresa na prescrição.

D) O médico confunde o paciente ao exigir que ele suspenda o consumo de carne e, ao mesmo tempo, faça uma receita que contém carne.

A orientação não foi para “suspender” o consumo de carne, mas para prepará-la de uma forma específica, o que gerou o humor.

E) A carne é considerada um alimento a ser evitado ainda que o médico não tenha falado do diagnóstico do paciente.

Não há qualquer indicação de que a carne deve ser evitada. O humor vem da ambiguidade do verbo “cortar” e não de uma orientação dietética baseada em diagnóstico.

Portanto, a **alternativa C** é a que melhor explica o efeito de humor da tira.

GABARITO C

23 - (2º Simulado Geral. 2024. Vunesp) Em “Jogue tudo numa panela e refogue com alho” (3º quadro), os verbos estão conjugados no mesmo modo em que aquele destacado em:

- A) Esse tratamento vai garantir que o paciente **recupere** a saúde em poucos dias.
- B) **Tenha** em mente que é preciso manter uma alimentação balanceada.
- C) Você **deve** colocar todos os ingredientes para cozinhar em fogo baixo.
- D) É importante que o paciente **saiba** entender a recomendação médica.
- E) **Pode** ser difícil encontrar alimentos saudáveis para as refeições do dia-a-dia.

Comentário

Na frase “Jogue tudo numa panela e refogue com alho” (3º quadro), os verbos "jogue" e "refogue" estão conjugados no **modo imperativo**. O modo imperativo é utilizado para:

- Dar ordens;
- Fazer pedidos;
- Oferecer sugestões ou conselhos de maneira direta e clara;
- Realizar advertências.

Ele é formado a partir da raiz do verbo no presente do indicativo, sem a presença explícita do sujeito.

No contexto apresentado, os verbos no modo imperativo são usados para indicar comandos ou sugerir ações ao "paciente".

Análise das alternativas:

A) Esse tratamento vai garantir que o paciente recupere a saúde em poucos dias.

INCORRETO. A forma verbal "recupere" está no **presente do subjuntivo**, pois é introduzida pela conjunção integrante "que", o que faz com que o verbo esteja no subjuntivo.

B) Tenha em mente que é preciso manter uma alimentação balanceada.

CORRETO. A forma verbal "tenha" está no **modo imperativo** e é usada para aconselhar ou orientar, condizendo com o uso observado na frase original.

C) Você deve colocar todos os ingredientes para cozinhar em fogo baixo.

INCORRETO. O verbo "deve" está conjugado na **3ª pessoa do singular do presente do indicativo**, não sendo imperativo.

D) É importante que o paciente saiba entender a recomendação médica.

INCORRETO. A forma verbal "saiba" está no **presente do subjuntivo**, também devido à conjunção "que", que leva o verbo ao subjuntivo.

E) Pode ser difícil encontrar alimentos saudáveis para as refeições do dia-a-dia.

INCORRETO. O verbo "pode" está conjugado na **3ª pessoa do singular do presente do indicativo**, não no modo imperativo.

Conclusão: A alternativa correta é **B)**, pois "tenha" é um verbo no modo imperativo, utilizado para orientar ou aconselhar alguém, assim como os verbos "jogue" e "refogue" na frase original.

GABARITO B

24 - (2º Simulado Geral. 2024. Vunesp) Leia o texto para responder à questão.

Conforme as temperaturas aumentam, alguns grupos de pessoas são expostos a riscos. Idosos, por exemplo, são particularmente sensíveis ao calor extremo; contudo, temperaturas mais altas podem começar a afetar jovens e pessoas saudáveis.

(<https://super.abril.com.br>. Adaptado)

Conforme o sentido que estabelece no texto, a conjunção “contudo” pode ser substituída por

- A) ou.
- B) pois.
- C) assim.
- D) porém.
- E) tanto que.

Comentário

O conectivo "CONTUDO" é uma **conjunção coordenativa adversativa**, que expressa ideias de oposição, adversidade ou contraste. Essa conjunção é empregada para unir partes de uma frase ou orações com sentidos opostos. Veja alguns exemplos:

- **Ele estudou muito, mas não passou na prova.**
- **Eu ia para a praia. Porém, choveu.**
- **Eu tenho medo de altura. Contudo, saltei de paraquedas.**
- **Ele disse que é bom sujeito. Entretanto, trata mal o garçom.**
- **A Lei Áurea representou o fim da escravidão. No entanto, persistiram situações que mantêm o trabalhador sem possibilidade de se desligar de seus patrões.**

Em todos os exemplos acima, os termos destacados atuam como conectivos que introduzem uma ideia contrária à mencionada anteriormente.

Ao analisarmos as alternativas da questão, percebemos que a **LETRA D** utiliza uma conjunção coordenativa adversativa, "**porém**", o que a torna a resposta correta.

GABARITO D

DIREITO PENAL

25 - (2º Simulado Geral. 2024. Inéditas) A respeito do crime de uso de documento falso, previsto no art. 304 do Código Penal, assinale a alternativa correta.

- a) Admite a modalidade culposa
- b) Só pode ser praticado mediante dolo e inadmite a tentativa.
- c) É considerado um delito acessório, de fusão ou parasitário, pois não tem existência autônoma.
- d) é crime próprio de funcionário público
- e) é crime permanente

Comentário

USO DE DOCUMENTO FALSO (ART. 304)

Art. 304 - Fazer uso de qualquer dos papéis falsificados ou alterados, a que se referem os arts. 297 a 302:

Pena - a cominada à falsificação ou à alteração.

Classificação:

Crime simples
Crime comum
Crime formal, de consumação antecipada ou de resultado cortado
Crime de forma livre
Crime comissivo (regra)
Crime instantâneo ou instantâneo de efeitos permanentes
Crime unissubjetivo, unilateral ou de concurso eventual
Crime unissubsistente ou plurissubsistente

Informações rápidas:

Crime remetido e acessório.
Norma penal em branco ao avesso (o preceito secundário não estabelece a pena cominada ao delito).
Objeto material: qualquer dos papéis falsificados ou alterados, a que se referem os arts. 297 a 302 do CP. A falsificação grosseira, perceptível a olho nu, exclui o crime (crime impossível).
Elemento subjetivo: dolo (direto ou eventual). Não admite modalidade culposa.
Tentativa: admite na hipótese em que a conduta for composta de diversos atos (diverg.).
Ação penal: pública incondicionada.
Competência: Justiça Estadual (exceções: art. 109, IV, da CF – Justiça Federal).

ATENÇÃO01! Cuida-se de crime remetido, pois sua conduta típica se remete aos arts. 297 a 302 do Código Penal.

ATENÇÃO02! É também delito acessório (de fusão ou parasitário), pois não tem existência autônoma, reclamando a prática de crime anterior. De fato, somente se pode falar em uso de documento falso quando um documento foi objeto de prévia falsificação.

O uso de documento falso é crime simples (ofende um único bem jurídico); comum (pode ser praticado por qualquer pessoa); formal, de consumação antecipada ou de resultado cortado (consuma-se com a prática da conduta legalmente descrita, independentemente da superveniência do resultado naturalístico); de forma livre (admite qualquer meio de execução); em regra comissivo; instantâneo (consuma-se em um momento determinado, sem continuidade no tempo) ou instantâneo de efeitos permanentes (seus efeitos subsistem ao longo do tempo); unissubjetivo, unilateral ou de concurso eventual (pode ser cometido por uma única pessoa, mas admite o concurso); e unissubsistente ou plurissubsistente, dependendo do caso concreto.

Vamos analisar as alternativas:

a) Admite a modalidade culposa

INCORRETA. Nenhum crime de falsificação admite a modalidade culposa.

b) Só pode ser praticado mediante dolo e ~~inadmitir a tentativa.~~

INCORRETA. É verdade que só pode ser praticado mediante dolo. Mas admite a tentativa.

c) É considerado um delito acessório, de fusão ou parasitário, pois não tem existência autônoma.

CORRETA. De fato, o crime de uso de documento falso é também delito acessório (de fusão ou parasitário), pois não tem existência autônoma, reclamando a prática de crime anterior. De fato, somente se pode falar em uso de documento falso quando um documento foi objeto de prévia falsificação.

d) é crime próprio de funcionário público

INCORRETA. Pois se trata de crime comum, ou seja, pode ser praticado por qualquer pessoa.

e) é crime permanente

INCORRETA. Pois se trata de crime instantâneo.

Crime instantâneo é aquele cuja consumação ocorre em um determinado instante, não se prolongando no tempo.

GABARITO C

26 – (2º Simulado Geral. 2024. FGV) Tício, após anos de estudo, é aprovado no concurso público que sempre almejou, sendo devidamente nomeado e empossado no cargo público. Tão logo encerrou-se o estágio probatório, Tício, prevalecendo-se das funções exercidas no âmbito da repartição pública, falsificou, em parte, determinado livro mercantil.

Considerando as disposições do Código Penal, Tício responderá pela prática do crime de:

- A) falsificação de documento público, majorado por ter sido praticado por agente público, prevalecendo-se do cargo;
- B) falsificação de documento particular, majorado por ter sido praticado por agente público, prevalecendo-se do cargo;
- C) falsidade ideológica, majorado por ter sido praticado por agente público, prevalecendo-se do cargo;
- D) falsificação de documento particular, sem majorantes;
- E) falsidade ideológica, sem majorantes.

Comentário

Temos que lembrar que os livros mercantis são considerados, para fins penais, documentos públicos, nos termos do § 2º do art. 297:

Falsificação de documento público

Art. 297 - Falsificar, no todo ou em parte, documento público, ou alterar documento público verdadeiro:

Pena - reclusão, de dois a seis anos, e multa.

§ 1º - Se o agente é funcionário público, e comete o crime prevalecendo-se do cargo, aumenta-se a pena de sexta parte.

§ 2º - Para os efeitos penais, equiparam-se a documento público o emanado de entidade paraestatal, o título ao portador ou transmissível por endosso, as ações de sociedade comercial, os livros mercantis e o testamento particular.

Além disso, se o agente é funcionário público, e comete o crime prevalecendo-se do cargo, aumenta-se a pena de sexta parte.

Não esqueça:

DOCUMENTO PÚBLICO POR EQUIPARAÇÃO: são os seguintes (§ 2º do art. 297)

1. os **emanados de entidade paraestatal** (autarquias, empresas públicas, sociedades de economia mista, fundações instituídas pelo Poder Público);
2. o **título ao portador ou transmissível por endosso** (cheque, nota promissória etc.);
3. as **ações das sociedades mercantis**: sociedades anônimas ou em comandita por ações;
4. os **livros mercantis**: utilizados pelos empresários para registro dos atos de comércio (livro diário, por exemplo).
5. o **testamento particular** (hológrafo): aquele escrito pessoalmente pelo testador

OBS: Isso é muito cobrado em prova. Para não errar na prova, tem esse mnemônico:

MNEMÔNICO: LATTE

L	ivros mercantis
A	s ações de sociedade comercial
T	estamento particular
T	ítulo ao portador ou transmissível por endosso
E	manados de entidade paraestatal

GABARITO A

27 – (2º Simulado Geral. 2024. FGV) Tício, agente público de direito, é o responsável pela área de informática da Administração Pública *Alfa*, tendo a posse, em razão do cargo, de diversos equipamentos de alta tecnologia, avaliados em milhares de reais. Em razão da responsabilidade inerente à função exercida, Tício é rotineiramente orientado, pelos superiores hierárquicos e no âmbito de cursos de aprimoramento, sobre os deveres de segurança que deve observar na repartição pública.

Nada obstante, em um determinado dia, João, um novo colega, pediu para conversar e se apresentar a Tício em seu gabinete. O pedido foi prontamente aceito, sendo certo que Tício, de forma negligente, deixou de adotar todos os procedimentos de segurança previstos e que eram do seu conhecimento. Nesse contexto, já no interior do gabinete, João, dolosamente e sem que o primeiro percebesse, subtraiu um *notebook* da Administração Pública, colocando-o em sua mochila.

Nesse cenário, considerando as disposições do Código Penal, é **correto** afirmar que Tício

A) responderá por peculato mediante erro de outrem, sendo certo que eventual reparação do dano causado por parte de Tício, antes da prolação de sentença, dará ensejo à redução da pena pela metade.

B) responderá por peculato culposo, sendo certo que eventual reparação do dano causado por parte de Tício, antes da prolação de sentença, dará ensejo à redução da pena pela metade.

C) responderá por peculato culposo, sendo certo que eventual reparação do dano causado por parte de Tício, antes da prolação de sentença, dará ensejo à extinção de punibilidade.

D) não responderá por qualquer crime, porquanto o Código Penal não tipifica o crime de peculato mediante erro de outrem.

E) não responderá por qualquer crime, porquanto o Código Penal não tipifica o crime de peculato culposo.

Comentário

Esse é um ótimo exemplo prático de peculato culposo.

Repare que Tício agiu de forma negligente, ou seja, ele não teve a intenção, mas inobservou um dever de cuidado. Portanto, ele agiu de forma culposa.

O peculato culposo nada mais é do que o concurso não intencional pelo funcionário público, realizado por ação ou omissão – mediante imprudência, negligência ou desídia – para a apropriação, desvio ou subtração de dinheiro, valor ou qualquer outro bem móvel pertencente ao Estado ou sob sua guarda, por uma terceira pessoa, que pode ser funcionário público (intraneus) ou particular (extraneus).

Está previsto no § 2º do art. 312:

Código Penal

Peculato culposo

Art 312, § 2º - Se o funcionário **concorre culposamente para o crime de outrem:**

Pena - detenção, de três meses a um ano.

§ 3º - No caso do parágrafo anterior, a reparação do dano, se precede à sentença irrecorrível, extingue a punibilidade; se lhe é posterior, reduz de metade a pena imposta.

Pela leitura do § 2º, podemos concluir que é necessários dois requisitos para a configuração do crime culposo:

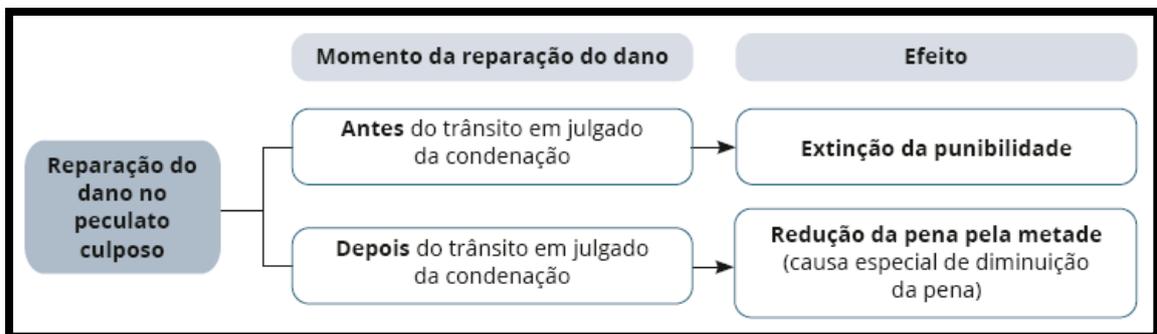
1º) Conduta culposa do funcionário público, mediante sua inobservância ao dever objetivo de cuidado da coisa móvel da Administração Pública ou sob sua vigilância. Mas não basta isso.

2º) A prática de um crime doloso por terceira pessoa, que se aproveita da facilidade culposamente proporcionada pelo funcionário público.

Perceba que temos esses dois requisitos na nossa questão:

- a conduta culposa do Tício;
- o crime de furto pelo João.

Por fim, tratando-se de peculato culposo, importante lembrarmos que temos a possibilidade de reparação do dano.



GABARITO C

28 – (2º Simulado Geral. 2024. FGV. Adaptada) Revoltado com o alarmante déficit da Previdência Social e o conseqüente valor ínfimo dos proventos recebidos por sua mãe, aposentada e portadora de câncer terminal, Ataulfo, auditor fiscal, passa a exigir, em dobro, o pagamento das contribuições sociais devidas pelos empregadores que fiscaliza, advertindo-os de que, em caso de descumprimento, divulgaria nas redes sociais a lista de devedores e os respectivos débitos fiscais. Uma vez na posse dos valores pagos a ele diretamente pelos contribuintes, Ataulfo não repassa as quantias ao erário e as utiliza em viagem com sua mãe.

Diante de tal situação hipotética e da legislação vigente, é correto afirmar que Ataulfo praticou o crime de

- A) exercício arbitrário das próprias razões.
- B) corrupção passiva.
- C) excesso de exação.
- D) constrangimento ilegal.
- E) ameaça.

Comentário

Ao exigir, em dobro, o pagamento das contribuições sociais devidas pelos empregadores que fiscaliza, advertindo-os de que, em caso de descumprimento, divulgaria nas redes sociais a lista de devedores e os respectivos débitos fiscais, Ataulfo praticou o crime de excesso de exação:

Excesso de exação

Art. 316. (...) § 1º - Se o funcionário exige tributo ou contribuição social que sabe ou deveria saber indevido, ou, quando devido, emprega na cobrança meio vexatório ou gravoso, que a lei não autoriza:

Pena - reclusão, de 3 (três) a 8 (oito) anos, e multa.

§ 2º - Se o funcionário desvia, em proveito próprio ou de outrem, o que recebeu indevidamente para recolher aos cofres públicos:

Pena - reclusão, de dois a doze anos, e multa.

Perceba, ainda, que Ataulfo desviou o dinheiro em proveito próprio (viajou com a sua mãe), de forma que deve ele responder pela figurada qualificada, cuja pena é maior. Isso não foi objeto de questão, mas é sempre bom lembrar.

GABARITO C

29 – (2º Simulado Geral. 2024. FGV. Adaptada) A Receita Federal, após denúncia realizada por um consumidor, procedeu à fiscalização do estabelecimento comercial de titularidade de Matheus, ocasião em que diversas irregularidades tributárias foram constatadas.

Muito preocupado, o empresário comentou os eventos com João, amigo de longa data, o qual lhe disse que é próximo de Caio, agente público e auditor da Receita Federal responsável pelo procedimento administrativo deflagrado em desfavor de Matheus. Em assim sendo, João solicitou ao empresário a entrega de cinco mil reais, a pretexto de influir na decisão que será tomada por Caio no procedimento administrativo que está em andamento.

Nesse cenário, considerando as disposições do Código Penal, é **correto** afirmar que João responderá pela prática do crime de

- A) advocacia administrativa.
- B) exploração de prestígio.
- C) fraude processual
- D) tráfico de influência.
- E) corrupção passiva.

Comentário

João ao solicitar dinheiro ao empresário para influir na decisão que será tomada por Caio (agente público) no processo administrativo que está em andamento, praticou o crime de tráfico de influência:

Tráfico de Influência [\(Redação dada pela Lei nº 9.127, de 1995\)](#)

Art. 332 - Solicitar, exigir, cobrar ou obter, para si ou para outrem, vantagem ou promessa de vantagem, a pretexto de influir em ato praticado por funcionário público no exercício da função: [\(Redação dada pela Lei nº 9.127, de 1995\)](#)

Pena - reclusão, de 2 (dois) a 5 (cinco) anos, e multa. [\(Redação dada pela Lei nº 9.127, de 1995\)](#)

Parágrafo único - A pena é aumentada da metade, se o agente alega ou insinua que a vantagem é também destinada ao funcionário. [\(Redação dada pela Lei nº 9.127, de 1995\)](#)

GABARITO D

30 – (2º Simulado Geral. 2024. FGV) Tício, com o objetivo de prejudicar Mévio, seu desafeto, comparece à Delegacia de Polícia e afirma que o último estaria desviando valores pecuniários que pertencem à Fazenda Pública municipal, o que, em tese, caracteriza o crime de peculato, mesmo sabendo ser o agente inocente. Em razão dos fatos narrados, o Delegado de Polícia deflagra inquérito policial para apurá-los.

Nesse cenário, considerando as disposições do Código Penal, é **correto** afirmar que Tício responderá pela prática do crime de

- A) falsa comunicação de crime, com a incidência de uma causa de aumento de pena, considerando que os fatos imputados envolvem um crime contra a Administração Pública.
- B) denúncia caluniosa, com a incidência de uma causa de aumento de pena, considerando que os fatos imputados envolvem um crime contra a Administração Pública.
- C) falsa comunicação de crime, sem causas de aumento ou de diminuição de pena.
- D) denúncia caluniosa, sem causas de aumento ou de diminuição de pena.
- E) falso testemunho, sem causas de aumento ou de diminuição de pena.

Comentário

Tício praticou o crime de denúncia caluniosa, sem causas de aumento ou de diminuição de pena:

Denúncia caluniosa

Art. 339. **Dar causa à instauração de inquérito policial**, de procedimento investigatório criminal, de processo judicial, de processo administrativo disciplinar, de inquérito civil ou de ação de improbidade administrativa contra alguém, **imputando-lhe crime**, infração ético-disciplinar ou ato ímprobo de **que o sabe inocente**:

Pena - reclusão, de dois a oito anos, e multa.

§ 1º - A pena é aumentada de sexta parte, se o agente se serve de anonimato ou de nome suposto.

§ 2º - A pena é diminuída de metade, se a imputação é de prática de contravenção.

ATENÇÃO1: A imputação deve ser feita contra pessoa determinada ou identificável de imediato (ex.: o autor do crime é o primo mais velho de fulano). Sem isso, o crime será o de comunicação falsa de crime ou contravenção, previsto no art. 340. Assim, se alguém faz um telefonema para a central da Polícia Militar narrando que, em determinado local, está ocorrendo um crime naquele momento, mas não especifica a autoria, e a informação é falsa, consuma-se o crime de comunicação falsa de crime ou contravenção.

ATENÇÃO2: o agente denunciante deve ter plena consciência de que está acusando uma pessoa inocente. Assim, se ele tiver dúvida a respeito da autoria e faz a acusação, não é crime.

Já quanto à causa de aumento, não se aplica porque Tício não usou nome suposto.

Sobre a causa de diminuição, tem-se que o peculato não é contravenção penal, sendo certo que não incide.

GABARITO D

DIREITO PROCESSUAL PENAL

31 – (2º Simulado Geral. 2024. FGV) João, membro do Ministério Público, recebe a pauta de audiências da Vara Criminal onde atua, para um determinado dia da semana. Ao ler o documento, o promotor de justiça verifica que o advogado do réu, na primeira audiência, é seu primo (parente colateral de 4º grau). Por sua vez, na segunda audiência, o patrono do acusado é o seu tio (parente colateral de 3º grau), com quem não dispõe de qualquer relação de proximidade.

Nesse cenário, considerando as disposições do Código de Processo Penal, é correto afirmar que João:

- A) não poderá participar das duas audiências designadas, porquanto as hipóteses de impedimento e de suspeição se estendem, no que couber, aos membros do Ministério Público;
- B) poderá participar das duas audiências designadas, porquanto as hipóteses de impedimento e de suspeição restringem-se aos integrantes do Poder Judiciário;
- C) não poderá participar da primeira audiência, em razão do impedimento, tampouco da segunda, por força da suspeição;

D) poderá participar da primeira audiência, mas não da segunda, em razão do impedimento;

E) poderá participar da primeira audiência, mas não da segunda, em razão da suspeição.

Comentário

Inicialmente, temos que lembrar as disposições relativas à suspeição e impedimento dos juízes se estendem aos membros do MP, nos termos do art. 258 do CPP:

Art. 258. Os órgãos do Ministério Público não funcionarão nos processos em que o juiz ou qualquer das partes for seu cônjuge, ou parente, consangüíneo ou afim, em linha reta ou colateral, até o terceiro grau, inclusive, e a eles se estendem, no que lhes for aplicável, as prescrições relativas à suspeição e aos impedimentos dos juízes.

Na primeira situação, temos que o advogado do réu é primo do promotor (parente colateral de 4º grau). As hipóteses de suspeição e impedimento apenas alcançam até o 3º grau, de forma que o promotor pode participar dessa audiência.

Art. 252. O juiz não poderá exercer jurisdição no processo em que:

I - tiver funcionado seu cônjuge ou parente, consangüíneo ou afim, em linha reta ou colateral até o terceiro grau, inclusive, como defensor ou advogado, órgão do Ministério Público, autoridade policial, auxiliar da justiça ou perito;

(...)

Na segunda audiência, temos que o advogado do acusado é o seu tio (parente colateral de 3º grau). Nesse caso, há impedimento.

GABARITO D

32 – (2º Simulado Geral. 2024. FGV) Márcio, com extensa folha de antecedentes criminais, foi denunciado pelo Ministério Público em razão da prática do crime de constituir organização criminosa e de vários crimes de estelionato, tendo sido requerida a sua prisão preventiva.

Contudo, não foi encontrado para ser citado, tendo o juiz determinado a sua citação por edital. Após a citação editalícia, Márcio não compareceu em juízo, mas constituiu advogado nos autos.

Nessa hipótese, é correto afirmar que:

- A) serão suspensos o curso do processo e do prazo prescricional, e o juiz poderá decretar a prisão preventiva de Márcio;
- B) não será suspenso o curso do processo, mas apenas do prazo prescricional, e o juiz não poderá decretar a prisão preventiva de Márcio;
- C) não serão suspensos o curso do processo e do prazo prescricional, e o juiz poderá decretar a prisão preventiva de Márcio;
- D) será suspenso o curso do processo e interrompido o prazo prescricional, e o juiz poderá decretar a prisão preventiva de Márcio;
- E) serão interrompidos o curso do processo e do prazo prescricional, e o juiz não poderá decretar a prisão preventiva de Márcio.

Comentário

Assim dispõe o art. 366 do CPP:

Art. 366. Se o acusado, citado por edital, não comparecer, nem constituir advogado, ficarão suspensos o processo e o curso do prazo prescricional, podendo o juiz determinar a produção antecipada das provas consideradas urgentes e, se for o caso, decretar prisão preventiva, nos termos do disposto no art. 312.

O artigo 366 do Código de Processo Penal traz que ficarão suspensos o processo e a prescrição quando o réu citado por edital não comparecer e nem constituir advogado.

No nosso caso, embora o acusado, citado por edital, não tenha comparecido, ele constituiu advogado, ou seja, não serão suspensos o processo e o curso do prazo prescricional.

No mais, preenchidos os requisitos do artigo 312 do CPP, o juiz poderá decretar a prisão preventiva:

Art. 366. Se o acusado, citado por edital, não comparecer, nem constituir advogado, ficarão suspensos o processo e o curso do prazo prescricional, podendo o juiz determinar a produção antecipada das provas consideradas urgentes e, se for o caso, decretar prisão preventiva, nos termos do disposto no art. 312.

GABARITO C

33 – (2º Simulado Geral. 2024. FGV) O Ministério Público ofereceu denúncia em face de Tício, arrolando, na sequência, dez pessoas para serem ouvidas no curso da instrução processual, em ação penal sujeita ao procedimento comum ordinário. Irresignada, a defesa técnica peticionou nos autos, afirmando que a legislação de regência não permite a oitiva, pela acusação, de dez indivíduos. Antes de se manifestar na relação processual, o juízo verificou que duas pessoas indicadas pelo órgão acusatório, por lei, não prestam compromisso legal de dizer a verdade.

Nesse cenário, considerando as disposições do Código de Processo Penal, é correto afirmar que o Ministério Público agiu:

- A) em conformidade com a lei, porquanto, no procedimento comum ordinário, poderão ser inquiridas até oito testemunhas arroladas pela acusação, sendo certo que, nesse número, não se compreendem as que não prestam compromisso;
- B) em desconformidade com a lei, porquanto, no procedimento comum ordinário, poderão ser inquiridas até seis testemunhas arroladas pela acusação, sendo certo que, nesse número, não se compreendem as que não prestam compromisso;
- C) em desconformidade com a lei, porquanto, no procedimento comum ordinário, poderão ser inquiridas até cinco testemunhas arroladas pela acusação, sendo certo que, nesse número, não se compreendem as que não prestam compromisso;
- D) em conformidade com a lei, porquanto, no procedimento comum ordinário, poderão ser inquiridas até dez testemunhas arroladas pela acusação, sendo certo que, nesse número, compreendem-se as que não prestam compromisso;
- E) em desconformidade com a lei, porquanto, no procedimento comum ordinário, poderão ser inquiridas até oito testemunhas arroladas pela acusação, sendo certo que, nesse número, compreendem-se as que não prestam compromisso.

Comentário

A) em conformidade com a lei, porquanto, no procedimento comum ordinário, poderão ser inquiridas até oito testemunhas arroladas pela acusação, sendo certo que, nesse número, não se compreendem as que não prestam compromisso;

CORRETA. Pois no procedimento comum ordinário, podem ser inquiridas até 8 testemunhas. Só que nesse número não se compreendem as que não prestem compromisso e as referidas, ou seja, podemos ter mais de 8 testemunhas:

Art. 401. Na instrução poderão ser inquiridas até 8 (oito) testemunhas arroladas pela acusação e 8 (oito) pela defesa.

§ 1o Nesse número não se compreendem as que não prestem compromisso e as referidas.

(...)

No nosso caso, tivemos 10 testemunhas (8 + 2), o que está de acordo com o CPP.

GABARITO A

34 – (2º Simulado Geral. 2024. FGV) Caio, Mévio, Tício e João são pronunciados pela prática do crime de homicídio qualificado, sendo certo que cada acusado possui um advogado diferente, que integra os quadros de escritórios de advocacia distintos. No dia da sessão plenária, encerrada a instrução processual, passa-se à fase dos debates entre o Ministério Público e as defesas.

Considerando as disposições do Código de Processo Penal, é correto afirmar que:

- A) o Ministério Público terá três horas e meia, mais duas horas para a réplica. Cada defesa, por sua vez, terá duas horas e meia, mais uma hora e meia para a tréplica;
- B) o Ministério Público e as defesas reunidas terão, cada um, duas horas e meia, mais duas horas para a réplica da acusação e duas horas para a tréplica das defesas;
- C) o Ministério Público e as defesas reunidas terão, cada um, três horas e meia, mais duas horas para a réplica da acusação e duas horas para a tréplica das defesas;
- D) o Ministério Público terá duas horas e meia, mais uma hora e meia para a réplica. Cada defesa, por sua vez, terá uma hora e meia, mais uma hora para a tréplica;
- E) o Ministério Público e as defesas reunidas terão, cada um, uma hora e meia, mais uma hora para a réplica da acusação e uma hora para a tréplica das defesas.

Comentário

Inicialmente, tratando-se de crime de homicídio qualificado (crime doloso contra a vida), estamos diante do procedimento do Tribunal do Júri.

E é o art. 477 do CPP que traz o tempo destinado à defesa e à acusação:

Art. 477. O tempo destinado à acusação e à defesa será de uma hora e meia para cada, e de uma hora para a réplica e outro tanto para a tréplica.

§ 1º Havendo mais de um acusador ou mais de um defensor, combinarão entre si a distribuição do tempo, que, na falta de acordo, será dividido pelo juiz presidente, de forma a não exceder o determinado neste artigo.

§ 2º Havendo mais de 1 (um) acusado, o tempo para a acusação e a defesa será acrescido de 1 (uma) hora e elevado ao dobro o da réplica e da tréplica, observado o disposto no § 1º deste artigo.

No nosso caso, há mais de 1 acusado, de forma que devemos seguir o que está no § 2º, ou seja, o tempo para a acusação e a defesa será acrescido de 1 (uma) hora e elevado ao dobro o da réplica e da tréplica.

Portanto, o tempo para a acusação e a defesa era de 1 hora e meia, só que temos que acrescentar mais 1, pois há mais de 1 acusado. Assim, o tempo será de 2 horas e meia para a acusação e para a defesa.

Já a réplica e a tréplica serão elevadas ao dobro, ou seja, se era de 1 hora, agora serão 2 horas.

GABARITO B

35 – (2º Simulado Geral. 2024. FGV) No curso de uma persecução penal processual, em que se imputa a suposta prática do crime de roubo a Tarcísio, a acusação argui, por escrito, a falsidade de documento constante dos autos. Em assim sendo, o juízo da 1ª Vara Criminal da Comarca *Alfa*, após a observância de todas as formalidades previstas em lei, decide que, de fato, o documento impugnado é falso. Nesse cenário, considerando as disposições do Código de Processo Penal, é correto afirmar que a defesa poderá interpor

- A) recurso em sentido estrito em face da decisão judicial, no prazo de cinco dias.
- B) recurso de apelação em face da decisão judicial, no prazo de cinco dias.
- C) carta testemunhável em face da decisão judicial, no prazo de oito dias.
- D) recurso de apelação em face da decisão judicial, no prazo de oito dias.
- E) correção parcial em face da decisão judicial, no prazo de cinco dias.

Comentário

Da decisão que resolve o incidente de falsidade, cabe recurso no sentido estrito, no prazo de 5 dias:

Art. 581. Caberá recurso, no sentido estrito, da decisão, despacho ou sentença:

(...)

XVIII - que decidir o incidente de falsidade;

(...)

Art. 586. O recurso voluntário poderá ser interposto no prazo de cinco dias.

GABARITO A

36 – (2º Simulado Geral. 2024. FGV) João, advogado, impetrou um *habeas corpus* em favor de Caio, ao argumento de que havia excesso de prazo na instrução processual, considerando que o paciente se encontrava preso preventivamente há três meses, sem que tivesse havido a prolação de sentença em persecução penal afeta ao crime de latrocínio consumado. A Câmara Criminal do Tribunal de Justiça se reuniu, então, para analisar o mérito do remédio constitucional, ocasião em que houve empate na votação, já incluído o voto do presidente do colegiado.

Considerando as disposições do Código de Processo Penal, é correto afirmar que, em razão do empate nesse caso:

- A) a sessão do órgão fracionário do Tribunal de Justiça terá prosseguimento com a presença de outros julgadores, que serão convocados em número suficiente para garantir o desempate;
- B) o julgamento será reiniciado, permitindo-se à defesa técnica trazer novos argumentos durante a sustentação oral, para auxiliar na formação do convencimento do colegiado;
- C) a sessão do órgão fracionário do Tribunal de Justiça será interrompida e remarcada para o primeiro dia útil desimpedido, para realização de novo julgamento;
- D) prevalecerá a decisão mais favorável ao paciente;
- E) prevalecerá a decisão desfavorável ao paciente.

Comentário

O art. 664 do Código de Processo Penal (CPP) traz a regra de desempate nos julgamentos de **habeas corpus**, determinando que, em caso de empate, prevalece a decisão mais favorável ao réu, desde que o presidente já tenha votado. Vejamos o dispositivo:

Art. 664. Recebidas as informações, ou dispensadas, o habeas corpus será julgado na primeira sessão, podendo, entretanto, adiar-se o julgamento para a sessão seguinte.

Parágrafo único. A decisão será tomada por maioria de votos. Havendo empate, se o presidente não tiver tomado parte na votação, proferirá voto de desempate; no caso contrário, prevalecerá a decisão mais favorável ao paciente.

No caso narrado, como o presidente já havia tomado parte na votação, aplica-se a regra do parágrafo único, **prevalecendo a decisão mais favorável ao paciente**, ou seja, ao réu. Essa é a determinação expressa da legislação processual penal.

Por fim, é importante destacar que, **caso o presidente não tivesse votado**, ele proferiria o voto de desempate, conforme previsto no mesmo parágrafo.

GABARITO D

37 – (2º Simulado Geral. 2024. FGV) Após ser abordado por policiais militares, que constataram a prática de uma infração penal de menor potencial ofensivo, Caio foi levado à Delegacia de Polícia mais próxima, onde assumiu o compromisso de comparecer à sede do Juizado Especial Criminal. Em juízo, em observância ao procedimento comum sumaríssimo, constatada a recusa do suposto autor do fato em se valer dos institutos despenalizadores previstos em lei, o Ministério Público ofereceu denúncia, mas o juízo a rejeitou.

Nesse cenário, considerando as disposições da Lei nº 9.099/1995, é correto afirmar que da decisão de rejeição da denúncia caberá:

- A) recurso em sentido estrito, que será interposto no prazo de dois dias, por petição escrita, além do prazo de oito dias para a apresentação das razões recursais;
- B) recurso inominado, que será interposto no prazo de dois dias, por petição escrita, além do prazo de oito dias para a apresentação das razões recursais;
- C) recurso em sentido estrito, que será interposto no prazo de dez dias, por petição escrita, da qual constarão as razões e o pedido do recorrente;
- D) recurso inominado, que será interposto no prazo de dez dias, por petição escrita, da qual constarão as razões e o pedido do recorrente;
- E) apelação, que será interposta no prazo de dez dias, por petição escrita, da qual constarão as razões e o pedido do recorrente.

Comentário

Da decisão de rejeição da denúncia ou queixa e da sentença caberá apelação, a ser interposto no prazo de 10 dias, por petição escrita, da qual constarão as razões e o pedido do recorrente:

Lei 9.099/95

Art. 82. Da decisão de rejeição da denúncia ou queixa e da sentença caberá apelação, que poderá ser julgada por turma composta de três Juízes em exercício no primeiro grau de jurisdição, reunidos na sede do Juizado.

§ 1º A apelação será interposta no prazo de dez dias, contados da ciência da sentença pelo Ministério Público, pelo réu e seu defensor, por petição escrita, da qual constarão as razões e o pedido do recorrente.

GABARITO E

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

38 – (2º Simulado Geral. 2024. FGV) João ingressou com ação indenizatória em face da Carros Bonitos, requerendo a condenação desta última a lhe indenizar danos morais e materiais resultantes da venda de veículo seminovo com defeito.

Consensualmente, João e a Carros Bonitos desejam estabelecer calendário para a prática de atos processuais, de modo a tornar mais célere a tramitação do feito. A proposta é conjuntamente apresentada ao juízo, que homologa o calendário apresentado pelas partes.

Sobre o caso acima, é **correto** afirmar que

- A) a intimação das partes para a prática de ato processual ou a realização de audiência cujas datas tiverem sido designadas no calendário continuará sendo necessária.
- B) o calendário processual somente pode ser adotado de ofício pelo magistrado, não sendo cabível a apresentação de calendário de comum acordo pelas partes.
- C) o calendário vincula as partes e o juiz, e os prazos nele previstos somente serão modificados em casos excepcionais, devidamente justificados.
- D) o calendário vincula as partes, porém o juízo não é vinculado ao calendário, sendo seus prazos não preclusivos.
- E) malgrado a utilidade da proposta, trata-se de negócio jurídico processual atípico, não havendo previsão legal no Código de Processo Civil acerca do calendário processual.

Comentário

A questão trata do calendário processual estabelecido pelas partes.

c) "O calendário vincula as partes e o juiz, e os prazos nele previstos somente serão modificados em casos excepcionais, devidamente justificados."

CORRETA. O artigo 191, § 1º do CPC prevê exatamente isso:

§ 1º O calendário vincula as partes e o juiz, e os prazos nele previstos somente serão modificados em casos excepcionais, devidamente justificados.

a) "A intimação das partes para a prática de ato processual ou a realização de audiência cujas datas tiverem sido designadas no calendário continuará sendo necessária."

INCORRETA. De acordo com o art. 191, § 2º do CPC, a intimação para esses atos não é necessária:

§ 2º Dispensa-se a intimação das partes para a prática de ato processual ou a realização de audiência cujas datas tiverem sido designadas no calendário.

b) "O calendário processual somente pode ser adotado de ofício pelo magistrado, não sendo cabível a apresentação de calendário de comum acordo pelas partes."

INCORRETA. O calendário processual deve ser fixado de comum acordo entre o juiz e as partes, conforme o art. 191, caput, do CPC:

Art. 191. De comum acordo, o juiz e as partes podem fixar calendário para a prática dos atos processuais, quando for o caso.

d) "O calendário vincula as partes, porém o juiz não é vinculado ao calendário, sendo seus prazos não preclusivos."

INCORRETA. Tanto as partes quanto o juiz são vinculados ao calendário, conforme o art. 191, § 1º do CPC, e os prazos são preclusivos:

§ 1º O calendário vincula as partes e o juiz.

e) "Malgrado a utilidade da proposta, trata-se de negócio jurídico processual atípico, não havendo previsão legal no Código de Processo Civil acerca do calendário processual."

INCORRETA. O calendário processual é um negócio jurídico típico e está expressamente previsto no art. 191 do CPC.

GABARITO C

39 – (2º Simulado Geral. 2024. FGV) Fernando formulou requerimento de tutela provisória cautelar em caráter antecedente em face do Hospital X, pugnando pela concessão de medida para impedir o hospital de eliminar documentos concernentes a procedimento cirúrgico lá realizado.

Nesse caso:

- A) caso entenda que o pedido de Fernando tem natureza antecipada, o juiz deverá observar as disposições referentes ao procedimento de tutela antecipada antecedente.
- B) o Hospital X será citado para, no prazo de 15 (quinze) dias, contestar o pedido e indicar as provas que pretende produzir.
- C) efetivada a tutela cautelar, Fernando deverá formular o pedido principal no prazo de 5 (cinco) dias.
- D) eventual indeferimento da tutela cautelar obsta que Fernando formule o pedido principal.
- E) a causa de pedir não poderá ser aditada no momento de formulação do pedido principal.

Comentário

A) "Caso entenda que o pedido de Fernando tem natureza antecipada, o juiz deverá observar as disposições referentes ao procedimento de tutela antecipada antecedente."

CORRETA. O Código de Processo Civil permite a fungibilidade entre as tutelas provisórias, ou seja, o juiz pode conceder a tutela adequada mesmo que o autor tenha rotulado de maneira diversa. No caso, se o juiz entender que a tutela requerida é antecipada, deverá observar o procedimento correspondente, conforme o art. 305, parágrafo único, do CPC:

Art. 305, Parágrafo único. Caso entenda que o pedido a que se refere o caput tem natureza antecipada, o juiz observará o disposto no art. 303.

B) "O Hospital X será citado para, no prazo de 15 (quinze) dias, contestar o pedido e indicar as provas que pretende produzir."

INCORRETA. O prazo para o réu contestar o pedido em uma ação cautelar é de 5 dias, não de 15 dias, conforme o art. 306 do CPC:

Art. 306. O réu será citado para, no prazo de 5 (cinco) dias, contestar o pedido e indicar as provas que pretende produzir.

C) *"Efetivada a tutela cautelar, Fernando deverá formular o pedido principal no prazo de 5 (cinco) dias."*

INCORRETA. O prazo para formular o pedido principal após a efetivação da tutela cautelar é de 30 dias, conforme o art. 308 do CPC:

Art. 308. Efetivada a tutela cautelar, o pedido principal terá de ser formulado pelo autor no prazo de 30 (trinta) dias.

D) *"Eventual indeferimento da tutela cautelar obsta que Fernando formule o pedido principal."*

INCORRETA. O indeferimento da tutela cautelar não impede que o autor formule o pedido principal, exceto nos casos de reconhecimento de decadência ou prescrição, conforme o art. 310 do CPC:

Art. 310. O indeferimento da tutela cautelar não obsta a que a parte formule o pedido principal, salvo se o motivo do indeferimento for o reconhecimento de decadência ou de prescrição.

E) *"A causa de pedir não poderá ser aditada no momento de formulação do pedido principal."*

INCORRETA. O CPC permite que a causa de pedir seja aditada no momento da formulação do pedido principal, conforme o art. 308, § 2º:

§ 2º A causa de pedir poderá ser aditada no momento de formulação do pedido principal.

GABARITO A

40 – (2º Simulado Geral. 2024. FCC) Suzane ajuizou demanda indenizatória, porém teve sua petição inicial indeferida, em razão de inépcia desta. Nessa situação, se Suzane interpuser apelação,

A) o recurso deverá ser indeferido, já que o CPC prevê expressamente o cabimento de agravo de instrumento para essa hipótese.

B) o réu deve ser intimado para tomar ciência do processo, sem, contudo, poder apresentar contrarrazões ao recurso.

C) os autos serão remetidos ao tribunal sem a citação da parte requerida.

D) o juiz poderá retratar-se no prazo de cinco dias.

E) no caso de reforma da sentença pelo tribunal, o prazo para contestação será iniciado a partir da publicação do acórdão no diário oficial.

Comentário

A questão trata do procedimento após o indeferimento da petição inicial e do cabimento de recursos, além dos prazos processuais correspondentes.

D) "O juiz poderá retratar-se no prazo de cinco dias."

CORRETA. O Código de Processo Civil estabelece que, se o autor interpuser apelação contra o indeferimento da petição inicial, o juiz tem a possibilidade de se retratar no prazo de 5 dias, conforme o art. 331, caput, do CPC:

Art. 331. Indeferida a petição inicial, o autor poderá apelar, facultado ao juiz, no prazo de 5 (cinco) dias, retratar-se.

A) "O recurso deverá ser indeferido, já que o CPC prevê expressamente o cabimento de agravo de instrumento para essa hipótese."

INCORRETA. O recurso adequado contra o indeferimento da petição inicial é a apelação, conforme o art. 331, caput, do CPC. O agravo de instrumento não é o recurso cabível para essa hipótese.

B) "O réu deve ser intimado para tomar ciência do processo, sem, contudo, poder apresentar contrarrazões ao recurso."

INCORRETA. Caso o juiz não se retrate, o réu deve ser citado para apresentar contrarrazões ao recurso de apelação, conforme o art. 331, § 1º, do CPC:

§ 1º Se não houver retratação, o juiz mandará citar o réu para responder ao recurso.

C) "Os autos serão remetidos ao tribunal sem a citação da parte requerida."

INCORRETA. Se o juiz não se retratar, o réu deverá ser citado para apresentar contrarrazões ao recurso de apelação, conforme o art. 331, § 1º. Apenas após o prazo para a resposta, os autos serão remetidos ao tribunal.

E) "No caso de reforma da sentença pelo tribunal, o prazo para contestação será iniciado a partir da publicação do acórdão no diário oficial."

INCORRETA. O prazo para contestação começará a correr após a audiência de conciliação ou mediação, ou após a constatação da impossibilidade ou cancelamento da audiência, conforme o art. 331, § 2º, do CPC:

§ 2º Sendo a sentença reformada pelo tribunal, o prazo para a contestação começará a correr da intimação do retorno dos autos, observado o disposto no art. 334.

GABARITO D

41 – (2º Simulado Geral. 2024. FCC) De acordo com o Código de Processo Civil, as provas

A) caberão sempre ao autor, quanto ao fato constitutivo de seu direito, não podendo o juiz atribuir o ônus de maneira diversa.

B) podem ser produzidas pelo réu revel, desde que este se faça representar nos autos a tempo de praticar os atos processuais indispensáveis a essa produção.

C) não podem ser dispensadas pelo juiz, ainda que recaiam sobre fatos notórios ou admitidos como incontroversos.

D) não podem ser determinadas de ofício.

E) só podem ser utilizadas em favor da parte que houver requerido sua produção.

Comentário

B) "Podem ser produzidas pelo réu revel, desde que este se faça representar nos autos a tempo de praticar os atos processuais indispensáveis a essa produção."

CORRETA. O art. 349 do CPC permite que o réu revel produza provas, desde que se apresente nos autos a tempo de praticar os atos processuais necessários.

Art. 349. Ao réu revel será lícita a produção de provas, contrapostas às alegações do autor, desde que se faça representar nos autos a tempo de praticar os atos processuais indispensáveis a essa produção.

Nota: O réu revel é aquele que não apresentou contestação.

A) "Caberão sempre ao autor, quanto ao fato constitutivo de seu direito, não podendo o juiz atribuir o ônus de maneira diversa."

INCORRETA. Embora o ônus da prova quanto ao fato constitutivo de seu direito recaia sobre o autor (art. 373, I, CPC), o juiz pode redistribuí-lo em casos previstos em lei ou devido a peculiaridades da causa, conforme o art. 373, § 1º, CPC.

Art. 373, § 1º. Nos casos previstos em lei ou diante de peculiaridades da causa [...] o juiz poderá atribuir o ônus da prova de modo diverso, desde que o faça por decisão fundamentada.

C) "Não podem ser dispensadas pelo juiz, ~~ainda que recaiam sobre fatos notórios ou admitidos como incontroversos.~~"

INCORRETA. Fatos notórios ou admitidos como incontroversos não dependem de prova e podem ser dispensados pelo juiz, conforme o art. 374, I e III, do CPC.

Art. 374. Não dependem de prova os fatos: I - notórios; III - admitidos no processo como incontroversos.

D) "Não podem ser determinadas de ofício."

INCORRETA. O juiz pode, de ofício, determinar a produção de provas, conforme o art. 370, caput, do CPC.

Art. 370. Caberá ao juiz, de ofício ou a requerimento da parte, determinar as provas necessárias ao julgamento do mérito.

E) "Só podem ser utilizadas em favor da parte que houver requerido sua produção."

INCORRETA. As provas, uma vez trazidas aos autos, podem ser utilizadas por qualquer das partes, em razão do princípio da comunhão das provas (art. 371, CPC), que torna a prova comum ao processo, beneficiando ou prejudicando qualquer parte.

Art. 371. O juiz apreciará a prova constante dos autos, independentemente do sujeito que a tiver promovido.

GABARITO B

42 – (2º Simulado Geral. 2024. FGV) Tramitando um determinado processo no Tribunal, o relator, antes de solicitar a sua inclusão em pauta para o julgamento do recurso de apelação ali interposto, tendo verificado que o apelante havia juntado novos documentos, proferiu despacho em que determinava a intimação do apelado para que se pronunciasse a seu respeito no prazo de quinze dias.

No tocante ao referido pronunciamento, é correto afirmar que é:

- A) irrecorrível;
- B) impugnável por agravo interno, que deverá ser desprovido;
- C) impugnável por agravo interno, que deverá ser provido;
- D) impugnável por agravo de instrumento, que deverá ser desprovido;
- E) impugnável por agravo de instrumento, que deverá ser provido.

Comentário

O despacho que determina a intimação do apelado para se manifestar sobre novos documentos **não é recorrível**. Isso ocorre porque ele se trata de um despacho de mero expediente, destinado a assegurar o contraditório, sem causar prejuízo imediato às partes. De acordo com o **art. 1.001 do CPC/15, dos despachos não cabe recurso**:

Art. 1.001. Dos despachos não cabe recurso.

Portanto, como o despacho não afeta diretamente o direito das partes, ele não é passível de recurso, sendo um ato processual de organização do processo.

GABARITO A

43 – (2º Simulado Geral. 2024. FGV) Entre os princípios abaixo, assinale o que **não** está expressamente elencado na Lei nº 9.099/1995 no rol dos princípios informativos dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais.

- A) Oralidade.
- B) Economia processual.
- C) Celeridade.
- D) Impulso Oficial.
- E) Simplicidade.

Comentário

O impulso oficial não é um dos princípios previstos nos Juizados Especiais Cíveis e Criminais:

Art. 2º O processo orientar-se-á pelos critérios da oralidade, simplicidade, informalidade, economia processual e celeridade, buscando, sempre que possível, a conciliação ou a transação.

O processo orientar-se-á pelos critérios da

oralidade,

simplicidade,

informalidade,

economia processual e

celeridade, buscando, sempre que possível, a conciliação ou a transação.

GABARITO D

44 – (2º Simulado Geral. 2024. FGV) João teve seu veículo atingido por uma viatura da Polícia Militar do Estado X. Buscando obter a reparação dos danos sofridos, comprovadamente no valor de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais), ajuizou ação perante o Juizado Especial de Fazenda Pública em face do Estado X.

Tomando o caso acima como premissa, assinale a afirmativa **correta**.

- A) O Estado X terá prazo em dobro para todas as suas manifestações processuais.
- B) Eventual sentença desfavorável à Fazenda Pública estará sujeita à remessa necessária.
- C) Poderá o conciliador, para fins de encaminhamento da composição amigável, ouvir as partes e testemunhas sobre os contornos fáticos da controvérsia.
- D) João poderia ter proposto a demanda perante a Vara de Fazenda Pública da mesma comarca, eis que a competência dos Juizados Especiais de Fazenda Pública é relativa.
- E) A citação para a audiência de conciliação deve ser efetivada com antecedência mínima de 20 (vinte) dias.

Comentário

C) Poderá o conciliador, para fins de encaminhamento da composição amigável, ouvir as partes e testemunhas sobre os contornos fáticos da controvérsia.

CORRETA. Conforme o **art. 16, § 1º, da Lei 12.153/2009**, o conciliador poderá ouvir as partes e testemunhas, a fim de facilitar uma composição amigável entre elas.

Art. 16, § 1º: Poderá o conciliador, para fins de encaminhamento da composição amigável, ouvir as partes e testemunhas sobre os contornos fáticos da controvérsia.

A) O Estado X terá prazo em dobro para todas as suas manifestações processuais.

INCORRETA. No Juizado Especial da Fazenda Pública, não há prazo diferenciado para as pessoas jurídicas de direito público, conforme o **art. 7º da Lei 12.153/2009**.

Art. 7º: Não haverá prazo diferenciado para a prática de qualquer ato processual pelas pessoas jurídicas de direito público, inclusive a interposição de recursos.

B) Eventual sentença desfavorável à Fazenda Pública estará sujeita à remessa necessária.

INCORRETA. No procedimento dos Juizados Especiais da Fazenda Pública, não há remessa necessária, segundo o **art. 11 da Lei 12.153/2009**.

Art. 11: Nas causas de que trata esta Lei, não haverá reexame necessário.

D) João poderia ter proposto a demanda perante a Vara de Fazenda Pública da mesma comarca, eis que a competência dos Juizados Especiais de Fazenda Pública é relativa.

INCORRETA. A competência dos Juizados Especiais da Fazenda Pública é absoluta, conforme o **art. 2º, § 4º, da Lei 12.153/2009**.

Art. 2º, § 4º: No foro onde estiver instalado Juizado Especial da Fazenda Pública, a sua competência é absoluta.

E) A citação para a audiência de conciliação deve ser efetivada com antecedência mínima de 20 (vinte) dias.

INCORRETA. A citação para a audiência de conciliação deve ser feita com antecedência mínima de **30 dias**, conforme o **art. 7º da Lei 12.153/2009**.

Art. 7º: A citação para a audiência de conciliação deve ser efetuada com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

GABARITO C

DIREITO CONSTITUCIONAL

45 - (2º Simulado Geral. 2024. Inéditas) Imagine que, em 2024, o Congresso Nacional do Brasil aprovou um tratado internacional sobre direitos humanos que visava garantir o acesso universal à educação básica de qualidade. O tratado foi submetido a votação nas duas Casas do Congresso (Câmara dos Deputados e Senado Federal), sendo aprovado em dois turnos por três quintos dos votos dos respectivos membros em ambas as Casas. No entanto, alguns juristas questionaram se o tratado teria força constitucional, argumentando que ele não poderia alterar normas preexistentes da Constituição Federal. Com base no § 3º do art. 5º da Constituição Federal, responda:

Qual a validade e o efeito jurídico desse tratado internacional sobre direitos humanos no ordenamento jurídico brasileiro?

- A) O tratado terá status de lei ordinária, pois nenhum tratado internacional pode ser equiparado à Constituição, independentemente de sua aprovação.
- B) O tratado internacional, por ter sido aprovado pelo quórum qualificado nas duas Casas do Congresso Nacional, será equivalente a uma emenda constitucional e, portanto, poderá modificar normas constitucionais existentes.
- C) O tratado aprovado será equivalente a uma medida provisória, devendo ser regulamentado posteriormente pelo Presidente da República.
- D) Para que o tratado tenha status de emenda constitucional, ele deve ser aprovado apenas pelo Senado Federal, por maioria simples, sem necessidade de votação na Câmara dos Deputados.
- E) Tratados internacionais sobre direitos humanos não têm validade no ordenamento jurídico brasileiro, mesmo se aprovados pelo Congresso Nacional, pois a Constituição não permite sua incorporação.

Comentário

A) O tratado terá status de lei ordinária, pois nenhum tratado internacional pode ser equiparado à Constituição, independentemente de sua aprovação.

INCORRETA. O § 3º do art. 5º da Constituição Federal prevê que tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos, se aprovados por quórum qualificado (dois turnos de votação em ambas as Casas do Congresso, com três quintos dos votos), têm status de emenda constitucional, não de lei ordinária. Logo, o tratado não terá status de lei ordinária, e sim de emenda constitucional se seguir esses requisitos.

B) O tratado internacional, por ter sido aprovado pelo quórum qualificado nas duas Casas do Congresso Nacional, será equivalente a uma emenda constitucional e, portanto, poderá modificar normas constitucionais existentes.

CORRETA. O tratado, por ter sido aprovado com o quórum qualificado de três quintos dos votos nas duas Casas do Congresso Nacional, será equivalente a uma emenda constitucional, conforme o § 3º do art. 5º da Constituição Federal. Isso significa que ele poderá modificar ou complementar normas constitucionais existentes, uma vez que adquiriu força constitucional.

Art. 5º

(...)

§ 3º Os tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos que forem aprovados, em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por três quintos dos votos dos respectivos membros, **serão equivalentes às emendas constitucionais**. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004) (Vide DLG nº 186, de 2008), (Vide Decreto nº 6.949, de 2009), (Vide DLG 261, de 2015), (Vide Decreto nº 9.522, de 2018) (Vide ADIN 3392) (Vide DLG 1, de 2021), (Vide Decreto nº 10.932, de 2022)

C) O tratado aprovado será equivalente a uma medida provisória, devendo ser regulamentado posteriormente pelo Presidente da República.

INCORRETA. Tratados internacionais sobre direitos humanos, quando aprovados com o quórum qualificado, têm status de emenda constitucional, e não de medida provisória. Medidas provisórias são instrumentos normativos diferentes, com outro processo legislativo e regulamentação.

D) Para que o tratado tenha status de emenda constitucional, ele deve ser aprovado apenas pelo Senado Federal, por maioria simples, sem necessidade de votação na Câmara dos Deputados.

INCORRETA. Para que um tratado tenha status de emenda constitucional, ele precisa ser aprovado em dois turnos de votação nas duas Casas do Congresso Nacional (Câmara dos Deputados e Senado Federal), por três quintos dos votos dos respectivos membros. A aprovação por maioria simples ou apenas pelo Senado Federal não atende aos requisitos constitucionais.

E) Tratados internacionais sobre direitos humanos não têm validade no ordenamento jurídico brasileiro, mesmo se aprovados pelo Congresso Nacional, pois a Constituição não permite sua incorporação.

INCORRETA. A Constituição Federal permite a incorporação de tratados internacionais sobre direitos humanos, e se forem aprovados pelo quórum qualificado, esses tratados terão status de emenda constitucional. Portanto, é incorreto dizer que eles não têm validade no ordenamento jurídico brasileiro.

GABARITO B

46 - (2º Simulado Geral. 2024. Inéditas) Carlos, um jornalista estrangeiro, reside no Brasil há alguns anos e trabalha para um jornal local. Recentemente, ele publicou uma série de artigos críticos ao governo de seu país de origem, expondo questões políticas sensíveis. Após a publicação, as autoridades de seu país solicitaram ao governo brasileiro a extradição de Carlos, acusando-o de traição e crimes contra a segurança nacional. No pedido de extradição, o governo estrangeiro alegou que as críticas feitas por Carlos enfraqueciam a imagem do país no cenário internacional. Preocupado com sua segurança, Carlos buscou a assistência de advogados brasileiros para impedir sua extradição. Com base no art. 5º, inciso LII, da Constituição Federal de 1988, responda:

O governo brasileiro recebeu um pedido de extradição de Carlos, um estrangeiro residente no Brasil, sob a acusação de traição e crimes contra a segurança nacional, por publicar artigos críticos ao governo de seu país de origem. Com base na Constituição Federal, o Brasil pode conceder a extradição de Carlos?

- A) Sim, o Brasil pode conceder a extradição, pois o crime de traição configura crime grave contra a segurança nacional, o que justifica sua extradição.
- B) Não, o Brasil não pode conceder a extradição, pois a Constituição Federal proíbe a extradição de estrangeiros por crimes políticos ou de opinião.
- C) Sim, desde que o governo do país de origem de Carlos forneça provas suficientes de que ele cometeu um crime grave contra o governo.
- D) Não, a extradição só seria possível se envolvesse crime político.
- E) Sim, o Brasil pode conceder a extradição, pois a denúncia de traição é mais grave do que simples crimes de opinião.

Comentário

A) INCORRETA. Embora o crime de traição possa ser considerado grave, a Constituição Federal, no art. 5º, LII, proíbe a extradição por crimes políticos ou de opinião, o que se aplica ao caso de Carlos.

B) CORRETA. Conforme o art. 5º, inciso LII, da Constituição Federal, não será concedida extradição de estrangeiro por crime político ou de opinião. Como o caso envolve críticas políticas, a extradição não pode ser concedida.

Art. 5º

(...)

LII - não será concedida extradição de estrangeiro por crime político ou de opinião;

C) INCORRETA. A prova de crime grave não é suficiente para justificar a extradição quando se trata de crimes políticos ou de opinião. A Constituição proíbe essa extradição, independentemente das provas apresentadas.

D) INCORRETA. A CF/88 veda a extradição de estrangeiro por crime político ou de opinião.

E) INCORRETA. O fato de a acusação ser de traição não permite extradição se o contexto for político ou de opinião, como é o caso de Carlos.

GABARITO B

47 – (2º Simulado Geral. 2024. FGV) Em sede de análise de direitos constitucionalmente assegurados aos trabalhadores, assinale a opção que apresenta, corretamente, um direito previsto na CRFB/88.

A) Igualdade de direitos entre o trabalhador com vínculo empregatício permanente e o trabalhador avulso.

B) Irredutibilidade salarial, exceto por acordo individual entre empregado e empregador e homologação pelo Poder Judiciário.

C) Seguro-desemprego nos casos de ruptura do contrato de trabalho por quaisquer das causas previstas em lei.

D) Licença à empregada gestante, sem prejuízo do emprego e do trabalho, desde a confirmação da gravidez até cinco meses após o parto.

E) Participação nos lucros da empresa que deverá compor a remuneração para todos os efeitos.

Comentário

A) Igualdade de direitos entre o trabalhador com vínculo empregatício permanente e o trabalhador avulso.

CORRETA. Fundamento Constitucional: O artigo 7º, inciso XXXIV, da Constituição Federal de 1988 assegura a igualdade de direitos entre o trabalhador com vínculo empregatício permanente e o trabalhador avulso.

B) Irredutibilidade salarial, exceto por acordo individual entre empregado e empregador e homologação pelo Poder Judiciário.

INCORRETA. Fundamento Constitucional: O artigo 7º, inciso VI, da Constituição Federal assegura a irredutibilidade salarial, salvo o disposto em convenção ou acordo coletivo de trabalho. Não

há previsão para redução salarial mediante acordo individual e homologação pelo Poder Judiciário.

C) Seguro-desemprego nos casos de ruptura do contrato de trabalho por quaisquer das causas previstas em lei.

INCORRETA. Fundamento Constitucional: O artigo 7º, inciso II, da Constituição Federal assegura o seguro-desemprego apenas em caso de desemprego involuntário, e não em todas as situações de ruptura do contrato de trabalho.

D) Licença à empregada gestante, sem prejuízo do emprego e do trabalho, desde a confirmação da gravidez até cinco meses após o parto.

INCORRETA. Fundamento Constitucional: O artigo 7º, inciso XVIII, da Constituição Federal assegura licença à gestante, sem prejuízo do emprego e do salário, com duração de 120 dias. A estabilidade da gestante, por sua vez, é garantida desde a confirmação da gravidez até cinco meses após o parto, conforme o artigo 10, inciso II, "b", do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT).

E) Participação nos lucros da empresa que deverá compor a remuneração para todos os efeitos.

INCORRETA. Fundamento Constitucional: O artigo 7º, inciso XI, da Constituição Federal assegura a participação nos lucros ou resultados, desvinculada da remuneração, e, portanto, essa participação não integra a remuneração para todos os efeitos legais.

GABARITO A

48 – (2º Simulado Geral. 2024. FGV) Lucca nasceu no território brasileiro quando seus pais, de nacionalidade alemã, aqui residiam e trabalham na embaixada da Itália. Cerca de três anos após o nascimento, Lucca e sua família passaram a morar na Itália.

À luz da sistemática estabelecida na Constituição da República, é **correto** afirmar que Lucca

A) é estrangeiro, pois seus pais são estrangeiros.

B) é brasileiro nato, por ter nascido no território brasileiro.

C) é estrangeiro, pois seus pais se encontravam no território brasileiro a serviço de outro País.

D) pode se naturalizar brasileiro caso venha a residir por mais de 10 (dez) anos no território brasileiro;

E) será brasileiro nato, caso opte por essa nacionalidade ao completar 18 (dezoito) anos de idade.

Comentário

Como Lucca nasceu no território brasileiro e seus pais estrangeiros aqui residiam e não trabalhavam a serviço de seu país (eles trabalhavam na embaixada da Itália), ele será brasileiro nato, nos termos do art. 12, I, "a" da CF/88:

Art. 12. São brasileiros:

I - natos:

a) os nascidos na República Federativa do Brasil, ainda que de pais estrangeiros, desde que estes não estejam a serviço de seu país;

GABARITO B

49 – (2º Simulado Geral. 2024. FGV) Nair, servidora pública ocupante de cargo de provimento efetivo, logrou ser eleita vereadora no município em que é domiciliada.

Preocupada com a possibilidade de conciliar o cargo público com a vereança, analisou os balizamentos estabelecidos pela Constituição da República, tendo concluído corretamente que:

- A) deve ser afastada do cargo de provimento efetivo durante o mandato;
- B) deve optar por um ou outro, pois a acumulação de cargos públicos é vedada;
- C) deve receber a contraprestação estipendial correspondente a ambos, caso acumule os cargos;
- D) pode acumular ambos os cargos caso tenha obtido a estabilidade no cargo de provimento efetivo;
- E) tem o direito subjetivo de acumular os cargos, independentemente do cumprimento de qualquer requisito específico.

Comentário

Conforme a literalidade do **inciso III do art. 38 da Constituição Federal de 1988**, o servidor público da administração direta, autárquica e fundacional, que esteja investido no mandato de Vereador, terá tratamento diferenciado quanto à remuneração, de acordo com a compatibilidade de horários entre seu cargo público e o mandato eletivo.

Caso **haja compatibilidade de horários**, ele poderá acumular as remunerações, ou seja, **perceberá as vantagens** do cargo, emprego ou função que ocupa, **sem prejuízo da remuneração do cargo eletivo**.

Por outro lado, **não havendo compatibilidade de horários**, o servidor deverá escolher entre a remuneração de seu cargo público e a do cargo eletivo, conforme o previsto no **inciso II do art. 38**.

Texto Constitucional:

CF/88 - Art. 38. Ao servidor público da administração direta, autárquica e fundacional, no exercício de mandato eletivo, aplicam-se as seguintes disposições:

(...)

III – Investido no mandato de Vereador, havendo compatibilidade de horários, perceberá as vantagens de seu cargo, emprego ou função, sem prejuízo da remuneração do cargo eletivo, e, não havendo compatibilidade, será aplicada a norma do inciso anterior.

GABARITO C

50 – (2º Simulado Geral. 2024. FGV) No período recente, a garantia de estabilidade do servidor público está frequentemente em pauta, tanto na política quanto na mídia, estimulando o pronunciamento de diversos especialistas sobre os possíveis efeitos da retirada dessa garantia.

No entanto, observa-se que, apesar das diferenças com o setor privado, servidores públicos podem perder o cargo, tendo a Constituição Federal de 1988 elencado algumas situações permissivas.

Assinale a opção que apresenta uma possibilidade de demissão de servidores públicos estáveis.

- A) Extinção, por meio de decreto executivo, de cargo ocupado pelo servidor.
- B) Em virtude de sentença judicial, ainda que com possibilidade de interposição de recurso.
- C) Pela execução de processo administrativo que faça coisa julgada formal, independentemente de ampla defesa.
- D) Em decorrência de procedimento de avaliação periódica de desempenho, na forma de lei complementar, assegurada ampla defesa.

E) Por decisão motivada, desde que sejam apresentados detalhadamente os fundamentos, de seu superior hierárquico.

Comentário

O **art. 41 da Constituição Federal** assegura o direito à **estabilidade no serviço público** para os servidores nomeados para cargos de provimento efetivo por meio de **concurso público**. Essa estabilidade é adquirida **após três anos de efetivo exercício**, garantindo maior segurança ao servidor público e promovendo a continuidade do serviço público.

Principais pontos do artigo e seus parágrafos:

Estabilidade após três anos de exercício:

- **Caput do Art. 41:** Servidores aprovados em concurso público e nomeados para cargos de provimento efetivo adquirem estabilidade após **três anos de efetivo exercício**. Essa estabilidade significa que, uma vez cumprido esse período, eles não podem ser dispensados livremente, pois têm proteção contra demissões arbitrárias.

Hipóteses de perda do cargo para servidores estáveis:

O §1º estabelece que, mesmo sendo estável, o servidor poderá perder o cargo em algumas situações específicas, sempre com o direito à defesa.

I - Em virtude de sentença judicial transitada em julgado:

- O servidor estável poderá perder o cargo **caso seja condenado em sentença judicial definitiva**, ou seja, após o trânsito em julgado, quando não houver mais possibilidade de recurso.

II - Mediante processo administrativo com ampla defesa:

- O servidor estável poderá também ser demitido por meio de um **processo administrativo**, mas nesse caso ele tem o direito de **exercer ampla defesa** durante todo o procedimento, o que inclui o direito a apresentar argumentos e provas contra a demissão.

III - Mediante procedimento de avaliação periódica de desempenho:

- A Constituição permite que o servidor perca o cargo por **baixo desempenho em avaliações periódicas**, desde que essa avaliação seja regulamentada por **lei complementar** e que se assegure ao servidor o direito à ampla defesa. Assim, o servidor tem a oportunidade de se defender e contestar eventuais avaliações que o considerem ineficiente.

CF/88

Art. 41. São estáveis após três anos de efetivo exercício os servidores nomeados para cargo de provimento efetivo em virtude de concurso público.

§ 1º O servidor público estável só perderá o cargo:

I - em virtude de sentença judicial transitada em julgado;

II - mediante processo administrativo em que lhe seja assegurada ampla defesa;

III - mediante procedimento de avaliação periódica de desempenho, na forma de lei complementar, assegurada ampla defesa.

GABARITO D

51 – (2º Simulado Geral. FGV. 2024) Lideranças políticas no âmbito do Congresso Nacional iniciaram debates com o objetivo de verificar a possibilidade de ser incorporado, a remuneração regular do servidor público federal, o valor correspondente à função de confiança exercida por uma década de maneira ininterrupta.

Ao fim dos debates, concluíram corretamente que a incorporação, à luz da Constituição da República:

A) é matéria afeta ao regime jurídico da categoria, não sendo disciplinada pela Constituição da República;

B) é possível, tanto para os servidores ocupantes de cargo de provimento efetivo, como para os ocupantes de cargo em comissão;

C) é possível, mas apenas para os servidores ocupantes de cargo de provimento efetivo, únicos que podem exercer funções de confiança;

D) não é possível, tanto para os servidores ocupantes de cargo de provimento efetivo, como para os ocupantes de cargo em comissão;

E) quando admitida, não pode ensejar que o valor recebido, somado à remuneração regular, supere o teto remuneratório constitucional.

Comentário

O **art. 39, § 9º da Constituição Federal de 1988** determina que é proibida a incorporação de vantagens de caráter temporário ou relacionadas ao exercício de função de confiança ou cargo em comissão à remuneração de um cargo efetivo. Em outras palavras, benefícios ou adicionais recebidos temporariamente por desempenhar certas funções específicas (como cargos em comissão ou funções de confiança) não podem ser integrados permanentemente ao salário do servidor para que ele continue recebendo esses valores mesmo após deixar essas funções.

CF/88

Art. 39. [...]

§ 9º É vedada a incorporação de vantagens de caráter temporário ou vinculadas ao exercício de função de confiança ou de cargo em comissão à remuneração do cargo efetivo.

Vantagens temporárias: São aquelas que o servidor recebe apenas enquanto está exercendo determinada função ou cargo de caráter temporário, como uma função de confiança ou um cargo em comissão. Exemplos incluem gratificações, adicionais e outros tipos de remuneração que são atribuídos apenas durante o período em que ele ocupa essa posição específica.

Proibição de incorporação: O dispositivo proíbe que essas vantagens temporárias sejam incorporadas ao salário do cargo efetivo do servidor, ou seja, ele não pode receber essas gratificações permanentemente, pois elas são específicas do exercício de determinadas funções. Isso assegura que apenas os valores devidos pelo cargo efetivo ocupem parte permanente da remuneração.

Exemplo de Caso Prático: Imagine um servidor público, João, que exerce o cargo efetivo de analista administrativo em uma secretaria de governo. Em determinado momento, ele é nomeado para uma **função de confiança** como **coordenador de equipe** dentro da mesma secretaria. Por exercer essa função, ele passa a receber uma **gratificação adicional** durante o período em que ocupa o cargo de coordenador.

Enquanto estiver na função de coordenador, João recebe o salário do cargo efetivo de analista administrativo **mais** a gratificação correspondente à função de confiança de coordenador. No entanto, caso ele seja destituído ou deixe voluntariamente a função de coordenador, ele **perderá a gratificação**, e sua remuneração voltará a ser apenas o salário do cargo efetivo de analista administrativo.

Se João tentar reivindicar na justiça a incorporação da gratificação do cargo de confiança ao seu salário efetivo, esse pedido será negado com base no art. 39, § 9º da Constituição. Isso porque a gratificação é uma vantagem de caráter temporário, exclusiva para o período em que ele exerce a função de confiança, não sendo incorporável ao seu cargo efetivo.

GABARITO D

DIREITO ADMINISTRATIVO

52 – (2º Simulado Geral. 2024. Vunesp) Fulano é servidor público do Governo do Estado de São Paulo e resolveu fixar a sua residência fora do estado, sem autorização da chefia imediata. Beltrano, seu colega de equipe, ao descobrir tal fato, em vez de alertar à sua chefia, resolveu divulgá-lo a um amigo que era produtor do programa “Fantástico”, na Rede Globo de televisão, para que o seu amigo pudesse fazer uma reportagem sobre a irregularidade por ele descoberta. Tendo em vista essa situação hipotética, é correto afirmar com base na Lei Estadual n. 10.261/1968 que:

- A) Fulano não cometeu nenhuma irregularidade, uma vez que não se exige do servidor público estadual autorização para estabelecer residência fora do local de lotação.
- B) Beltrano violou dever funcional por não guardar sigilo de assunto interno da repartição e não ter representado ao seu superior a respeito da situação irregular de que tomou conhecimento.
- C) Fulano violou dever funcional, pois se considera incompatível com o dever de assiduidade e pontualidade a situação de servidor que vive em outro estado, ainda que em cidade vizinha.
- D) Beltrano violou dever funcional ao não cooperar e manter espírito de solidariedade com os companheiros de trabalho, comportando-se como um delator.
- E) Beltrano não cometeu nenhuma irregularidade, uma vez que há interesse público envolvido na exposição pública da repartição e do colega, ainda que antes do devido processo administrativo.

Comentário

B) Beltrano violou dever funcional por não guardar sigilo de assunto interno da repartição e não ter representado ao seu superior a respeito da situação irregular de que tomou conhecimento.

CORRETA. Beltrano violou os deveres previstos nos incisos IV e V do art. 241 da Lei 10.261/68:

Artigo 241 - São deveres do funcionário:

[...]

IV - guardar sigilo sobre os assuntos da repartição e, especialmente, sobre despachos, decisões ou providências;

V - representar aos superiores sobre todas as irregularidades de que tiver conhecimento no exercício de suas funções;

GABARITO B

53 – (2º Simulado Geral. 2024. Vunesp) Considere que Felipe, servidor público do Estado de São Paulo, é o responsável por analisar os documentos apresentados pelos interessados a participar de licitações no âmbito da Secretaria X, e, na última sexta-feira, solicitou um champanhe de, aproximadamente, mil reais de João para que ele fosse considerado apto a participar de um determinado processo licitatório. Com base na situação hipotética e no disposto no Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado de São Paulo, é correto afirmar que Felipe

- A) será apenado com pena de demissão a bem do serviço público, e o ato que demitir o funcionário mencionará sempre a disposição legal em que se fundamenta.
- B) praticou uma conduta sujeita exclusivamente às penas de suspensão e multa, uma vez que não solicitou propinas, mas apenas um presente.
- C) não cometeu uma infração funcional, pois apenas solicitou um presente, não exigiu e nem ameaçou João.
- D) cometeu um ato sujeito à pena de demissão a bem do serviço público, e tal penalidade prescreve em 03 anos, a contar do dia em que o superior hierárquico tomar conhecimento da falta.
- E) praticou uma conduta sujeita exclusivamente às penas de repreensão e de multa, na medida em que ele solicitou um presente que custa menos de um salário mínimo.

Comentário

Felipe, ao solicitar um champanhe de mil reais, praticou ato sujeito à pena de demissão a bem do serviço público:

Artigo 257 - Será aplicada a pena de demissão a bem do serviço público ao funcionário que:

[...]

VII - receber ou solicitar propinas, comissões, presentes ou vantagens de qualquer espécie, diretamente ou por intermédio de outrem, ainda que fora de suas funções mas em razão delas;

Além disso, o art. 258 estabelece que todo ato que demitir o funcionário mencionará SEMPRE a disposição legal em que se fundamenta:

Artigo 258 - O ato que demitir o funcionário mencionará sempre a disposição legal em que se fundamenta.

GABARITO A

54 – (2º Simulado Geral. 2024. Vunesp) A respeito do Processo Administrativo, assinale a alternativa que está de acordo com o Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado de São Paulo.

- A) O presidente e cada acusado poderão arrolar até 8 testemunhas, as quais comparecerão independentemente de intimação.
- B) A testemunha que morar em comarca diversa poderá ser inquirida pela autoridade do lugar de sua residência, expedindo-se, para esse fim, carta precatória, com prazo razoável, intimada a defesa.
- C) A citação do acusado será feita por meio de carta com aviso de recebimento, devendo ser comprovadamente recebida pelo menos 7 dias antes do interrogatório.
- D) O relatório deverá ser apresentado no prazo de 30 dias, contados da apresentação das alegações finais.
- E) O processo administrativo deverá ser instaurado por portaria, no prazo improrrogável de 5 dias do recebimento da determinação, e concluído no prazo de 180 dias da citação do acusado.

Comentário

a) O presidente e cada acusado poderão arrolar até 8 testemunhas, as quais comparecerão independentemente de intimação.

INCORRETO. De acordo com o art. 283, § 1º, o presidente e cada acusado podem arrolar até 5 (cinco) testemunhas. Além disso, apenas as testemunhas arroladas pelo acusado comparecerão independentemente de intimação.

Art. 283, § 1º: O presidente e cada acusado poderão arrolar até 5 (cinco) testemunhas.

Art. 287: As testemunhas arroladas pelo acusado comparecerão à audiência designada independente de notificação.

b) A testemunha que morar em comarca diversa poderá ser inquirida pela autoridade do lugar de sua residência, expedindo-se, para esse fim, carta precatória, com prazo razoável, intimada a defesa.

CORRETO. Esta disposição é exatamente o que o art. 286, caput, da Lei Estadual prescreve.

Art. 286: A testemunha que morar em comarca diversa poderá ser inquirida pela autoridade do lugar de sua residência, expedindo-se, para esse fim, carta precatória, com prazo razoável, intimada a defesa.

c) A citação do acusado será feita por meio de carta com aviso de recebimento, devendo ser comprovadamente recebida pelo ~~menos 7 dias antes~~ do interrogatório.

INCORRETO. Na realidade, a citação do acusado deve ser feita pessoalmente, com um mínimo de 2 (dois) dias antes do interrogatório, conforme o art. 278, § 2º.

Art. 278, § 2º: A citação do acusado será feita pessoalmente, no mínimo 2 (dois) dias antes do interrogatório, por intermédio do respectivo superior hierárquico, ou diretamente, onde possa ser encontrado.

d) O relatório deverá ser apresentado no prazo ~~de 30 dias~~, contados da apresentação das alegações finais.

INCORRETO. O prazo para apresentação do relatório é de 10 (dez) dias após as alegações finais, conforme o art. 293.

Art. 293: O relatório deverá ser apresentado no prazo de 10 (dez) dias, contados da apresentação das alegações finais.

e) O processo administrativo deverá ser instaurado por portaria, no prazo improrrogável de 5 dias do recebimento da determinação, e concluído no prazo de ~~180 dias~~ da citação do acusado.

INCORRETO. O prazo improrrogável para instaurar o processo é de 8 (oito) dias, e ele deve ser concluído em 90 (noventa) dias contados da citação do acusado, conforme o art. 277.

Art. 277: O processo administrativo deverá ser instaurado por portaria, no prazo improrrogável de 8 (oito) dias do recebimento da determinação, e concluído no de 90 (noventa) dias da citação do acusado.

GABARITO B

55 – (2º Simulado Geral. 2023. FGV) Em setembro de 2022, Cristina, servidora pública estável, ocupante de cargo efetivo do Estado de São Paulo, no exercício de suas atribuições, culposamente, ocasionou lesão a bens do mencionado ente federativo que estavam sob sua guarda.

Considerando o disposto na lei de improbidade administrativa e no regime jurídico dos servidores públicos do Estado de São Paulo é correto afirmar que Cristina

- A) praticou ato de improbidade administrativa que causa prejuízo ao erário.
- B) praticou ato de improbidade que atenta contra os princípios da Administração Pública.
- C) não pode ser responsabilizada pelos prejuízos causados à Fazenda Estadual.
- D) é responsável pelos prejuízos causados e será obrigada a repor, de uma só vez, a importância apurada.
- E) é responsável pelos prejuízos causados, sendo que eventual desconto em sua remuneração não pode exceder a décima parte do valor desta.

Comentário

Inicialmente, como a conduta foi CULPOSA, o servidor público já não pode ser responsabilizado pela Lei de Improbidade, a qual exige o DOLO.

Então, ele vai ser responsabilizado pela Lei nº 10.261/68, nos termos do art. 247 e 248:

Art. 247 – Nos casos de indenização à Fazenda Estadual, o funcionário será obrigado a repor, de uma só vez, a importância do prejuízo causado em virtude de alcance, desfalque, remissão ou omissão em efetuar recolhimento ou entrada nos prazos legais.

Art. 248 – Fora dos casos incluídos no artigo anterior, a importância da indenização poderá ser descontada do vencimento ou remuneração não excedendo o desconto à 10ª parte do valor destes.

A conduta do servidor público estável foi “ocasionou lesão a bens do mencionado ente federativo que estavam sob sua guarda”. Perceba que tal conduta não está prevista no art. 247, ou seja, aplica-se o art. 248.

Assim, ele será responsável pelos prejuízos causados, sendo que eventual desconto em sua remuneração não pode exceder a décima parte do valor desta.

GABARITO E

56 – (2º Simulado Geral. 2023. FGV) Em decorrência de violação de dever funcional no exercício de suas atribuições enquanto servidor ocupante de cargo efetivo do Ministério Público do Estado de São Paulo, foi instaurado processo administrativo disciplinar em desfavor de Gilson, sendo certo que: (i) a única falta por ele cometida, que não é crime, ocorreu há quatro anos; (ii) o processo administrativo foi instaurado três anos após a conduta para apuração de penalidade passível de demissão; (iii) a infração foi desclassificada e, ao final, a ele foi aplicada a sanção de repreensão.

Considerando as regras constantes da Lei nº 10.261/1968 do Estado de São Paulo, é correto afirmar que a pretensão de punibilidade na esfera administrativa pela conduta de Gilson

- A) está prescrita, diante da desclassificação da infração para repreensão, que se submete ao prazo de dois anos.
- B) não está prescrita, considerando que a instauração do processo administrativo é causa interruptiva e ocorreu em momento oportuno.
- C) não está prescrita, na medida em que não transcorreu o prazo de dez anos aplicável à demissão.
- D) não está prescrita, porque não se exauriu o prazo de cinco anos aplicável à demissão.
- E) há necessidade de verificação de eventual prazo na lei penal para se concluir acerca da prescrição.

Comentário

Inicialmente, o candidato tinha que lembrar do § 3º do art. 261 do Estatuto:

Artigo 261 (...)

§ 3º - O lapso prescricional corresponde:

1 - na hipótese de desclassificação da infração, ao da pena efetivamente aplicada;

2 - na hipótese de mitigação ou atenuação, ao da pena em tese cabível.

Como a pena efetivamente aplicada foi a de repreensão, então o prazo prescricional aplicado é de dois anos. Para gravar:

RESUMU prescreve em 2 anos. **RE**preensão, **SU**spensão, **MU**lta.

DEDECA prescreve em 5 anos. **DE**missão, **DE**missão a bem do serviço público, **CA**ssação.

E, se o que estiver no estatuto do servidor também for um crime, o estado terá o mesmo prazo prescricional previsto no Código Penal (se superiores a 5 anos).

Portanto, levando em consideração que o processo administrativo foi instaurado 3 anos após a conduta, a punibilidade já estava prescrita, diante da desclassificação da infração para repreensão, que se submete ao prazo de dois anos.

GABARITO A

57 – (2º Simulado Geral. 2024. Vunesp) Assinale a alternativa que está de acordo com a Lei de Improbidade Administrativa.

A) Os sócios, os cotistas, os diretores e os colaboradores de pessoa jurídica de direito privado não respondem pelo ato de improbidade que venha a ser imputado à pessoa jurídica, salvo se, comprovadamente, houver participação e benefícios diretos, caso em que responderão nos limites da sua participação.

B) A mera perda patrimonial decorrente da atividade econômica acarretará improbidade administrativa, uma vez comprovado o dolo ou a culpa.

C) Considera-se dolo a vontade livre e consciente de alcançar o resultado ilícito tipificado nos arts. 9º, 10 e 11 da Lei de Improbidade, bastando a voluntariedade do agente.

D) As sanções da Lei de Improbidade se aplicarão à pessoa jurídica, ainda que o ato de improbidade seja também sancionado como ato lesivo à administração pública de que trata a Lei no 12.846, de 1º de agosto de 2013.

E) Se houver indícios de ato de improbidade, a autoridade que conhecer dos fatos representará ao Ministério Público competente em até 30 dias úteis, sob pena de responsabilidade.

Comentário

a) Os sócios, os cotistas, os diretores e os colaboradores de pessoa jurídica de direito privado não respondem pelo ato de improbidade que venha a ser imputado à pessoa jurídica, salvo se, comprovadamente, houver participação e benefícios diretos, caso em que responderão nos limites da sua participação.

CORRETO. Conforme o § 1º do art. 3º da Lei de Improbidade (LIA), os sócios e diretores de pessoas jurídicas de direito privado geralmente não respondem por atos de improbidade atribuídos à pessoa jurídica. No entanto, se houver prova de que eles participaram diretamente e foram beneficiados pelo ato, responderão dentro dos limites de sua participação:

Art. 3º [...]

§ 1º Os sócios, os cotistas, os diretores e os colaboradores de pessoa jurídica de direito privado não respondem pelo ato de improbidade que venha a ser imputado à pessoa jurídica, salvo se, comprovadamente, houver participação e benefícios diretos, caso em que responderão nos limites da sua participação. (Incluído pela Lei nº 14.230, de 2021)

b) A mera perda patrimonial decorrente da atividade econômica ~~acarretará~~ improbidade administrativa, uma vez comprovado o dolo ou a culpa.

INCORRETO. A perda patrimonial, por si só, não caracteriza improbidade administrativa, exceto se houver comprovação de ato doloso com essa finalidade, conforme § 2º do art. 10 da LIA:

Art. 10 [...]

§ 2º A mera perda patrimonial decorrente da atividade econômica **não acarretará** improbidade administrativa, salvo se comprovado ato doloso praticado com essa finalidade. (Incluído pela Lei nº 14.230, de 2021)

c) Considera-se dolo a vontade livre e consciente de alcançar o resultado ilícito tipificado nos arts. 9º, 10 e 11 da Lei de Improbidade, ~~bastando a voluntariedade do agente.~~

INCORRETO. O dolo, segundo o § 2º do art. 1º da LIA, exige a vontade livre e consciente de alcançar o resultado ilícito, não sendo suficiente apenas a voluntariedade do agente:

Art. 1º [...]

§ 2º Considera-se dolo a vontade livre e consciente de alcançar o resultado ilícito tipificado nos arts. 9º, 10 e 11 desta Lei, **não bastando a voluntariedade do agente.** (Incluído pela Lei nº 14.230, de 2021)

d) As sanções da Lei de Improbidade se aplicarão à pessoa jurídica, ainda que o ato de improbidade seja também sancionado como ato lesivo à administração pública de que trata a Lei no 12.846, de 1º de agosto de 2013.

INCORRETO. As sanções previstas na LIA não se aplicam às pessoas jurídicas nos casos em que o ato de improbidade seja tratado como ato lesivo à administração pública, conforme previsto na Lei nº 12.846/2013, a Lei Anticorrupção:

Art. 3º [...]

§ 2º As sanções desta Lei **não se aplicarão** à pessoa jurídica, caso o ato de improbidade administrativa seja também sancionado como ato lesivo à administração pública de que trata a Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013. (Incluído pela Lei nº 14.230, de 2021)

e) Se houver indícios de ato de improbidade, a autoridade que conhecer dos fatos representará ao Ministério Público competente ~~em até 30 dias úteis~~, sob pena de responsabilidade.

INCORRETO. O art. 7º da LIA não fixa um prazo de 30 dias úteis para a representação ao Ministério Público em caso de indícios de improbidade. O dispositivo apenas determina que, havendo indícios, a autoridade deverá representar ao Ministério Público:

Art. 7º Se houver indícios de ato de improbidade, a autoridade que conhecer dos fatos representará ao Ministério Público competente, para as providências necessárias. (Redação dada pela Lei nº 14.230, de 2021)

GABARITO A

58 – (2º Simulado Geral. 2024. FCC) De acordo com a Lei de Improbidade Administrativa, o ato de o agente deixar de prestar contas quando esteja obrigado a fazê-lo, desde que disponha das condições para isso, com vistas a ocultar irregularidades, é conduta caracterizada, pela lei, como ato que:

A) importa enriquecimento ilícito, com possibilidade de o agente ter seus direitos políticos suspensos por até 14 anos.

B) importa enriquecimento ilícito, com possibilidade de o agente ter seus direitos políticos suspensos por até 12 anos.

C) atenta contra os princípios da Administração Pública, estando o responsável sujeito, entre outras cominações, ao pagamento de multa civil de até 24 vezes o valor da remuneração percebida.

D) atenta contra os princípios da Administração Pública, estando o responsável sujeito, entre outras cominações, a ter seus direitos políticos suspensos por até 8 anos.

E) causa prejuízo ao erário, com possibilidade de ser o agente condenado ao pagamento de multa civil de até 12 vezes o valor da remuneração percebida.

Comentário

Fundamento Legal:

Art. 11. Constitui ato de improbidade administrativa que atenta contra os princípios da administração pública a ação ou omissão dolosa que viole os deveres de honestidade, imparcialidade e legalidade, caracterizada por uma das seguintes condutas: (Redação dada pela Lei nº 14.230, de 2021)

[...]

VI - deixar de prestar contas quando esteja obrigado a fazê-lo, desde que disponha das condições para isso, com vistas a ocultar irregularidades; (Redação dada pela Lei nº 14.230, de 2021)

Assim, quem comete este tipo de ato está sujeito a sanções, incluindo o pagamento de multa civil de até 24 vezes o valor de sua remuneração. Com a alteração introduzida pela Lei nº 14.230, de 2021, os atos de improbidade que atentam contra os princípios da Administração Pública agora estão sujeitos às sanções previstas no art. 12, inciso III. Importante observar que essas sanções não incluem mais perda de função pública nem suspensão dos direitos políticos.

Sanção Aplicável:

Art. 12. Independentemente do ressarcimento integral do dano patrimonial, se efetivo, e das sanções penais, civis e administrativas previstas em legislação específica, o responsável pelo ato de improbidade está sujeito às seguintes cominações, que podem ser aplicadas isoladamente ou cumulativamente, conforme a gravidade do fato: (Redação dada pela Lei nº 14.230, de 2021)

[...]

III - na hipótese do art. 11 desta Lei, pagamento de multa civil de até 24 vezes o valor da remuneração percebida pelo agente e proibição de contratar com o poder público ou de

receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, mesmo por meio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário, pelo prazo não superior a 4 anos.

GABARITO C

59 – (2º Simulado Geral. 2024. FGV) João Feijão, servidor público municipal, foi citado em ação de improbidade administrativa na qual é alegada a prática de ato de má-fé, visando a benefício próprio, tipificada na Lei de Improbidade. Imediatamente, João Feijão solicita ao juiz a possibilidade de tentativa de autocomposição com o Ministério Público.

A respeito da situação hipotética narrada, assinale a afirmativa **correta**.

- A) A lei que regula a Improbidade Administrativa veda expressamente a transação, o acordo ou a conciliação.
- B) Para a realização da autocomposição no caso, é necessário aplicar analogamente a norma fundamental prevista no Código de Processo Civil que prevê que os métodos de solução consensual de conflitos devem ser estimulados, inclusive no curso do processo judicial.
- C) Havendo a possibilidade de solução consensual, as partes poderão requerer ao juiz a interrupção do prazo para contestar.
- D) Não cabe autocomposição em improbidade administrativa, pois a natureza do direito discutido é indisponível.
- E) A lei que regula a Improbidade Administrativa, embora não tenha vedação expressa de transação, acordo ou conciliação, é incompatível com as formas de autocomposição, pois a ação de improbidade é repressiva e tem caráter sancionatório.

Comentário

C) Havendo a possibilidade de solução consensual, as partes poderão requerer ao juiz a interrupção do prazo para contestar.

CORRETA. De acordo com o art. 17, § 10-A, da Lei 8.429/1992:

§ 10-A. Havendo a possibilidade de solução consensual, poderão as partes requerer ao juiz a interrupção do prazo para a contestação, por prazo não superior a 90 (noventa) dias. (Incluído pela Lei nº 13.964, de 2019)

Análise das demais alternativas:

A) A lei que regula a Improbidade Administrativa veda expressamente a transação, o acordo ou a conciliação.

INCORRETA. A Lei 8.429/1992 não veda esses instrumentos. Ao contrário, ela permite a solução consensual.

B) Para a realização da autocomposição no caso, é necessário aplicar analogamente a norma fundamental prevista no Código de Processo Civil que prevê que os métodos de solução consensual de conflitos devem ser estimulados, inclusive no curso do processo judicial.

INCORRETA. Para a autocomposição no caso de improbidade administrativa, não é necessária a aplicação analógica do CPC.

Autocomposição é uma forma de resolução consensual, onde uma das partes cede parte de seu interesse em favor da outra (Fredie Didier Jr., Curso de Direito Processual Civil, vol. 1, 25ª Ed., Juspodivm, 2023, p. 226).

D) Não cabe autocomposição em improbidade administrativa, pois a natureza do direito discutido é indisponível.

INCORRETA. A autocomposição é cabível na improbidade administrativa, pois não fere o princípio da indisponibilidade do interesse público, tratando-se de direitos patrimoniais de titularidade pública (Marçal Justen Filho, Reforma da Lei de Improbidade Administrativa comentada e comparada: Lei 14.230, de 25 de outubro de 2021, 1ª ed., Forense, 2022, p. 228).

E) A lei que regula a Improbidade Administrativa, embora não tenha vedação expressa de transação, acordo ou conciliação, é incompatível com as formas de autocomposição, pois a ação de improbidade é repressiva e tem caráter sancionatório.

INCORRETA. A Lei 8.429/1992 é compatível com as formas de autocomposição, mesmo possuindo caráter repressivo.

GABARITO C

NORMAS DA CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA

60 – (2º Simulado Geral. 2024. Inéditas) Carlos, um servidor do cartório de uma comarca do interior, foi acusado de má conduta no exercício de suas funções, resultando em uma investigação correcional. Após análise inicial, o Juiz Corregedor Permanente decidiu arquivar o processo por falta de provas. Contudo, a Corregedoria Geral de Justiça recebeu uma denúncia de uma nova testemunha que alegou ter provas adicionais contra Carlos. Com base nisso, o Corregedor Geral da Justiça decide reavaliar a decisão de arquivamento para verificar a possibilidade de aplicação de sanção cabível.

Com base no Art. 18 das Normas Judiciais da Corregedoria Geral de Justiça, assinale a alternativa correta:

- A) O Corregedor Geral da Justiça não pode reexaminar decisões de arquivamento, pois essa é uma atribuição exclusiva do Juiz Corregedor Permanente.
- B) O Corregedor Geral da Justiça pode reexaminar a decisão de arquivamento apenas se houver solicitação formal do Juiz Corregedor Permanente.
- C) O Corregedor Geral da Justiça pode reexaminar, de ofício ou mediante provocação, decisões absolutórias ou de arquivamento, desde que a infração ainda não esteja prescrita.
- D) O Corregedor Geral da Justiça pode aplicar sanções originárias ao servidor somente se houver determinação expressa do Tribunal de Justiça.
- E) Decisões absolutórias do Juiz Corregedor Permanente são definitivas e não podem ser revistas pelo Corregedor Geral da Justiça.

Comentário

c) O Corregedor Geral da Justiça pode reexaminar, de ofício ou mediante provocação, decisões absolutórias ou de arquivamento, desde que a infração ainda não esteja prescrita.

CORRETA: Conforme o Art. 18 das Normas Judiciais da Corregedoria Geral de Justiça, o Corregedor Geral da Justiça tem a atribuição de reexaminar, de ofício ou mediante provocação, decisões absolutórias ou de arquivamento, desde que a infração ainda não esteja prescrita.

Art. 18. Sem prejuízo da atribuição ao Juiz Corregedor Permanente, o Corregedor Geral da Justiça poderá aplicar, originariamente, as sanções cabíveis e, enquanto não prescrita a infração, reexaminar, de ofício ou mediante provocação, decisões absolutórias ou de arquivamento.

As demais alternativas estão incorretas:

a) INCORRETA. O Corregedor Geral da Justiça pode, sim, reexaminar decisões do Juiz Corregedor Permanente em determinadas circunstâncias, conforme permite o Art. 18.

b) INCORRETA. O reexame pode ser feito de ofício ou mediante provocação, e não é necessário que haja solicitação formal do Juiz Corregedor Permanente.

d) INCORRETA. O Corregedor Geral da Justiça tem a competência de aplicar sanções originárias sem necessidade de determinação do Tribunal de Justiça.

e) **INCORRETA**. O Art. 18 permite que o Corregedor Geral da Justiça revise decisões absolutórias ou de arquivamento, não sendo definitivas em todos os casos.

GABARITO C

61 – (2º Simulado Geral. 2024. Inéditas) Nos termos das Normas da Corregedoria Geral de Justiça, no que se refere aos ofícios de justiça em geral, assinale a alternativa correta.

- A) Será admitida a exclusão de parte no processo, procedendo-se à sua baixa, quando necessário.
- B) Quando a mesma parte estiver vinculada a processos que tramitam em outros ofícios de justiça, as eventuais retificações de seus dados não serão aplicadas aos feitos de outro juízo.
- C) É vedada a digitalização do conteúdo dos livros físicos de visitas e correições e a sua inserção no expediente administrativo.
- D) O segredo de justiça não poderá ser gerado automaticamente pelo sistema informatizado.
- E) As guias de recolhimento de diligências do oficial de justiça serão conservadas pelo prazo mínimo de um ano contado do arquivamento.

Comentário

a) ~~Será admitida~~ a exclusão de parte no processo, procedendo-se à sua baixa, quando necessário.

INCORRETA. Não será admitida!!!

Art. 54

(...)

§ 2º **Não será admitida** exclusão de parte no processo, procedendo-se à sua baixa, quando necessário.

b) *Quando a mesma parte estiver vinculada a processos que tramitam em outros ofícios de justiça, as eventuais retificações de seus dados não serão aplicadas aos feitos de outro juízo.*

CORRETA. É o que estabelece o art. 62:

Art. 62. Quando a mesma parte estiver vinculada a processos que tramitam em outros ofícios de justiça, as eventuais retificações de seus dados não serão aplicadas aos feitos de outro juízo.

c) ~~É vedada~~ a digitalização do conteúdo dos livros físicos de visitas e correições e a sua inserção no expediente administrativo.

INCORRETA. É facultado:

Art. 67

(...)

§ 2º - **Faculta-se** a digitalização do conteúdo dos livros físicos de visitas e correições e a sua inserção no expediente administrativo, lançando-se certidão pormenorizada. (Prov. CG 13/2024).

d) *O segredo de justiça não poderá ser gerado automaticamente pelo sistema informatizado.*

INCORRETA. A depender da natureza da ação, pode sim!!!

Art. 61

(...)

§ 2º O segredo de justiça **poderá, ainda, ser gerado automaticamente pelo sistema informatizado, a depender da natureza da ação.**

e) *As guias de recolhimento de diligências do oficial de justiça serão conservadas pelo prazo mínimo de um ano contado do arquivamento.*

INCORRETA. É pelo prazo mínimo de 2 anos!!!

Art. 79. As guias de recolhimento de diligências do oficial de justiça serão conservadas pelo prazo **mínimo de dois anos** contados do arquivamento, aplicando-se, quanto à inutilização, o disposto no do § 2º do art. 74.

GABARITO B

62 – (2º Simulado Geral. 2024. Inéditas) Sobre a ordem dos serviços dos processos em geral, é correto afirmar que:

- A) É vedada nas autuações a colocação de tarjas coloridas para assinalar situações especiais.
- B) Os autos de processos não excederão de 250 (duzentas e cinquenta) folhas em cada volume, salvo determinação judicial expressa em contrário ou para manter peça processual com seus documentos anexos, podendo, nestes casos, ser encerrado com mais ou menos folhas.
- C) É vedado o lançamento do termo de juntada na própria petição ou documento a serem encartados aos autos.
- D) Qualquer processo poderá ser entregue com termo de vista, a promotor de justiça ou advogado, sem prévia assinatura no relatório de carga eletrônica.
- E) Nenhum processo permanecerá paralisado em cartório, além dos prazos legais ou fixados, ou ficará sem andamento por mais de 10 (dez) dias, no aguardo de diligências (informações, respostas a ofícios ou requisições, providências das partes etc.).

Comentário

a) É vedada nas autuações a colocação de tarjas coloridas para assinalar situações especiais.

INCORRETA. Pois o art. 88 determina que sejam afixadas tarjas coloridas, na posição horizontal, para assinalar situações especiais. Ex: pode ser colocada uma tarja azul para assinalar que se trata de processo com prioridade.

Art. 88. O ofício de justiça afixará nas autuações tarjas coloridas, na posição horizontal, para assinalar situações especiais descritas nestas Normas de Serviço.

b) Os autos de processos não excederão de 250 (duzentas e cinquenta) folhas em cada volume, salvo determinação judicial expressa em contrário ou para manter peça processual com seus documentos anexos, podendo, nestes casos, ser encerrado com mais ou menos folhas.

INCORRETA.

Art. 89. Os autos de processos não excederão de 200 (duzentas) folhas em cada volume, salvo determinação judicial expressa em contrário ou para manter peça processual com seus documentos anexos, podendo, nestes casos, ser encerrado com mais ou menos folhas.

c) É vedado o lançamento do termo de juntada na própria petição ou documento a serem encartados aos autos.

CORRETA. Tal proibição está prevista no § 2º do art. 93:

Art. 93

(...)

É vedado o lançamento do termo de juntada na própria petição ou documento a serem encartados aos autos.

d) Qualquer processo ~~poderá~~ ser entregue com termo de vista, a promotor de justiça ou advogado, sem prévia assinatura no relatório de carga eletrônica.

INCORRETA. Pois tem que ter a assinatura:

Art. 98

(...)

§ 2º **Nenhum processo será entregue** com termo de vista, a promotor de justiça ou advogado, sem prévia assinatura no relatório de carga eletrônica, e correspondente andamento no sistema informatizado, ou no livro protocolo. [\(Alterado pelo Provimento CG Nº 39/2019\)](#)

e) Nenhum processo permanecerá paralisado em cartório, além dos prazos legais ou fixados, ou ficará sem andamento por mais de ~~10 (dez) dias~~, no aguardo de diligências (informações, respostas a ofícios ou requisições, providências das partes etc.).

INCORRETA. O prazo é por mais de 30 dias!!!

Art. 99. Nenhum processo permanecerá paralisado em cartório, além dos prazos legais ou fixados, ou ficará sem andamento **por mais de 30 (trinta) dias**, no aguardo de diligências (informações, respostas a ofícios ou requisições, providências das partes etc.).

GABARITO C

63 – (2º Simulado Geral. 2024. Inéditas) Sobre as intimações dos atos e termos do processo, assinale a alternativa correta.

A) Da publicação no Diário da Justiça Eletrônico a respeito de processos sujeitos ao segredo de justiça constarão os nomes completos das partes.

B) As publicações feitas no Diário da Justiça Eletrônico comprovam-se mediante certidão, desde que precedida da juntada do exemplar impresso.

C) Os despachos, decisões interlocutórias e sentenças devem ser encaminhados à publicação no Diário da Justiça Eletrônico, dentro do prazo máximo de 24 horas, a contar da devolução dos autos em cartório.

D) É permitido ao servidor dos órgãos de justiça prestar informações por telefone aos advogados, aos membros do Ministério Público, às partes e ao público em geral acerca dos atos e termos do processo.

E) Quando ocorrer erro ou omissão de elemento indispensável na publicação, independentemente de despacho ou de reclamação da parte, proceder-se-á imediatamente à retificação e nova publicação, encartando-se aos autos cópia do ato incorretamente publicado.

Comentário

a) Da publicação no Diário da Justiça Eletrônico a respeito de processos sujeitos ao sigilo de justiça constarão os ~~nomes completos~~ das partes.

INCORRETA. Quando se tratar de processos sujeitos ao sigilo de justiça, constarão as INICIAIS das partes e não o nome completo:

Art. 138. Da publicação no Diário da Justiça Eletrônico a respeito de processos sujeitos ao sigilo de justiça constarão as iniciais das partes.

b) As publicações feitas no Diário da Justiça Eletrônico comprovam-se mediante certidão, desde que precedida da juntada do exemplar impresso.

INCORRETA. Pois não precisa da juntada do exemplar impresso:

Art. 140. A publicação de atos ordinatórios, despachos, decisões interlocutórias e sentenças, no Diário da Justiça Eletrônico, será documentada pelo encarte, aos autos, da respectiva certidão gerada automaticamente pelo sistema informatizado oficial ou, na impossibilidade, pela certidão aposta na mesma folha, ao pé, ou, se não houver espaço, no verso da folha em que lançado o ato publicado.

Parágrafo único. As publicações feitas no Diário da Justiça Eletrônico comprovam-se mediante certidão, independentemente da juntada do exemplar impresso.

c) Os despachos, decisões interlocutórias e sentenças devem ser encaminhados à publicação no Diário da Justiça Eletrônico, dentro do prazo máximo ~~de 24 horas~~, a contar da devolução dos autos em cartório.

INCORRETA. Devem ser encaminhados dentro do prazo máximo de 3 dias!!!

Art. 133. Os despachos, decisões interlocutórias e sentenças devem ser encaminhados à publicação no Diário da Justiça Eletrônico, dentro do **prazo máximo de 3 (três) dias**, a contar da devolução dos autos em cartório.

d) ~~É permitido~~ ao servidor dos escritórios de justiça prestar informações por telefone aos advogados, aos membros do Ministério Público, às partes e ao público em geral acerca dos atos e termos do processo.

INCORRETA. Essa prática é vedada pelo parágrafo único do art. 132:

Parágrafo único. **É vedado** ao servidor dos escritórios de justiça **prestar informações por telefone** aos advogados, aos membros do Ministério Público, às partes e ao público em geral acerca dos atos e termos do processo.

e) Quando ocorrer erro ou omissão de elemento indispensável na publicação, independentemente de despacho ou de reclamação da parte, proceder-se-á imediatamente à retificação e nova publicação, encartando-se aos autos cópia do ato incorretamente publicado.

CORRETA. É o que dispõe o art. 137:

Art. 137. Quando ocorrer erro ou omissão de elemento indispensável na publicação, independentemente de despacho ou de reclamação da parte, proceder-se-á imediatamente à retificação e nova publicação, encartando-se aos autos cópia do ato incorretamente publicado.

GABARITO E

64 – (2º Simulado Geral. 2024. Inéditas) No que se refere à consulta e à carga dos autos, assinale a alternativa correta.

A) A carga de autos de processos findos e que não estejam sujeitos a segredo de justiça só pode ser autorizada a advogado que tenha procuração, pelo prazo de 10 (dez) dias.

B) É defeso aos advogados indicarem prepostos, funcionários ou estagiários a retirarem, em nome deles, os autos em carga.

C) Na fluência de prazo comum, só em conjunto ou mediante prévio ajuste por petição nos autos os procuradores das partes ou seus prepostos retirarão os autos, ressalvada a obtenção de cópias para a qual cada procurador ou preposto poderá retirá-los pelo prazo de 2 (duas) a 6 (seis) horas, mediante carga, independentemente de ajuste, observado o término do expediente forense.

D) A carga rápida dos autos será concedida pelo escrivão ou o escrevente responsável pelo atendimento, pelo período de duas horas, mediante controle de movimentação física dos autos, conforme formulário a ser preenchido e assinado por advogado ou estagiário de Direito devidamente constituído no processo, ou ainda por pessoa credenciada pelo advogado ou sociedade de advogados.

E) O advogado deve restituir, no prazo legal, os autos que tiver retirado do ofício de justiça. Se intimado pessoalmente, o advogado não devolver os autos no prazo de 48 horas, perderá o direito à vista fora de cartório e incorrerá em multa correspondente à metade do salário mínimo.

Comentário

a) A consulta de processos findos só pode ser autorizada a advogado que tenha procuração nos autos, pelo prazo de 10 (dez) dias.

INCORRETA. Quando se tratar de processos findos e que não estejam sujeitos a segredo de justiça, a carga pode ser feita por advogado mesmo sem procuração:

Art. 161. A carga de autos judiciais e administrativos em andamento no cartório é reservada unicamente a advogados ou estagiários de Direito regularmente inscritos na OAB, constituídos procuradores de alguma das partes, **ressalvado, nos processos findos e que não estejam sujeitos a segredo de justiça, a carga por advogado mesmo sem procuração, pelo prazo de 10 (dez) dias.**

b) É defeso aos advogados indicarem prepostos, funcionários ou estagiários a retirarem, em nome deles, os autos em carga.

INCORRETA. Eis que tal prática é permitida pelo art. 163:

Art. 163. **Os advogados, a sociedade de advogados, os representantes judiciais da Fazenda Pública e os membros do Ministério Público e da Defensoria Pública, mediante petição dirigida ao Juiz Corregedor Permanente, poderão indicar prepostos, funcionários ou estagiários autorizados a retirarem, em nome daqueles, os autos em carga.**

OBS: É DEFESO = É PROIBIDO = É VEDADO

c) Na fluência de prazo comum, só em conjunto ou mediante prévio ajuste por petição nos autos os procuradores das partes ou seus prepostos retirarão os autos, ressalvada a obtenção de cópias para a qual cada procurador ou preposto poderá retirá-los pelo prazo de 2 (duas) a 6 (seis) horas, mediante carga, independentemente de ajuste, observado o término do expediente forense.

CORRETA. É o que estabelece o § 2º do art. 164:

Art. 164

(...)

§ 2º Na fluência de prazo comum, só em conjunto ou mediante prévio ajuste por petição nos autos os procuradores das partes ou seus prepostos retirarão os autos, ressalvada a obtenção de cópias para a qual cada procurador ou preposto poderá retirá-los pelo prazo de 2 (duas) a 6 (seis) horas, mediante carga, independentemente de ajuste, observado o término do expediente forense.

d) A carga rápida dos autos será concedida pelo escrivão ou o escrevente responsável pelo atendimento, pelo período de ~~duas horas~~, mediante controle de movimentação física dos autos, conforme formulário a ser preenchido e assinado por advogado ou estagiário de Direito devidamente constituído no processo, ou ainda por pessoa credenciada pelo advogado ou sociedade de advogados.

INCORRETA. A carga rápida é pelo período de 1 hora!!!

Art. 165. A carga rápida dos autos será concedida pelo escrivão ou o escrevente responsável pelo atendimento, pelo **período de uma hora**, mediante controle de movimentação física dos autos, conforme formulário a ser preenchido e assinado por advogado ou estagiário de Direito devidamente constituído no processo, ou ainda por pessoa credenciada pelo advogado ou sociedade de advogados, respeitado o seguinte procedimento

e) O advogado deve restituir, no prazo legal, os autos que tiver retirado do ofício de justiça. Se intimado pessoalmente, o advogado não devolver os autos no prazo de ~~48 horas~~, perderá o direito à vista fora de cartório e incorrerá em multa correspondente à metade do salário mínimo.

INCORRETA. O prazo é de 3 dias!!!

Art. 167. O advogado deve restituir, no prazo legal, os autos que tiver retirado do ofício de justiça. Se intimado pessoalmente, o advogado não devolver os autos no **prazo de 3 (três) dias**, perderá o direito à vista fora de cartório e incorrerá em multa correspondente à metade do salário mínimo.

GABARITO C

ATUALIDADES

65 – (2º Simulado Geral. 2024. Inéditas) Em setembro de 2024, o presidente da Bolívia, Luis Arce, acusou o ex-presidente Evo Morales de planejar um golpe de Estado para tentar retornar ao poder.

Qual dos seguintes fatores foi mencionado por Arce como motivador para essa acusação?

- A) Evo Morales quer implementar novas políticas econômicas voltadas para a classe trabalhadora.
- B) Morales busca fortalecer alianças regionais e reestabelecer sua liderança na América Latina.
- C) O ex-presidente pretende encurtar o mandato de Arce para antecipar as eleições presidenciais.
- D) Morales está promovendo um movimento pela paz e estabilidade política no país.
- E) Evo Morales planeja candidatar-se para consolidar o seu partido, o Movimento ao Socialismo (MAS).

Comentário

Arce, que já foi aliado do líder indígena e chegou a ser ministro na presidência de Morales, disse que o objetivo do ex-presidente **é desestabilizar a Bolívia para “encurtar” o seu mandato para que novas eleições sejam convocadas.**

[*Presidente da Bolívia acusa Evo Morales de planejar golpe no país | Metrôpoles*](#)

GABARITO C

66 – (2º Simulado Geral. 2024. Inéditas) O presidente do México, Manuel Andrés López Obrador, aprovou uma reforma judicial que introduz um modelo inédito no mundo. Qual é a principal característica dessa reforma?

- A) A criação de um tribunal superior especializado em direitos humanos.
- B) A introdução de eleições diretas para juízes e magistrados, incluindo os ministros da Suprema Corte.
- C) A redução do mandato dos juízes e a obrigatoriedade de aposentadoria aos 65 anos.
- D) A centralização do poder de indicação de juízes exclusivamente no Executivo.
- E) O aumento do número de ministros da Suprema Corte de nove para treze.

Comentário

Câmara dos deputados do México aprova reforma no Judiciário que institui voto direto para ministros do Supremo e para juízes

Dominada pelo partido governista, a Câmara aprovou o projeto por ampla vantagem nesta quarta-feira (4). Texto segue agora para o Senado mexicano.

Por g1

04/09/2024 15h44 · Atualizado há 2 meses

[Câmara dos deputados do México aprova reforma no Judiciário que institui voto direto para ministros do Supremo e para juízes | Mundo | G1](#)

GABARITO B

67 – (2º Simulado Geral. 2024. Inéditas) Durante a Cúpula do Futuro da ONU, líderes mundiais adotaram um pacto com 56 ações para promover um planeta mais sustentável.

Qual dos seguintes pontos está entre os principais compromissos desse pacto?

- A) A criação de um novo fundo internacional para monitoramento de mudanças climáticas.
- B) A implementação de um sistema global de renda mínima para erradicar a desigualdade.
- C) A aceleração da implementação da Agenda 2030 para atingir os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.
- D) A formação de um conselho permanente de líderes empresariais para aconselhar a ONU em questões econômicas.
- E) A eliminação gradual do uso de combustíveis fósseis em todos os países membros até 2040.

Comentário

Entre as medidas previstas no pacto estão **agir de forma ambiciosa, acelerada e justa para implementar a Agenda 2030 e atingir os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável**, “não deixando ninguém para trás”. A erradicação da pobreza está colocada no centro desses esforços, segundo o Pacto.

[Líderes mundiais adotam pacto com 56 ações para o futuro do planeta | Agência Brasil](#)

GABARITO C

68 – (2º Simulado Geral. 2024. Inéditas) Em 2024, um incêndio atingiu a Floresta Nacional de Brasília (Flona), destruindo uma parte significativa do parque. Qual das seguintes afirmações sobre o incidente é correta?

- A) O incêndio foi causado por fenômenos naturais, como raios.
- B) A área afetada correspondeu a aproximadamente 10% da extensão total da Flona.
- C) O incêndio foi controlado pela Defesa Civil local sem necessidade de intervenção federal.
- D) Duas das cinco nascentes de água da Flona, que abastecem parte da capital do país, foram atingidas.
- E) A investigação descartou qualquer hipótese de incêndio criminoso.

Comentário

Duas das cinco nascentes de água que ficam dentro da Floresta Nacional foram atingidas pelo incêndio. É da Flona que vem a água que abastece boa parte da capital do país.

[Polícia Federal investiga incêndio criminoso na Floresta Nacional de Brasília | Distrito Federal | G1](#)

GABARITO D

69 – (2º Simulado Geral. 2024. Vunesp) Suponha que Alice tem 18 anos e que é pessoa com deficiência oculta, utilizando, como identificador, um cordão de fita com desenhos de girassóis. Na última sexta-feira, Alice foi com sua mãe, Iolanda, que tem 55 anos, até uma Unidade Básica de Atendimento (UBS) para ambas receberem a vacina da dengue, e solicitaram prioridade no atendimento ao mostrar à Lúcia, funcionária da UBS, que Alice possuía deficiência oculta, o que seria comprovado pela utilização do cordão de fita com o desenho de girassóis.

Com base na situação hipotética apresentada e no disposto no Estatuto da Pessoa com Deficiência, é correto afirmar que

- A) o cordão de fita com desenhos de girassóis não é considerado como o símbolo de identificação de pessoas com deficiências ocultas, devendo Alice apresentar atestado médico contendo a CID da patologia.
- B) o uso do cordão de fita com desenhos de girassóis é suficiente para que Alice exercite todos os direitos e garantias previstos no Estatuto da Pessoa com Deficiência, no entanto, não há atendimento prioritário para o recebimento de vacinas.
- C) a utilização do cordão de fita com desenhos de girassóis por Alice não dispensa a apresentação de documento comprobatório da deficiência, caso seja solicitado por Lúcia.
- D) Alice tem prioridade para receber a vacina, desde que apresente documento comprobatório da deficiência, e o atendimento prioritário não se estende à Iolanda, pois ela ainda não é idosa.
- E) o cordão de fita com desenhos de girassóis foi instituído como símbolo nacional de identificação de pessoas com deficiências ocultas, e a utilização dele é obrigatória, devendo ser concedida prioridade para Alice e Iolanda, caso ela seja comprovadamente a atendente pessoal da filha.

Comentário

Lei Nº 13.146, de 6 de julho de 2015.

Art. 2º-A. É instituído o cordão de fita com desenhos de girassóis como símbolo nacional de identificação de pessoas com deficiências ocultas. (Incluído pela Lei nº 14.624, de 2023)

§ 1º O uso do símbolo de que trata o caput deste artigo é opcional, e sua ausência não prejudica o exercício de direitos e garantias previstos em lei. (Incluído pela Lei nº 14.624, de 2023)

§ 2º A utilização do símbolo de que trata o caput deste artigo não dispensa a apresentação de documento comprobatório da deficiência, caso seja solicitado pelo atendente ou pela autoridade competente. (Incluído pela Lei nº 14.624, de 2023)

GABARITO C

70 – (2º Simulado Geral. 2024. Vunesp) Segundo o Estatuto da Pessoa com Deficiência (2015), art. 36, o processo destinado a propiciar à pessoa com deficiência aquisição de conhecimentos, habilidades e aptidões para exercício de profissão ou de ocupação, permitindo nível suficiente de desenvolvimento profissional para ingresso no campo de trabalho, denomina-se

- A) reabilitação profissional.
- B) serviços multidisciplinares.
- C) capacitismo e desenvolvimento.
- D) habilitação profissional.
- E) inclusão profissional.

Comentário

Lei Nº 13.146, de 6 de julho de 2015.

Art. 36. O poder público deve implementar serviços e programas completos de habilitação profissional e de reabilitação profissional para que a pessoa com deficiência possa ingressar, continuar ou retornar ao campo do trabalho, respeitados sua livre escolha, sua vocação e seu interesse.

(...)

§ 2º A habilitação profissional corresponde ao processo destinado a propiciar à pessoa com deficiência aquisição de conhecimentos, habilidades e aptidões para exercício de profissão ou de ocupação, permitindo nível suficiente de desenvolvimento profissional para ingresso no campo de trabalho.

GABARITO D

MATEMÁTICA

71 – (2º Simulado Geral. 2024. Vunesp) Em um escritório, há 126 processos para serem arquivados. Após o primeiro dia de trabalho, a razão do número de processos arquivados para o número de processos não arquivados era $\frac{2}{7}$. Na manhã do segundo dia de trabalho, mais alguns processos foram arquivados, de modo que a razão citada passou a ser $\frac{2}{5}$. O número de processos arquivados na manhã do segundo dia de trabalho foi

- A) 8.
- B) 5.
- C) 7.
- D) 6.
- E) 4.

Comentário

➤ Vamos organizar as informações:

- Total de processos: **126**
- No final do primeiro dia, a razão entre o número de processos arquivados (x) e o número de processos não arquivados ($126 - x$) é $\frac{2}{7}$

Podemos escrever a equação da razão da seguinte forma:

$$\frac{x}{126 - x} = \frac{2}{7}$$

➤ Agora, resolvemos a equação:

$$\frac{x}{126 - x} = \frac{2}{7}$$

$$7x = 2(126 - x)$$

$$7x = 252 - 2x$$

$$9x = 252$$

$$x = \frac{252}{9}$$

$$x = 28$$

Portanto, 28 processos foram arquivados no primeiro dia.

➤ Situação após o primeiro dia:

- Processos arquivados: **28**
- Processos não arquivados: **$126 - 28 = 98$**

➤ Situação na manhã do segundo dia:

Depois de arquivar mais alguns processos (y), a nova razão entre o número total de processos arquivados ($28 + y$) e os não arquivados ($126 - (28 + y)$) passou a ser $\frac{2}{5}$. A nova equação fica:

$$\frac{28 + y}{126 - (28 + y)} = \frac{2}{5}$$

Simplificando, temos:

$$\frac{28 + y}{98 - y} = \frac{2}{5}$$

➤ Por fim, vamos resolver a equação:

$$\frac{28 + y}{98 - y} = \frac{2}{5}$$

$$5(28 + y) = 2(98 - y)$$

$$140 + 5y = 196 - 2y$$

$$7y = 56$$

$$y = \frac{56}{7}$$

$$y = 8$$

GABARITO A

72 – (2º Simulado Geral. 2024. Vunesp) Um grupo com 60 novos analistas legislativos com especialidade A e 150 novos analistas legislativos com especialidade B precisa ser dividido em grupos menores, contendo, cada um, x analistas com especialidade A e y analistas com especialidade B. Para tanto, não pode haver analista fora de um grupo, e o número de grupos tem que ser o maior possível. Nesse caso o valor de $y - x$ dever ser igual a

- A) 2.
- B) 3.
- C) 5.
- D) 1.
- E) 4.

Comentário

✚ Total de analistas:

Especialidade A = 60 analistas

Especialidade B = 150 analistas

✚ Condição para a formação de grupos: queremos que o número de grupos seja o maior possível, ou seja, **x** e **y** devem ser os divisores máximos que permitam dividir **60** e **150** sem sobras.

✚ Encontrando x e y:

Para que o número de grupos seja o maior possível, **x** e **y** devem ser o máximo divisor comum (MDC) dos respectivos totais.

Para os analistas de **especialidade A (60)**, os divisores são:

1	2	3	4	5	6	10	12	15	20	30	60
---	---	---	---	---	---	----	----	----	----	----	----

Para os analistas de **especialidade B (150)**, os divisores são:

1	2	3	5	6	10	15	25	30	50	75	150
---	---	---	---	---	----	----	----	----	----	----	-----

O maior divisor comum entre **60** e **150** é **30**. Isso significa que o número máximo de grupos que podemos formar contém:

$$x = \frac{60}{30} = \mathbf{2 \text{ analistas de especialidade A}} \text{ por grupo.}$$

$$y = \frac{150}{30} = \mathbf{5 \text{ analistas de especialidade B}} \text{ por grupo.}$$

✚ Nesse caso o valor de **y – x** dever ser igual a

$$5 - 2 = \mathbf{3}$$

GABARITO B

73 – (2º Simulado Geral. 2024. Vunesp) Considere a seguinte sequência de comandos que foi dada a uma pessoa que está localizada em um ponto A:

I. Do ponto em que está, caminhe 2 metros, em linha reta, e pare.

II. No ponto em que parou, gire 45° para esquerda.

III. Repita os comandos I e II até retornar ao ponto inicial A.

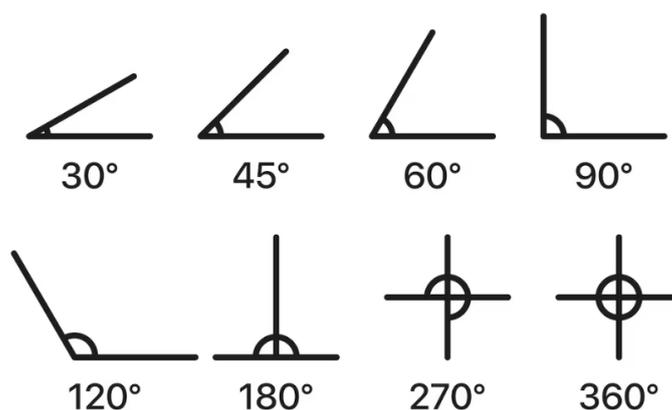
Ao concluir a sequência de comandos anterior, a forma geométrica do trajeto feito pela pessoa corresponderá a um

- A) hexágono (forma com 6 lados).
- B) heptágono (forma com 7 lados).
- C) quadrilátero (forma com 4 lados).
- D) octógono (forma com 8 lados).
- E) pentágono (forma com 5 lados).

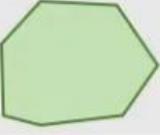
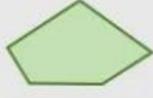
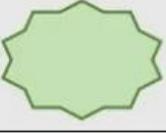
Comentário

Vamos executar a sequência de comandos, mas antes mencionar informações importantes:

Exemplos de ângulos:



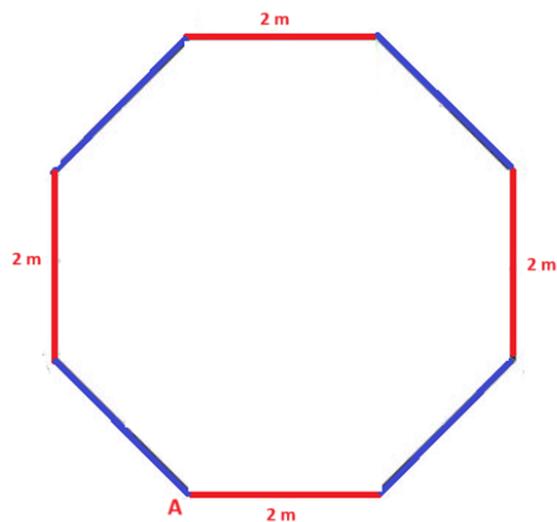
Exemplo de formas geométricas:

Triângulo		Heptágono	
Quadrilátero		Octógono	
Pentágono		Eneágono	
Hexágono		Decágono	

I. Do ponto em que está, caminhe 2 metros, em linha reta, e pare.

II. No ponto em que parou, gire 45° para esquerda.

III. Repita os comandos I e II até retornar ao ponto inicial A.



Ao concluir a sequência de comandos anterior, a forma geométrica do trajeto feito pela pessoa corresponderá a um **octógono (forma com 8 lados)**.

GABARITO D

74 – (2º Simulado Geral. 2024. Vunesp) Uma gráfica precisa imprimir um lote de 5000 folhetos e, para isso, iniciou o trabalho utilizando somente a máquina A, que imprime 6 folhetos em 20 segundos. Após essa máquina trabalhar sozinha e sem interrupções por 25 minutos, uma máquina B também começou a imprimir esses mesmos folhetos, trabalhando junto com a máquina A, que não parou de trabalhar. Sabendo que ambas as máquinas trabalharam sempre sem interrupções e que a máquina B imprime 8 folhetos em 15 segundos, o tempo total gasto na impressão desse lote foi igual a

- A) 2 horas e 12 minutos.
- B) 1 hora e 31 minutos.
- C) 2 horas e 3 minutos.
- D) 1 hora e 56 minutos.
- E) 1 hora e 45 minutos.

Comentário

MÁQUINA A: 6 folhetos em 20 segundos, isto é, $6 \times 3 = 18$ folhetos em 1 minuto ou 60 segundos;

MÁQUINA B: 8 folhetos em 15 segundos, isto é, $8 \times 4 = 32$ folhetos em 1 minuto ou 60 segundos.

✚ As duas máquinas juntas produzem $18 + 32 = 50$ folhetos por minuto.

Sabemos que a **MÁQUINA A** já tinha produzido por 25 minutos, isto é,

$$25 \times 18 = 450 \text{ folhetos}$$

Subtraindo do lote o que a **MÁQUINA A** já havia impresso restam

$$5000 - 450 = 4550 \text{ folhetos}$$

Com as duas máquinas funcionando o tempo gasto será de

$$4550 \div 50 = 91 \text{ minutos}$$

Agora basta somarmos o tempo e converter a unidade de medida

FOLHETOS	TEMPO
450	25 MINUTOS
4550	91 MINUTOS
5000	116 MINUTOS

✚ $116 \div 60 = 1 \text{ hora e } 56 \text{ minutos}$

GABARITO D

75 – (2º Simulado Geral. 2024. Vunesp) A tabela mostra o número de funcionários que trabalham em cada um dos 4 setores de uma empresa.

Setor	Nº de funcionários
A	16
B	21
C	18
D	9

Essa empresa criou um novo setor E, para o qual foram contratados determinado número de novos funcionários. Após essas contratações, a média aritmética do número de funcionários desses 5 setores ficou 2 unidades a menos do que a média aritmética dos 4 setores iniciais. O número de novos funcionários contratados para o setor E foi

- A) 2.
- B) 6.
- C) 5.
- D) 4.
- E) 3.

Comentário

Primeiro vamos calcular a média aritmética levando em consideração os 4 setores iniciais:

$$\frac{16 + 21 + 18 + 9}{4} = \frac{64}{4} = 16$$

Após essas contratações (setor E), a média aritmética do número de funcionários desses 5 setores ficou 2 unidades a menos do que a média aritmética dos 4 setores iniciais

$$16 - 2 = 14$$

Por fim, vamos organizar a equação para encontrarmos o número de funcionários do **SETOR E**

$$\frac{64 + x}{5} = 14$$

$$64 + x = 70$$

$$x = 70 - 64$$

$$x = 6$$

GABARITO B

76 – (2º Simulado Geral. 2024. Vunesp) Jorge e Rui são dois técnicos em transcrições e juntos transcreveram 40 documentos em um dia. Sabendo que o número de documentos transcritos por Jorge foi igual a $\frac{2}{3}$ do número de documentos transcritos por Rui, então, o número de documentos que Rui transcreveu a mais do que Jorge foi

- A) 12.
- B) 10.
- C) 9.
- D) 6.
- E) 8.

Comentário

Vamos organizar as informações do enunciado:

- ✚ Jorge e Rui são dois técnicos em transcrições e juntos transcreveram 40 documentos em um dia, isto é,

$$J + R = 40$$

- ✚ Sabendo que o número de documentos transcritos por Jorge foi igual a $\frac{2}{3}$ do número de documentos transcritos por Rui

$$J = \frac{2}{3} \cdot R$$

- ✚ Agora, vamos substituir a primeira J na primeira equação

$$\frac{2R}{3} + R = 40$$

$$2R + 3R = 120$$

$$5R = 120$$

$$R = \frac{120}{5}$$

$$R = 24$$

- ✚ Descobrimos R agora vamos substituir na segunda equação

$$J = \frac{2}{3} \cdot 24$$

$$J = \frac{48}{3}$$

$$J = 16$$

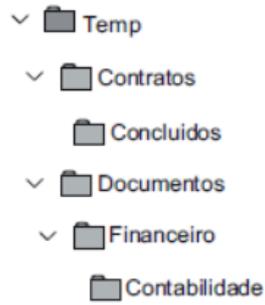
O número de documentos que Rui transcreveu a mais do que Jorge foi

$$24 - 16 = 8$$

GABARITO E

INFORMÁTICA

77 – (2º Simulado Geral. 2024. Vunesp) Tem-se a seguinte estrutura de pastas, exibidas no Explorador de Arquivos do Microsoft Windows 10, ambos em sua configuração padrão.



Assinale a alternativa com o resultado obtido ao se selecionar a pasta Documentos e apagá-la, considerando que todas as permissões para a operação estão concedidas.

- A)

```
graph TD; Temp[Temp] --> Contratos[Contratos]; Contratos --> Concluidos[Concluidos];
```
- B)

```
graph TD; Temp[Temp] --> Contratos[Contratos]; Contratos --> Concluidos[Concluidos]; Contratos --> Financeiro[Financeiro]; Financeiro --> Contabilidade[Contabilidade];
```
- C)

```
graph TD; Temp[Temp] --> Contratos[Contratos]; Contratos --> Concluidos[Concluidos]; Contratos --> Financeiro[Financeiro]; Financeiro --> Contabilidade[Contabilidade];
```
- D)

```
graph TD; Temp[Temp] --> Contratos[Contratos]; Contratos --> Concluidos[Concluidos]; Concluidos --> Financeiro[Financeiro]; Financeiro --> Contabilidade[Contabilidade];
```
- E)

```
graph TD; Temp[Temp] --> Contratos[Contratos]; Contratos --> Concluidos[Concluidos]; Contratos --> Contabilidade[Contabilidade]; Contratos --> Financeiro[Financeiro];
```

Comentário

O Windows utiliza o conceito de **indentação** para representar visualmente a hierarquia de pastas no sistema. Essa organização permite que o usuário identifique de forma clara quando uma pasta é uma subpasta de outra, pois é exibida deslocada para a direita e abaixo da pasta de nível superior.

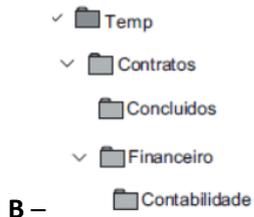
No caso, se a pasta **Documentos** contém a subpasta **Financeiro**, que por sua vez possui uma subpasta chamada **Contabilidade**, essa estrutura ficará representada com indentação.

Outro ponto essencial é que, ao excluir uma pasta, todos os seus conteúdos – incluindo arquivos e subpastas – são removidos permanentemente.

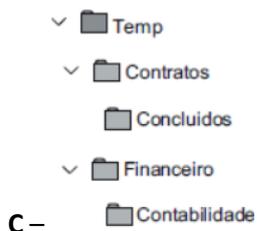
Analisando as alternativas dadas:



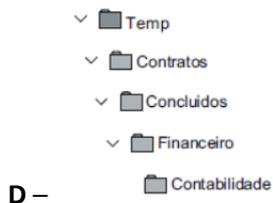
CORRETA: A exclusão da pasta **Documentos** resultará na remoção dessa pasta e de todos os seus conteúdos, incluindo **Financeiro** e **Contabilidade**, conforme indicado na descrição e figura da alternativa.



INCORRETA: Como mencionado, a exclusão da pasta **Documentos** implica na eliminação completa de seu conteúdo, então as subpastas **Financeiro** e **Contabilidade** também deixarão de existir.



INCORRETA: Segue a mesma lógica explicada acima; a exclusão de **Documentos** acarreta a eliminação das subpastas contidas nela.



INCORRETA: Pela mesma razão das alternativas anteriores, ao remover a pasta **Documentos**, as subpastas **Financeiro** e **Contabilidade** também serão excluídas.



INCORRETA: A pasta **Documentos** e todas as suas subpastas, incluindo **Financeiro** e **Contabilidade**, são excluídas ao se deletar a pasta principal.

GABARITO A

78 – (2º Simulado Geral. 2024. Vunesp) Um usuário, utilizando o sistema Windows 11 em sua configuração-padrão, selecionou o atalho de um programa que estava na Área de Trabalho e pressionou a tecla DEL do teclado.

Assinale a alternativa que apresenta corretamente a ação tomada pelo sistema.

- A) O programa foi desinstalado.
- B) Foi exibida uma mensagem de confirmação sobre a operação de exclusão do programa.
- C) O atalho foi enviado à Lixeira.
- D) O programa foi enviado à Lixeira.
- E) O atalho foi excluído definitivamente.

Comentário

A Lixeira do Windows funciona como um local de armazenamento temporário para arquivos e objetos excluídos do HD, permitindo a recuperação de dados em caso de exclusão acidental.

Arquivos removidos de outras unidades, como dispositivos externos, são permanentemente excluídos, sem passar pela Lixeira.

Analisando cada alternativa apresentada:

A) O programa foi desinstalado.

INCORRETA. A tecla **Del** serve para excluir arquivos e atalhos, não para desinstalar programas. A desinstalação requer um processo específico por meio do painel de controle ou outro método de remoção.

B) Foi exibida uma mensagem de confirmação sobre a operação de exclusão do programa.

INCORRETA: A exclusão de um atalho com a tecla **Del** não aciona uma mensagem de confirmação por padrão. Essa mensagem é geralmente exibida ao excluir arquivos ou pastas, dependendo das configurações do Windows.

C) O atalho foi enviado à Lixeira.

CORRETA: Quando um atalho é selecionado e a tecla **Del** é pressionada, ele é movido para a Lixeira. O objeto original ao qual o atalho se refere permanece intacto.

D) O programa foi enviado à Lixeira.

INCORRETA: Excluir um atalho não afeta o programa original; apenas o atalho é removido.

E) O atalho foi excluído definitivamente.

INCORRETA: A exclusão com a tecla **Del** envia o atalho à Lixeira, não o exclui permanentemente. A exclusão definitiva requer o uso da combinação **Shift + Del**.

GABARITO C

79 – (2º Simulado Geral. 2024. Vunesp) Um usuário criou um novo documento vazio por meio do MS-Word 2016, em sua configuração padrão, e executou a sequência de ações descrita a seguir:

Clicou em um ou mais ícones de formatação de Fonte distintos e digitou Polícia.

Apertou Enter.

Clicou em um ou mais ícones de formatação de Fonte distintos e digitou Militar.

Apertou Enter.

Clicou em um ou mais ícones de formatação de Fonte distintos e digitou Estado.

Apertou Enter.

Clicou em um ou mais ícones de formatação de Fonte distintos e digitou São Paulo.

O resultado final é visto na imagem a seguir.

Polícia
Militar
Estado
São Paulo

O(s) ícone(s) de formatação de Fonte clicado(s) no parágrafo da palavra Paulo é (são)

A) itálico e sublinhado, apenas.

B) negrito e itálico, apenas.

C) negrito, apenas.

D) negrito e sublinhado, apenas.

E) itálico, negrito e sublinhado.

Comentário

Com base na análise do procedimento fornecido, podemos detalhar a sequência de ações e os efeitos aplicados na formatação do texto:

1. Digitou "Polícia": A palavra está sublinhada, indicando que o ícone de **sublinhado** foi clicado inicialmente e permaneceu ativado para o próximo texto.
2. Apertou Enter: Uma nova linha foi criada.
3. Digitou "Militar": A palavra "Militar" também está sublinhada, sugerindo que o **sublinhado** estava ainda ativo, e nenhum outro ícone foi clicado.
4. Apertou Enter: Uma nova linha foi criada.
5. Digitou "Estado": Esta palavra não está **sublinhada**, indicando que o ícone de **sublinhado** foi desativado. Entretanto, "Estado" está em **negrito** e **itálico**, o que significa que os ícones correspondentes a esses efeitos foram clicados.

6. Apertou Enter: Uma nova linha foi criada.
7. Digitou "São Paulo": A palavra está em **negrito** (o qual já estava ativado) e sublinhada, mas não está em **itálico**. Isso significa que o ícone de **itálico** foi desativado e o de **sublinhado** foi reativado.

Portanto, ao analisar os efeitos de formatação aplicados, podemos concluir que a sequência de cliques nos ícones de formatação justifica que a resposta correta seja **itálico e sublinhado**, **apenas**.

GABARITO A

80 – (2º Simulado Geral. 2024. Vunesp) Em um documento vazio do MS-Word 365, em sua configuração padrão, um usuário inseriu uma tabela com 1 linha e uma coluna. Com o cursor dentro da única célula inicial, executou as operações descritas a seguir, na ordem em que aparecem:

- 1- Digitou Auxiliar
- 2- Pressionou Enter
- 3- Digitou Técnico
- 4- Pressionou Enter
- 5- Digitou de
- 6- Pressionou Enter
- 7- Digitou Educação

Assinale a alternativa que apresenta, **corretamente**, a(s) tabela(s) resultante(s) após a execução de todas as operações descritas.

A)

Auxiliar	Técnico	de	Educação
----------	---------	----	----------

B)

Auxiliar

Técnico
de
Educação

Auxiliar
Técnico
de
Educação

C)

Auxiliar

Técnico

de

Educação

D)

Auxiliar
Técnico
de
Educação

E)

Comentário

É importante destacar que, em uma tabela, a tecla **Tab** é usada para mover o cursor para a próxima célula, seja para a direita ou, se estiver na última célula de uma linha, para a primeira célula da próxima linha. Por outro lado, a tecla **Enter** cria um novo parágrafo dentro da célula atual, sem mover o cursor para outra célula.

Portanto, se você pressionar **Enter** enquanto estiver digitando em uma célula de uma tabela, o cursor continuará na mesma célula, inserindo uma quebra de linha. Para passar para a próxima célula, você precisa usar **Tab**.

1- Digitou Auxiliar

2- Pressionou Enter

Auxiliar

O cursor estará posicionado na linha abaixo da palavra "Auxiliar" dentro da mesma célula, pronto para digitação contínua ou a inserção de mais conteúdo.

3- Digitou Técnico

4- Pressionou Enter

Se a palavra "Técnico" for digitada em uma célula de uma tabela e em seguida for pressionada a tecla Enter, a aparência da célula será assim:

Auxiliar

Técnico

O conteúdo "Técnico" será mantido na célula e o Enter criará um novo parágrafo abaixo, ainda dentro da mesma célula. O cursor ficará posicionado na linha abaixo da palavra, pronto para a inserção de mais texto na mesma célula.

A tabela como um todo não será alterada em termos de estrutura ou posição do cursor para outras células. Se fosse necessário mover o cursor para a próxima célula, a tecla Tab deveria ser usada.

5- Digitou de

6- Pressionou Enter

Se a palavra "de" for inserida em uma célula de uma tabela e você pressionar Enter, a célula terá a seguinte aparência:

Auxiliar

Técnico

de

O texto "de" será exibido na primeira linha da célula e o Enter criará um novo parágrafo abaixo, ainda dentro da mesma célula. O cursor ficará posicionado na linha logo abaixo da palavra, permitindo que você continue digitando na mesma célula.

Se o objetivo fosse deslocar o cursor para a próxima célula, a tecla Tab deveria ser utilizada.

7- Digitou Educação

Se a palavra "Educação" for inserida em uma célula de uma tabela, e você não pressionar Enter ou outra tecla que modifique o posicionamento do cursor, a aparência da célula será simplesmente:

Auxiliar
Técnico
De
Educação

A palavra "Educação" será exibida sozinha na célula, sem quebras de linha ou novos parágrafos. O cursor ficará posicionado logo após a palavra "Educação", na mesma linha, pronto para a continuação da digitação.

GABARITO E

81 – (2º Simulado Geral. 2024. Vunesp) Um usuário criou um documento vazio por meio do MS-Word 365, em sua configuração padrão, e inseriu uma tabela com 3 linhas e 2 colunas. Em seguida, com o cursor dentro da célula da primeira coluna e primeira linha, escolheu o ícone Dividir células e, na janela de opções aberta, escolheu 2 para Número de colunas e 1 para Número de linhas, clicando em OK para aplicar as opções. Assinale a alternativa que apresenta a quantidade de células da tabela após a ação descrita no enunciado.

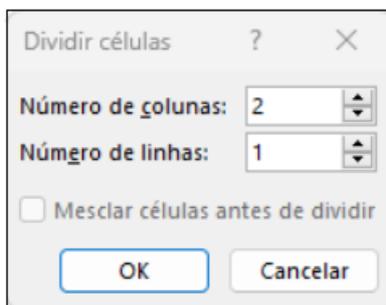
- A) 5
- B) 8
- C) 7
- D) 6
- E) 9

Comentário

Ao escolher o ícone **Dividir células** com o cursor posicionado na célula da primeira coluna e primeira linha de uma tabela, uma janela de diálogo será exibida com opções para especificar como a célula selecionada deve ser dividida. Essa janela normalmente inclui campos como:

- **Número de colunas:** permite definir em quantas colunas a célula deve ser dividida.
- **Número de linhas:** permite definir em quantas linhas a célula deve ser dividida.
- **Opções de mesclagem** (dependendo do software): podem incluir se o conteúdo existente deve ser mantido ou como deve ser distribuído.

Por exemplo, se você quiser dividir a célula em 2 colunas e 2 linhas, você pode inserir esses valores nos campos correspondentes, e a célula original será dividida em quatro novas células dentro da estrutura da tabela.



Se a célula na primeira coluna e primeira linha for dividida em 2 colunas e 1 linha e você clicar em OK, a tabela original (que tinha 3 linhas e 2 colunas) passará a ter a seguinte aparência:

Podemos concluir que a tabela passou a ter 7 células.

GABARITO C

82 – (2º Simulado Geral. 2024. Vunesp) Observe a planilha a seguir, elaborada por meio do MS-Excel 2016, em sua configuração padrão.

	A	B
1	Nome	Orçamento
2	João	R\$ 300,00
3	Maria	R\$ 200,00
4	Pedro	R\$ 100,00
5	Miriam	R\$ 400,00
6	Joaquim	R\$ 250,00
7		

O usuário preencheu os dados e selecionou todos os dados clicando em A1 e arrastando a seleção até B6. Em seguida, clicou no botão para classificar de forma crescente ().

Assinale a alternativa que apresenta o nome que aparece na célula A4 após a classificação descrita.

- A) João.
- B) Maria.
- C) Pedro.
- D) Miriam.
- E) Joaquim.

Comentário

A ferramenta mencionada é chamada **Classificar de A a Z** e está localizada na guia **Dados**. Sua função é organizar os dados em ordem crescente ou, no caso de textos, em ordem alfabética.

Essa ferramenta é útil para organizar listas, tabelas ou planilhas de forma rápida, permitindo que as informações sejam dispostas de forma ordenada e fácil de analisar.

De acordo com o suporte da Microsoft, por padrão, a linha de título (ou cabeçalho) de uma tabela não é incluída na classificação feita pela ferramenta **Classificar de A a Z**. Isso significa que, ao aplicar a ordenação em uma tabela ou planilha, o cabeçalho é mantido fixo e apenas as linhas abaixo dele são organizadas em ordem crescente ou alfabética. Essa configuração garante que os títulos das colunas permaneçam no topo da tabela, facilitando a leitura e a organização dos dados.

Após a aplicação da ferramenta **Classificar de A a Z** na coluna A, os dados dessa coluna serão exibidos em ordem crescente (se forem numéricos) ou em ordem alfabética (se forem textos). A

linha de título permanecerá fixa no topo, e todas as outras linhas da coluna A serão reorganizadas conforme a ordem de classificação escolhida.

1	Nome
2	João
3	Joaquim
4	Maria
5	Miriam
6	Pedro

GABARITO B

83 – (2º Simulado Geral. 2024. Vunesp) A planilha exibida a seguir foi elaborada por meio do MS-Excel 365, em sua configuração padrão.

	A	B	C
1	2	1	2
2	3	3	4
3	4	4	5
4	5	5	3
5	2	3	1
6			

Ao preencher a fórmula =CONT.SE(A1:C5;A1). na célula A6, esta apresentará o resultado:

- A) 4
- B) 5
- C) 1
- D) 3
- E) 2

Comentário

A função **CONT.SE** é usada para contar o número de células em um intervalo que atendem a um critério específico. Sua sintaxe é:

Explicação dos argumentos:

- **Intervalo:** O conjunto de células que será analisado.
- **Critérios:** A condição que define quais células serão contadas. Pode ser um número, texto ou expressão. Critérios com operadores de comparação, como >, <, =, devem estar entre aspas (por exemplo, ">10").

Quanto aos intervalos:

- O **dois pontos (:)** é utilizado para especificar intervalos contínuos, como A1:C5 (significa de A1 até C5).
- O **ponto e vírgula (;)** é usado para separar células ou intervalos distintos, indicando valores individuais que devem ser considerados, como A1;B2;C3.

Em relação a questão:

A fórmula =CONT.SE(A1:C5;A1) é equivalente a =CONT.SE(A1:C5;2), assumindo que o valor da célula **A1** é 2.

- **Intervalo:** A1:C5
- **Critério:** 2

Essa fórmula conta quantas vezes o valor 2 aparece no intervalo A1:C5. Se o valor 2 estiver presente nas células **A1**, **A5** e **C1**, a fórmula retornará **3**, pois há três ocorrências de células com o valor 2.

Portanto, a resposta correta é **LETRA D**, confirmando que a fórmula conta corretamente as células que atendem ao critério especificado.

GABARITO D

84 – (2º Simulado Geral. 2024. Vunesp) Um usuário acessa com frequência sites governamentais e endereços de sistemas on-line usados pela escola. Para facilitar e agilizar o acesso aos principais endereços usados com frequência, o Google Chrome, versão 118, em sua configuração padrão, possui um recurso que permite cadastrar tais endereços, atribuindo um nome a cada endereço e organizando-os em pastas.

Tal recurso é chamado de

- A) Favoritos.
- B) Página inicial.
- C) Downloads.
- D) Página de inicialização.
- E) Histórico.

Comentário

Analisando cada alternativa, podemos esclarecer o seguinte:

A) Favoritos.

CORRETA: **Favoritos** é uma lista que armazena os endereços das páginas favoritas do usuário. Clicar em um endereço nesta lista permite o acesso rápido a essas páginas, facilitando futuros acessos.

B) Página inicial.

INCORRETA: A **página inicial** é a primeira página que o navegador carrega automaticamente ao ser iniciado. Não é uma lista de páginas favoritas.

C) Downloads.

INCORRETA: **Downloads** refere-se à operação de recebimento de arquivos de um servidor. O recurso mostra informações sobre arquivos que já foram baixados, mas não armazena endereços de páginas preferidas.

D) Página de inicialização.

INCORRETA: Não existe um recurso com essa denominação no Chrome. A ideia de "inicialização" se refere ao carregamento da página inicial.

E) Histórico.

INCORRETA: O **Histórico** é uma lista de páginas visitadas recentemente, permitindo ao usuário visitar páginas que não foram salvas nos Favoritos, mas não se destina a armazenar endereços preferidos.

Concluimos que pois somente **Favoritos** cumpre o papel de armazenar endereços de páginas preferidas do usuário para facilitar acessos futuros.

GABARITO A

85 – (2º Simulado Geral. 2024. Vunesp) No Google Chrome, versão 119, em sua configuração padrão, o atalho por teclado fecha uma aba ativa dentro de uma janela, enquanto o atalho permite reabrir a última aba fechada anteriormente na janela. Assinale a alternativa que preenche, correta e respectivamente, as lacunas do enunciado.

- A) Ctrl + Alt + T ... Ctrl + T
- B) Ctrl + Shift + Q ... Ctrl + Shift + N
- C) Alt + F4 ... Alt + F2
- D) Ctrl + F4 ... Ctrl + T
- E) Ctrl + W ... Ctrl + Shift + T

Comentário

Analisando os atalhos mencionados e suas funções, temos:

- Ctrl + Alt + T: Não há uma ação específica definida para essa combinação de teclas nos suportes comuns, como o do Google.
- Ctrl + T: Abre uma nova guia e a acessa automaticamente.
- Ctrl + Shift + Q: Não possui uma definição de ação específica documentada no suporte do Google.
- Ctrl + Shift + N: Abre uma nova janela no modo de navegação anônima.
- Alt + F4: Fecha a janela atual.
- Alt + F2: Não há definição de ação específica para essa combinação de teclas nos suportes comuns.
- Ctrl + F4: Fecha a guia atual.
- Ctrl + W: Fecha a guia atual.
- Ctrl + Shift + T: Reabre guias que foram fechadas anteriormente, na ordem em que foram fechadas.

Portanto, com base nas funções descritas, a resposta correta é a letra E (Ctrl + Shift + T), pois essa combinação reabre guias que foram fechadas anteriormente, algo que pode ser fundamental em determinadas situações, como reabrir acidentalmente guias fechadas.

GABARITO E

86 – (2º Simulado Geral. 2024. Vunesp) Usando o Microsoft Outlook 2016, em sua configuração padrão, Rafael enviou uma mensagem de correio eletrônico com as seguintes características:

De: Rafael

Para: Angelica

Cc: Maria

Cco: Renato

Considere que tal mensagem foi enviada e recebida por todos os destinatários com sucesso, que todos também utilizam o Microsoft Outlook 2016, em sua configuração original, e que todos os destinatários clicaram em Responder.

Com base no exposto, assinale a alternativa que indica qual(is) dele(s) terá(ão) sua mensagem criada automaticamente pelo Outlook e formatada da seguinte forma, considerando apenas os campos Para, Cc e Cco.

Para: Rafael

Cc:

Cco:

A) Angelica e Maria, apenas.

B) Angelica, apenas.

C) Maria e Renato, apenas.

D) Maria, apenas.

E) Angelica, Maria e Renato.

Comentário

A análise das alternativas mostra o seguinte:

Ao clicar na ferramenta **Responder**, será criada uma mensagem em que o campo **Para** estará preenchido automaticamente com o endereço do remetente da mensagem original, enquanto os campos **Cc** e **Cco** permanecem vazios. Isso significa que todos os destinatários diretos (e

quaisquer destinatários copiados, se responder a todos) terão a mensagem direcionada apenas ao remetente original.

A) Angelica e Maria, apenas.

INCORRETA: Angélica, Maria e Renato receberão uma mensagem formatada corretamente ao usar a ferramenta Responder.

B) Angelica, apenas.

INCORRETA: Além de Angélica, Maria e Renato também terão mensagens respondidas corretamente conforme o enunciado.

C) Maria e Renato, apenas.

INCORRETA: Angélica também será incluída, além de Maria e Renato.

D) Maria, apenas.

INCORRETA: Angélica e Renato também estão incluídos na resposta conforme o enunciado.

E) Angelica, Maria e Renato.

CORRETA: Quando qualquer um dos três clicar em Responder, uma mensagem será enviada ao remetente original, Rafael, preenchendo automaticamente o campo Para com o endereço de Rafael e deixando Cc e Cco vazios.

Portanto, a resposta correta é letra E, pois todos – Angélica, Maria e Renato – podem responder de acordo com o enunciado.

GABARITO E

87 – (2º Simulado Geral. 2024. Vunesp) Um usuário, utilizando o Outlook 365 em sua configuração- padrão, começou a redigir um e-mail em resposta a um e-mail que havia recebido e, antes que o concluísse, fechou a janela em que estava redigindo a mensagem.

Entretanto, após alguns minutos, ao acessar novamente o Outlook, o usuário notou que o e-mail que estava sendo redigido estava salvo na pasta:

A) Itens Enviados.

- B) Arquivo Morto.
- C) Caixa de Saída.
- D) Rascunhos.
- E) Lixo Eletrônico.

Comentário

Ao analisar as alternativas, temos as seguintes explicações:

A) Itens Enviados.

INCORRETA: A pasta **Itens Enviados** armazena cópias das mensagens que foram enviadas com sucesso, permitindo ao usuário consultá-las posteriormente.

B) Arquivo Morto.

INCORRETA: Não existe uma pasta padrão chamada **Arquivo Morto** em programas de e-mail como o Outlook.

C) Caixa de Saída.

INCORRETA: A **Caixa de Saída** armazena mensagens que foram criadas ou respondidas pelo usuário e estão aguardando o envio. Elas permanecem nesta pasta até que uma conexão com a internet esteja disponível para que possam ser enviadas.

D) Rascunhos.

CORRETA: O Outlook salva automaticamente as mensagens que estão sendo redigidas na pasta **Rascunhos**. Se a janela de criação de mensagem for fechada antes de o e-mail ser enviado, a mensagem será armazenada nessa pasta e poderá ser acessada posteriormente para continuar a edição ou envio.

E) Lixo Eletrônico.

INCORRETA: A pasta **Lixo Eletrônico** é destinada a armazenar mensagens consideradas spam, não mensagens que estão sendo elaboradas.

GABARITO D

88 – (2º Simulado Geral. 2024. Vunesp) Ao realizar uma busca através do site www.google.com.br, em sua configuração padrão, na página de resultados, é possível aplicar filtros aos resultados da busca. Assinale a alternativa que apresenta o recurso que deve ser utilizado para restringir os resultados usando um filtro de data.

- A) Mais.
- B) Google Apps.
- C) Ferramentas de inserção de texto.
- D) Ferramentas.
- E) Configurações rápidas.

Comentário

A) Mais.

INCORRETA: A opção **Mais** no Google não permite a filtragem de resultados por data; ela é usada para acessar outros serviços do Google, como **Google Imagens**, **Google Maps**, entre outros.

B) Google Apps.

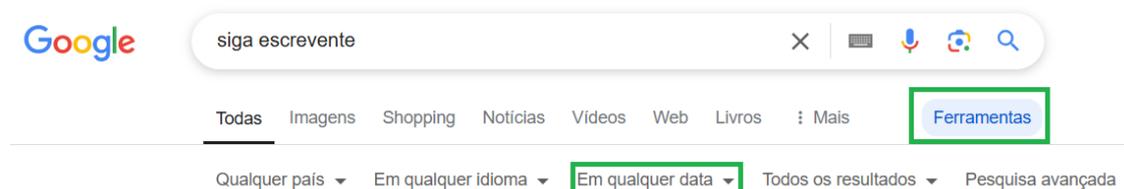
INCORRETA: Na interface de pesquisa do Google, não existe uma opção chamada **Google Apps** que permita a filtragem de resultados por data.

C) Ferramentas de inserção de texto.

INCORRETA: Essa opção não existe na janela de pesquisa do Google e não tem relação com a filtragem de resultados.

D) Ferramentas.

CORRETA: A opção **Ferramentas** está disponível na página de resultados de pesquisa do Google e permite a filtragem dos resultados, incluindo a filtragem por data, como mostrado na figura mencionada.



E) Configurações rápidas.

INCORRETA: Na página de pesquisa do Google, não existe uma opção chamada **Configurações rápidas** que permita a filtragem de resultados por data. Essa opção não faz parte da interface de pesquisa do Google.

GABARITO D

89 – (2º Simulado Geral. 2024. FGV) Gabriel, gerente de vendas na empresa X, precisa fazer uma reunião com dois fornecedores de sua empresa. Ele possui em seu computador o pacote OFFICE 365. Sabendo da dificuldade de locomoção atualmente, Gabriel acertou com o pessoal envolvido que a reunião seria online. Ele solicitou apoio de um auxiliar da empresa X e fará uso do Microsoft Teams. Gabriel gerará o link para a reunião e gerenciará o momento em que cada fornecedor poderá falar. Seus fornecedores precisarão conversar e compartilhar vídeos. Seu auxiliar fará compartilhamento de conteúdo e controlará a gravação da reunião para a geração de uma ata.

Sendo assim, Gabriel, seus fornecedores e seu auxiliar deverão ter, respectivamente, as funções de:

- A) participante, participante e organizador;
- B) participante, organizador e organizador;
- C) organizador, organizador e participante;
- D) organizador, participante e participante;
- E) organizador, organizador e organizador.

Comentário

Analisando o cenário e as alternativas, temos:

A) participante, participante e organizador:

INCORRETA. Esta alternativa descreve Gabriel e os fornecedores como apenas participantes, o que é incorreto. Gabriel é o organizador principal, e os fornecedores desempenham um papel mais ativo do que apenas participantes, sob a gestão de Gabriel.

B) participante, organizador e organizador:

INCORRETA. Nesta opção, Gabriel é apenas um participante, o que é incorreto. Ele é quem organiza e gerencia a reunião, assumindo a função de organizador.

C) organizador, organizador e participante:

INCORRETA. Aqui, o auxiliar é descrito como apenas um participante, mas ele possui funções que incluem o compartilhamento de conteúdo e a gravação, características de um papel organizador.

D) organizador, participante e participante:

INCORRETA. Essa opção considera os fornecedores e o auxiliar apenas como participantes, mas eles também desempenham papéis que requerem funções de organizador.

E) organizador, organizador e organizador (hipotética):

CORRETA. Onde todos são vistos como desempenhando funções organizacionais devido à sua participação ativa no gerenciamento e na condução da reunião.

Portanto, a resposta correta deveria considerar que Gabriel, os fornecedores e o auxiliar compartilham responsabilidades que envolvem controle e gerenciamento, caracterizando-os como organizadores. Assim, a alternativa que melhor reflete essa análise seria a letra E.

SUGESTÃO! Acesse o suporte da Microsoft:

<https://support.microsoft.com/pt-br/office/fun%C3%A7%C3%B5es-em-reuni%C3%B5es-do-microsoft-teams-c16fa7d0-1666-4dde-8686-0a0bfe16e019>

GABARITO E

90 – (2º Simulado Geral. 2024. Cespe/Cebraspe) A ferramenta de comunicação colaborativa Microsoft Teams possui como característica

- A) o acesso dos administradores e das pessoas da equipe ao sítio do canal privado, ainda que eles não sejam membros do canal.
- B) o acesso externo para que usuários se comuniquem com usuários em outros domínios e organizações fora da sua organização por meio do *chat*.
- C) a edição de documentos no Google Docs diretamente dentro do aplicativo.
- D) a desativação da gravação de uma reunião pelos organizadores independentemente das políticas de administração.
- E) o deslocamento de um canal privado vinculado à equipe pai para uma equipe diferente, sem a necessidade de se criar outra conta para gerenciar.

Comentário

A ferramenta de comunicação colaborativa **Microsoft Teams** possui as seguintes características:

A) Acesso dos administradores e das pessoas da equipe ao sítio do canal privado, ainda que eles não sejam membros do canal.

INCORRETA. Em canais privados do Microsoft Teams, apenas os membros adicionados têm acesso ao conteúdo. Administradores ou membros da equipe que não foram incluídos no canal não podem visualizar ou acessar as informações nele contidas.

B) Acesso externo para que usuários se comuniquem com usuários em outros domínios e organizações fora da sua organização por meio do chat.

CORRETA. O Microsoft Teams permite a comunicação com usuários externos, possibilitando que pessoas de diferentes domínios e organizações participem de chats e reuniões, facilitando a colaboração interorganizacional.

C) Edição de documentos no Google Docs diretamente dentro do aplicativo.

INCORRETA. O Microsoft Teams integra-se principalmente com as ferramentas do Microsoft 365, como Word, Excel e PowerPoint. Não há integração nativa para edição direta de documentos do Google Docs dentro do Teams.

D) Desativação da gravação de uma reunião pelos organizadores independentemente das políticas de administração.

INCORRETA. A capacidade de gravar reuniões no Microsoft Teams é controlada pelas políticas definidas pelos administradores da organização. Os organizadores de reuniões não podem habilitar ou desabilitar a gravação se as políticas administrativas não permitirem.

E) Deslocamento de um canal privado vinculado à equipe pai para uma equipe diferente, sem a necessidade de se criar outra conta para gerenciar.

INCORRETA. Atualmente, não é possível mover um canal privado de uma equipe para outra no Microsoft Teams. Para reorganizar canais, é necessário criar um novo canal na equipe desejada e migrar o conteúdo manualmente.

GABARITO B

RACIOCÍNIO LÓGICO

91 – (2º Simulado Geral. 2024. Vunesp) A respeito de as pessoas serem naturais de uma determinada cidade, seguem algumas afirmações, com a respectiva valoração lógica:

I. Antônio é ou Bernadete é. VERDADE.

II. Camila é e Francisco é. FALSIDADE.

III. Geraldo é e Heloísa é. FALSIDADE.

IV. Antônio é ou Dora é. FALSIDADE.

V. Geraldo é e Elói é. VERDADE.

VI. Francisco é ou Heloisa é. VERDADE.

A partir dessas afirmações, é logicamente correto concluir que, dentre essas pessoas, o total daquelas que são naturais dessa cidade é:

A) 3

B) 7

C) 4

D) 6

E) 5

Comentário

Vamos analisar as alternativas:

IV. Antônio é **ou** Dora é. FALSIDADE.

Estamos diante de uma **disjunção inclusiva** falsa, pois o antecedente é falso e o consequente falso.

p	q	$p \vee q$
V	V	V
V	F	V
F	V	V
F	F	F



V. Geraldo é e Elói é. VERDADE.

Estamos diante de uma **conjunção** verdadeira, pois o antecedente é verdadeiro e o consequente verdadeiro.

p	q	$p \wedge q$
V	V	V
V	F	F
F	V	F
F	F	F

I. Antônio é **ou** Bernadete é. VERDADE.

Estamos diante de uma **disjunção inclusiva** verdadeira, pois o antecedente é falso e o consequente deverá ser verdadeiro.

p	q	$p \vee q$
V	V	V
V	F	V
F	V	V
F	F	F

III. Geraldo é **e** Heloísa é. FALSIDADE.

Estamos diante de uma **conjunção** falsa, pois o antecedente é verdadeiro e o consequente necessariamente será falso.

p	q	$p \wedge q$
V	V	V
V	F	F
F	V	F
F	F	F

VI. Francisco é **ou** Heloisa é. VERDADE.

Estamos diante de uma **disjunção inclusiva** verdadeira, pois o consequente é falso, logo, o antecedente será verdadeiro.

p	q	$p \vee q$
V	V	V
V	F	V
F	V	V
F	F	F

II. Camila é **e** Francisco é. FALSIDADE.

Estamos diante de uma **conjunção** falsa, pois o consequente é verdadeiro, logo, o antecedente será falso.

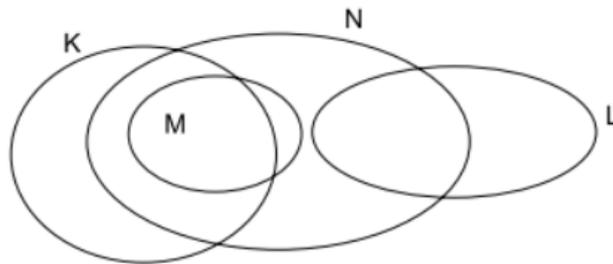
p	q	$p \wedge q$
V	V	V
V	F	F
F	V	F
F	F	F

É logicamente correto concluir que, dentre essas pessoas, o total daquelas que são naturais dessa cidade corresponde a **4 pessoas**.

- Geraldo;
- Elói;
- Bernadete;
- Francisco.

GABARITO C

92 – (2º Simulado Geral. 2024. Vunesp) Analise o diagrama lógico a seguir.



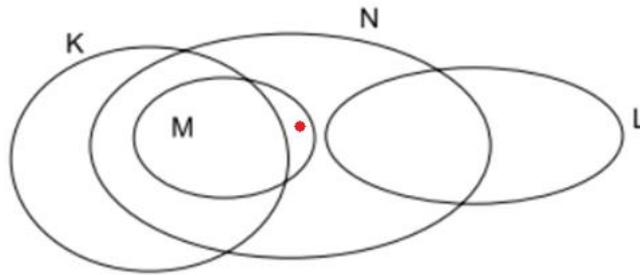
A partir das informações fornecidas, é correto afirmar que

- A) existe elemento de M, que não é elemento de L nem elemento de K.
- B) não há elemento de M que seja elemento de K e N.
- C) qualquer elemento de L, que não é elemento apenas de L, é também elemento de K.
- D) há pelo menos um elemento de N que é elemento de K e também elemento de L.
- E) todos os elementos de N, que são elementos de K, também são elementos de M.

Comentário

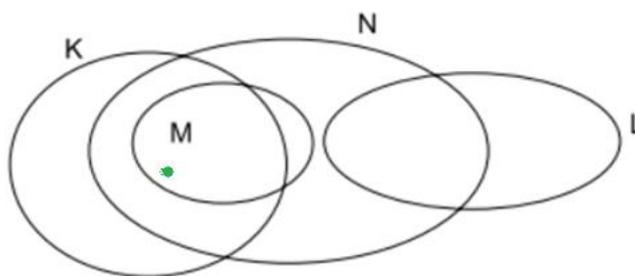
A) existe elemento de M, que não é elemento de L nem elemento de K.

CORRETA. Pois, como demonstrado abaixo existe elemento de M, que não é elemento de L nem elemento de K.



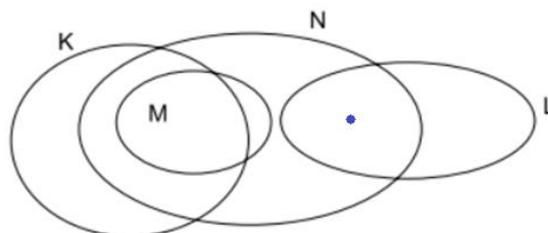
B) não há elemento de M que seja elemento de K e N.

INCORRETA. Pois, como demonstrado abaixo existe elemento de M que seja elemento de K e N.



C) qualquer elemento de L, que não é elemento apenas de L, é também elemento de K.

INCORRETA. Pois, como demonstrado abaixo os elementos de L, que não é elemento apenas de L, não é elemento de K.

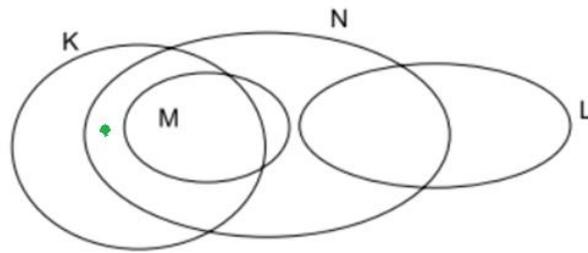


D) há pelo menos um elemento de N que é elemento de K e também elemento de L.

INCORRETA. Pois, não existe intersecção entre K e L.

E) todos os elementos de N, que são elementos de K, também são elementos de M.

INCORRETA. Pois, como demonstrado abaixo existe elementos de N, que são elementos de K, que não são elementos de M.



GABARITO A

93 – (2º Simulado Geral. 2024. Vunesp) Considere as proposições A e B. Rascunho

Proposição A: O analista é capaz.

Proposição B: Se o analista é experiente, então o projeto segue com segurança.

Uma proposição composta por disjunção inclusiva, da negação lógica de A e da equivalente lógica de B, é:

- A) O analista é capaz ou o analista não é experiente ou o projeto não segue com segurança.
- B) O analista não é capaz ou se o projeto não segue com segurança, então o analista não é experiente.
- C) O analista não é capaz ou se o analista não é experiente, então o projeto não segue com segurança.
- D) Se o analista não é capaz ou o analista não é experiente, então o projeto não segue com segurança.
- E) O analista não é capaz e se o projeto não segue com segurança, então o analista não é experiente.

Comentário

Uma proposição composta por **disjunção inclusiva ("v" ou)**, da negação lógica de A e da equivalente lógica de B, é:

- Negação lógica:

Proposição A: O analista não é capaz.

- Equivalência lógica: Utilizando a contrapostiva no **condicional (-> "Se... então)** vamos negar antecedente e consequente negando ambos.

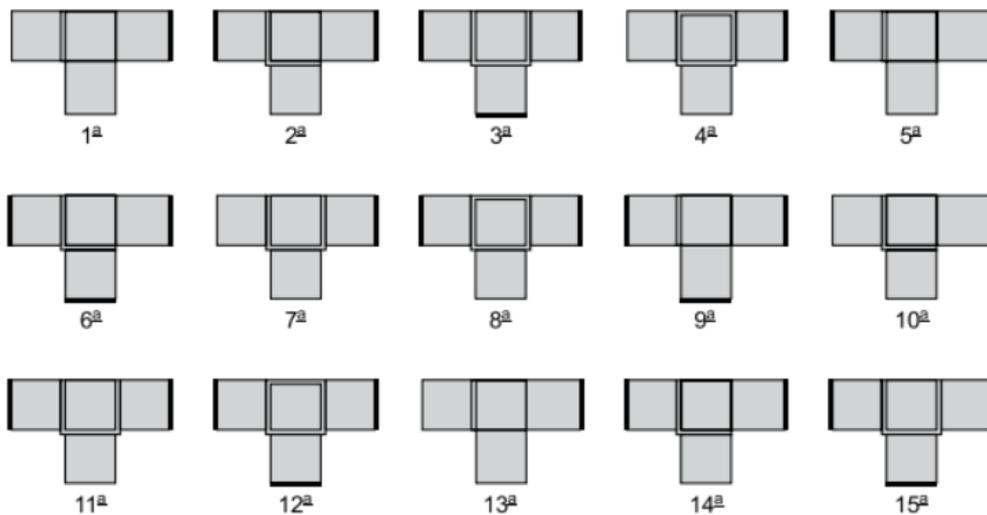
Proposição B: **Se** o projeto não segue com segurança, **então** o analista não é experiente.

Concluimos que:

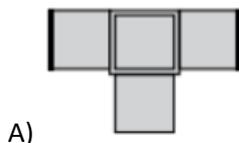
O analista não é capaz **ou se** o projeto não segue com segurança, **então** o analista não é experiente.

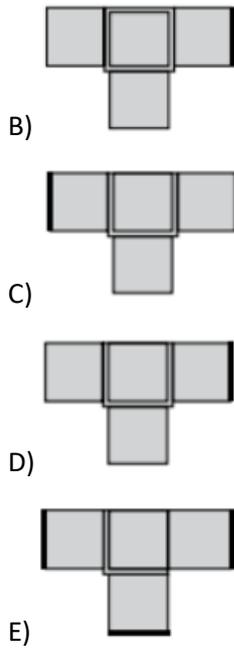
GABARITO B

94 – (2º Simulado Geral. 2024. Vunesp) A seguir são apresentadas as 15 primeiras figuras de uma sequência ilimitada que foi criada com um padrão lógico. Não há figura dessa sequência que não esteja entre essas já apresentadas, e a ordem das figuras em toda a sequência repete o padrão já revelado pelos 15 primeiros termos.



A figura que ocupa a 79ª posição nessa sequência é a





Comentário

Em questões de sequência com figuras devemos analisar de forma criteriosa para que possamos encontrar o padrão:

Percebemos que o traço mais escuro das bordas se repete a cada 3 vezes, enquanto os traços do meio da figura se repetem a cada 4 vezes.

Multiplicando $3 \times 4 = 12$, podemos afirmar que a cada 12 figuras a sequência inicia novamente.

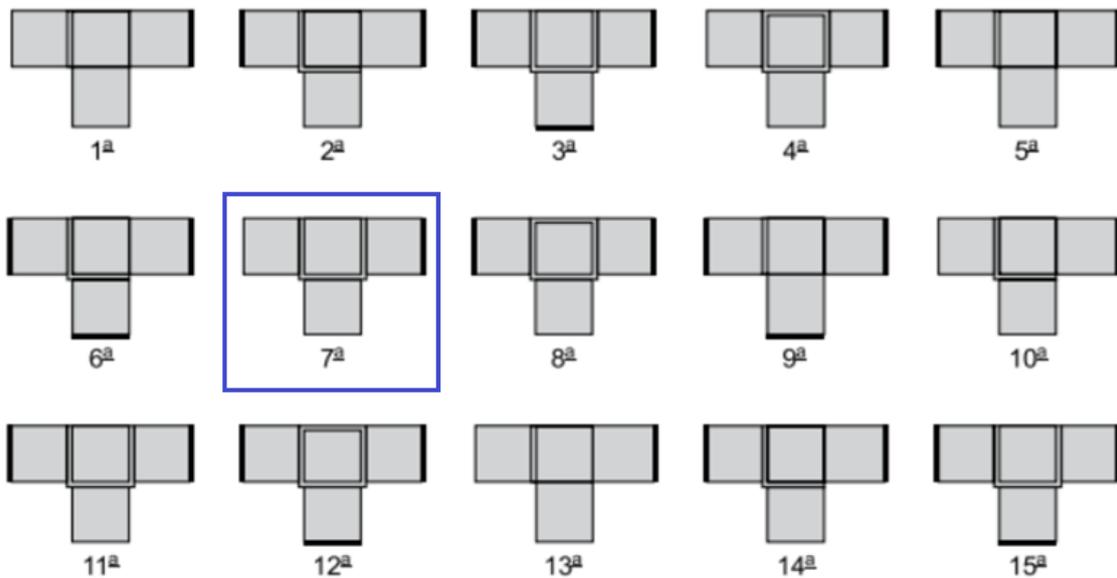
De outro modo, analisando apenas as figuras também conseguimos concluir que até a 12ª figura não existe repetição acarretando o mesmo raciocínio anterior.

Nossa questão busca a figura que ocupa a 79ª posição, logo,

$$\begin{array}{r}
 79 \overline{) 12} \\
 - 72 \quad 6 \\
 \hline
 7
 \end{array}$$

Concluimos que:

- A sequência é **completa 6 vezes** e **restam 7 figuras** para chegar na posição deseje.



GABARITO D

95 – (2º Simulado Geral. 2024. Vunesp) Considere a sequência a seguir que tem como primeiro elemento o número decimal dois décimos (0,2) e foi criada com um padrão lógico:

0,2; 0,2; 0,4; 0,6; 1; 1,6; 2,6; 4,2; 6,8; ...

A soma dos primeiros três números inteiros dessa sequência é

- A) 132.
- B) 131.
- C) 135.
- D) 133.
- E) 134.

Comentário

Percebemos que o padrão da sequência é a soma dos dois elementos anteriores que resulta no elemento seguinte.

Exemplo:

$$0,2 + 0,2 = 0,4$$

$$0,2 + 0,4 = 0,6$$

0,2	0,2	0,4	0,6	1	1,6	2,6	4,2	6,8	11	17,8	28,8	46,6	75,4	122
-----	-----	-----	-----	---	-----	-----	-----	-----	----	------	------	------	------	-----

A soma dos primeiros três números inteiros dessa sequência é

$$1 + 11 + 122 = 134$$

GABARITO E

96 – (2º Simulado Geral. 2024. Vunesp) Com base nas informações a respeito de duas afirmações, um profissional tem que emitir um parecer contendo uma afirmação necessariamente verdadeira sobre Rosa ou sobre Cristina. Tais afirmações são “se Rosa vive de aposentadoria, então Cristina ainda trabalha”, sendo essa uma afirmação verdadeira, e “Rosa vive de aposentadoria e Cristina ainda trabalha”, sendo essa, não verdadeira. Uma afirmação necessariamente verdadeira que se deve emitir no parecer é

- A) Cristina é aposentada.
- B) Cristina ainda trabalha.
- C) Rosa vive de aposentadoria.
- D) Cristina não trabalha mais.
- E) Rosa não vive de aposentadoria.

Comentário

As afirmações são:

“se Rosa vive de aposentadoria, então Cristina ainda trabalha” = VERDADEIRA

“Rosa vive de aposentadoria e Cristina ainda trabalha” = FALSA

Se for verdadeiro que “Rosa vive de aposentadoria”, então a segunda parte da condicional, “Cristina ainda trabalha”, também precisará ser verdadeira. Isso porque, se a segunda parte for falsa, teremos uma situação de condicional do tipo VF, cujo valor lógico é falso.

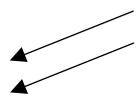
Portanto, a afirmação conjunta “Rosa vive de aposentadoria e Cristina ainda trabalha” seria verdadeira, pois ambas as partes seriam verdadeiras.

Contudo, sabemos que essa **conjunção** é falsa.

Assim, concluímos que a proposição "**Rosa vive de aposentadoria**" deve ser falsa.

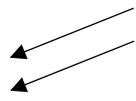
Dessa forma, a primeira parte da **condicional** é falsa, o que garante que a **condicional** seja verdadeira, independentemente do valor lógico da segunda parte.

p	q	$p \rightarrow q$
V	V	V
V	F	F
F	V	V
F	F	V



Além disso, na **conjunção**, a primeira parte sendo falsa assegura que a **conjunção** seja falsa, independentemente do valor da segunda parte.

p	q	$p \wedge q$
V	V	V
V	F	F
F	V	F
F	F	F



Portanto, chegamos às seguintes conclusões:

"**Rosa vive de aposentadoria**" é falso; O valor lógico de "**Cristina ainda trabalha**" permanece indefinido.

GABARITO E

97 – (2º Simulado Geral. 2024. Vunesp) Sabendo que ou Carla é administradora de banco de dados ou Ana é administradora de banco de dados, é correto afirmar que

- A) Carla é administradora de banco de dados e Ana não é administradora de banco de dados.
- B) Carla não é administradora de banco de dados e Ana é administradora de banco de dados.
- C) Ambas as pessoas, Carla e Ana, são administradoras de banco de dados.
- D) Ambas as pessoas, Carla e Ana, não são administradoras de banco de dados.

E) Apenas uma dessas pessoas, Carla ou Ana, é administradora de banco de dados.

Comentário

A afirmação do enunciado é a seguinte **disjunção exclusiva**:

"**ou** Carla é administradora de banco de dados **ou** Ana é administradora de banco de dados".

Lembre-se de que uma disjunção exclusiva é verdadeira apenas quando as duas proposições que a compõem possuem valores lógicos distintos.

p	q	$p \vee q$
V	V	F
V	F	V
F	V	V
F	F	F

Analisemos as alternativas:

a) Carla é administradora de banco de dados e Ana não é administradora de banco de dados.

Dado que a **disjunção exclusiva** implica que apenas uma das duas pessoas é administradora de banco de dados, essa alternativa poderia ser verdadeira. No entanto, não temos certeza sobre quem ocupa o cargo. Portanto, **FALSO**.

b) Carla não é administradora de banco de dados e Ana é administradora de banco de dados.

Da mesma forma, essa alternativa também representa a possibilidade de apenas uma das duas ser administradora. Ainda assim, não sabemos ao certo quem é. Portanto, **FALSO**.

c) Ambas as pessoas, Carla e Ana, são administradoras de banco de dados.

Essa alternativa é **INCORRETA**, pois uma **disjunção exclusiva** é verdadeira apenas quando uma das proposições é verdadeira e a outra é falsa. Ambas serem administradoras contradiz essa regra. **FALSO**.

d) Ambas as pessoas, Carla e Ana, não são administradoras de banco de dados.

Esta alternativa também é **INCORRETA**, pois a **disjunção exclusiva** exige que uma das proposições seja verdadeira. Portanto, **FALSO**.

e) *Apenas uma dessas pessoas, Carla ou Ana, é administradora de banco de dados.*

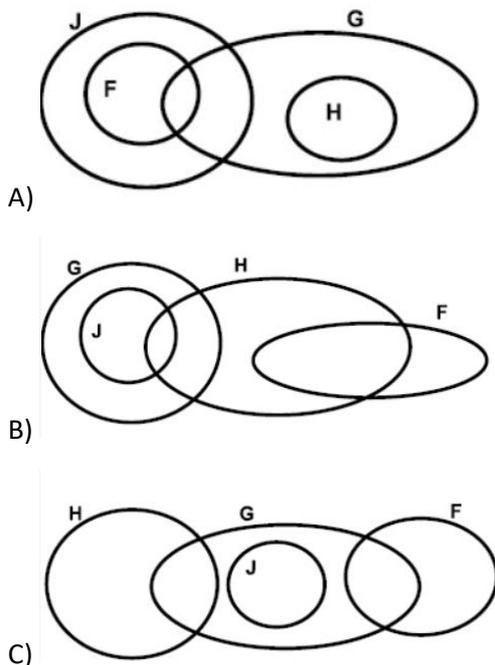
Essa é a alternativa correta, pois reflete a natureza da **disjunção exclusiva**, onde apenas uma das proposições é verdadeira e a outra é falsa. **VERDADEIRO.**

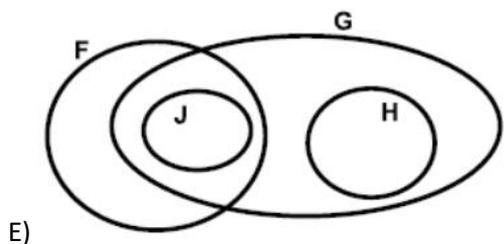
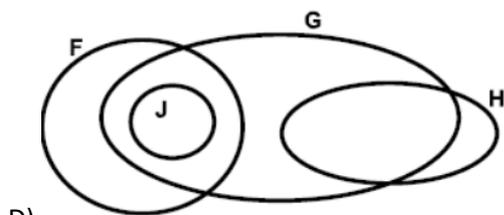
GABARITO E

98 – (2º Simulado Geral. 2024. Vunesp) São verdadeiras as afirmações:

- I. Qualquer elemento de J é também elemento de G.
- II. Não há elemento de F que seja elemento de H, nem há elemento de J que não seja elemento de F.
- III. Há elemento de G que não é elemento de F nem elemento de H, e há elemento de H que é elemento de G, mas não todos.

Assinale a alternativa que apresenta o diagrama lógico que representa corretamente essas três afirmações.





Comentário

Para determinar qual diagrama representa os conjuntos F, G, H e J, analisemos as afirmações:

I. Qualquer elemento de J é também elemento de G.

Isso indica que o conjunto J está contido em G. Portanto, J é um subconjunto de G. Com essa informação, já podemos **eliminar a alternativa a)**.

II. Não há elemento de F que seja elemento de H, nem há elemento de J que não seja elemento de F.

Dividindo em partes:

- "Não há elemento de F que seja elemento de H" significa que F e H não têm interseção, sendo conjuntos disjuntos. Portanto, podemos **eliminar a alternativa b)**.
- "Nem há elemento de J que não seja elemento de F" indica que J está contido em F. Assim, podemos **eliminar a alternativa c)**.

III. Há elemento de G que não é elemento de F nem elemento de H, e há elemento de H que é elemento de G, mas não todos.

Dividindo em partes:

- "Há elemento de G que não é elemento de F nem de H" significa que G possui elementos exclusivos, o que é compatível tanto com d) quanto com e).

- "Há elemento de H que é elemento de G, mas não todos" indica que G e H têm interseção, mas H não está completamente contido em G.

Com isso, podemos **eliminar a alternativa e)**, pois ela não apresenta a interseção parcial entre G e H.

Concluimos que, o diagrama que representa corretamente os conjuntos F, G, H e J, de acordo com as características mencionadas, é o da **alternativa d)**.

GABARITO D

99 – (2º Simulado Geral. 2024. Vunesp) Considere verdadeiras as seguintes premissas:

- I. Se Patrícia é professora, então Amanda não é assistente social.
- II. Se Amanda não é assistente social ou Rogério não é psicólogo, então Hugo é arquiteto.
- III. Se Rogério não é psicólogo, então Luiz não é corretor de imóveis e Paulo é atleta.
- IV. Hugo não é arquiteto.

Uma conclusão verdadeira que decorre das premissas apresentadas é

- A) Rogério é psicólogo.
- B) Luiz não é corretor de imóveis.
- C) Patrícia é professora.
- D) Paulo é atleta.
- E) Amanda não é assistente social.

Comentário

IV. **Hugo não é arquiteto.** = V

II. **Se** Amanda não é assistente social **ou** Rogério não é psicólogo, **então** **Hugo é arquiteto.** = V

Estamos diante de um **condicional** verdadeiro, onde sabemos que o consequente é falso e o antecedente se trata de uma **disjunção inclusiva** que deverá ser falso.

p	q	$p \rightarrow q$
V	V	V
V	F	F
F	V	V
F	F	V

No tocante ao antecedente falso (**disjunção inclusiva**), sabemos que as duas partes devem ser falsas:

p	q	$p \vee q$
V	V	V
V	F	V
F	V	V
F	F	F

Concluimos que

Se Amanda não é assistente social ou Rogério não é psicólogo, então Hugo é arquiteto. = V

I. **Se Patrícia é professora, então Amanda não é assistente social.** = V

Sabemos que o consequente é falso, logo, para que o **condicional** seja verdadeiro o antecedente deverá ser falso.

p	q	$p \rightarrow q$
V	V	V
V	F	F
F	V	V
F	F	V

Se Patrícia é professora, então Amanda não é assistente social. = V

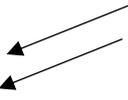
III. **Se Rogério não é psicólogo, então Luiz não é corretor de imóveis e Paulo é atleta.**

Sabemos que o antecedente é falso. Em uma **condicional**, quando a primeira parte (o antecedente) é falsa, a condicional toda assume um valor lógico verdadeiro, independentemente do valor da segunda parte (o consequente). Isso ocorre porque a estrutura lógica de uma condicional só é falsa na situação em que o antecedente é verdadeiro e o consequente é falso

(VF). Em todos os outros casos, inclusive quando o antecedente é falso, a condicional é considerada verdadeira.

Portanto, sempre que a primeira parte de uma condicional for falsa, o valor lógico da proposição inteira será verdadeiro, independentemente do que aconteça com a segunda parte.

p	q	p → q
V	V	V
V	F	F
F	V	V
F	F	V



Logo, fica **indefinido** as proposições: Luiz não é corretor de imóveis e Paulo é atleta

Analisemos as alternativas:

A) Rogério é psicólogo. = VERDADEIRO

B) Luiz não é corretor de imóveis. = INDEFINIDO

C) Patrícia é professora. = FALSO

D) Paulo é atleta. = INDEFINIDO

E) Amanda não é assistente social. = FALSO

GABARITO A

100 – (2º Simulado Geral. 2024. Vunesp) Assinale a alternativa que contém uma negação lógica para a afirmação “todo colaborador da empresa Alfa tem ensino superior e fala mais de uma língua”.

A) Nenhum colaborador da empresa Alfa não tem ensino superior e não fala mais de uma língua.

B) Existe colaborador da empresa Alfa que não tem ensino superior ou não fala mais de uma língua.

C) Nenhum colaborador da empresa Alfa não tem ensino superior ou não fala mais de uma língua.

D) Existe colaborador da empresa Alfa que não tem ensino superior e não fala mais de uma língua.

E) Os colaboradores da empresa Alfa não têm ensino superior ou não falam mais de uma língua.

Comentário

A afirmação do enunciado é:

“**Todo** colaborador da empresa Alfa tem ensino superior e fala mais de uma língua”.

Essa afirmação contém o **quantificador universal "todo"**, que é positivo. Para negá-la, precisamos usar um quantificador existencial negativo, como:

Negação de todo, algum e nenhum

PROPOSIÇÃO	NEGAÇÃO
Todo... é...	Algum... não é... Pelo menos um... não é... Existe... que não é...
Nenhum... é...	Algum... é... Pelo menos um... é... Existe... que é...

Para negar a afirmação, primeiro, substituímos "todo" por um desses quantificadores e depois negamos a **conjunção (e "∧")** "tem ensino superior e fala mais de uma língua".

A negação de uma **conjunção** requer que neguemos ambas as partes e substituamos o "e" pelo conectivo "**ou**" (**disjunção inclusiva "∨"**). Assim, a negação de "tem ensino superior e fala mais de uma língua" é:

"não tem ensino superior **ou** não fala mais de uma língua".

Portanto, a negação completa da afirmação original é:

“**EXISTE UM** colaborador da empresa Alfa que **NÃO** tem ensino superior **ou** **NÃO** fala mais de uma língua”.

GABARITO B

GABARITO

1B	2B	3A	4A	5E	6D	7D	8B	9E	10C
11C	12D	13E	14A	15B	16E	17B	18D	19C	20A
21E	22C	23B	24D	25C	26A	27C	28C	29D	30D
31D	32C	33A	34B	35A	36D	37E	38C	39A	40D
41B	42A	43D	44C	45B	46B	47A	48B	49C	50D
51D	52B	53A	54B	55E	56A	57A	58C	59C	60C
61B	62C	63E	64C	65C	66B	67C	68D	69C	70D
71A	72B	73D	74D	75B	76E	77A	78C	79A	80E
81C	82B	83D	84A	85E	86E	87D	88D	89E	90B
91C	92A	93B	94D	95E	96E	97E	98D	99A	100B